

Centro de Estudos da Metrópole — CEM/Cebrap

Fundação de Desenvolvimento Administrativo — FUNDAP

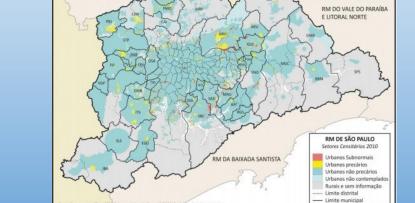
Diagnóstico dos assentamentos precários nos municípios da Macrometrópole Paulista

Segundo Relatório

Equipe:

Eduardo Marques (coord.), Mariana Bittar, Donizete Cazolato, Edgard Fusaro e Daniel Waldvogel

Agosto de 2013







Diagnóstico dos assentamentos precários nos municípios da Macrometrópole Paulista

Segundo Relatório

Equipe:

Eduardo Marques (coord.), Mariana Bittar, Donizete Cazolato, Edgard Fusaro e Daniel Waldvogel



Este documento apresenta os resultados das atividades desenvolvidas na II fase do estudo produzido pelo Centro de Estudos da Metrópole/ Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEM/ CEBRAP) para a Fundação de Desenvolvimento Administrativo – FUNDAP referente ao "Diagnóstico dos assentamentos precários nos municípios das regiões metropolitanas da Macrometrópole Paulista". O trabalho tem como objeto a identificação e caracterização dos problemas e inadequações habitacionais nos territórios dos municípios das Regiões Metropolitanas de São Paulo - RMSP, Campinas - RMC, Baixada Santista - RMBS e Vale do Paraíba e Litoral Norte – RMVP-LN, além do Aglomerado Urbano de Jundiaí - AUJ. Os objetivos do trabalho são:

- Detalhar a localização dos assentamentos precários nas cidades da Macrometrópole Paulista, discutindo a localização dos assentamentos já quantificados e caracterizados no primeiro relatório;
- II. Calcular estimativas e produzir cartografias de setores subnormais e precários nos espaços intra-urbanos das cidades da Macrometrópole Paulista comparativamente entre 2000 e 2010. Essa atividade parte dos dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 para comparar a presença de setores subnormais e precários nos espaços intra-urbanos das cidades selecionadas;
- III. Analisar a gestão administrativa dos 113 municípios a partir do estudo "Capacidades Administrativas dos Municípios Brasileiros para a Política Habitacional". A análise levou em conta três vertentes: evolução dos instrumentos de gestão destas políticas ao longo da década de 2000; gasto em urbanismo e habitação dos municípios; programas adotados pelos municípios e formas de cooperação intergovernamental.

O relatório está dividido em 3 seções, relativas às atividades supracitadas.

I. Análise da localização dos assentamentos

A representação cartográfica dos setores censitários é fundamental para a caracterização da precariedade habitacional, especialmente quando se busca observar seus padrões de distribuição e suas correlações com a estrutura territorial. A



maior ou menor presença de assentamentos precários, sua concentração ou disseminação, seu atrelamento a determinados elementos da paisagem, natural ou antrópica, são fundamentais para o mais adequado enfrentamento da questão pelos planos municipais, assim como para a formulação das políticas públicas de nível regional.

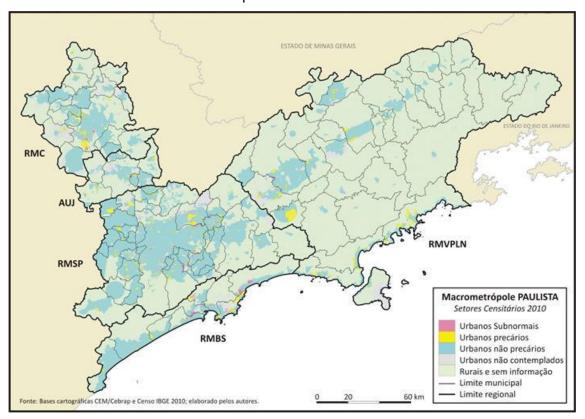
O conjunto das regiões metropolitanas e aglomeração urbana focadas neste estudo configura um território de extensão muito próxima do nível estadual. Maior que o DF, Sergipe ou Alagoas, a aqui também chamada Macrometrópole Paulista totaliza 31,5 mil km2, o que corresponde a 72% do território fluminense. Contudo, se a extensão propriamente dita constitui um empecilho para a visualização cartográfica do todo regional em documentos impressos, o contingente populacional urbano - por estar aqui atrelado aos setores censitários, exige que se recorra a outros níveis de escala.

Dessa forma, são aqui apresentadas sucessivas aproximações da representação cartográfica da Macrometrópole Paulista dividida em setores censitários 2010. O Mapa 1 contempla as cinco formações regionais e respectivos municípios. Na sequência, são apresentados mapas de cada RM ou AU, cuja escala permite a inclusão dos limites distritais e uma visão mais confortável dos setores censitários, agrupados pela ausência de seus contornos perimétricos. E o grupo de mapas que segue cada mapa da RM ou AU destaca, em escala aproximada de 1:330.000 ou 1:220.000, os municípios ou porções urbanizadas onde há maior incidência de setores subnormais ou assentamentos precários.

Convém lembrar que os setores censitários, dada sua concepção, são de extensão extremamente reduzida, especialmente nas áreas urbanas. Muitos deles, portanto, podem nem ser percebidos, mesmo na maior escala aqui utilizada. Por outro lado, há que se atentar para o fato de que nem todos os setores de grande extensão e de maior visibilidade - traduzem uma efetiva concentração demográfica ou de precariedade. São extensos justamente por conta da baixa densidade demográfica local.



Mapa 1 - Macrometrópole Paulista: setores censitários 2010 agrupados conforme a precariedade habitacional



Mesmo com as ressalvas acima, pode-se perceber, no Mapa 1, as manchas de precariedade (setores censitários subnormais e setores classificados como assentamentos precários) distribuídas sem um aparente padrão. Notam-se algumas concentrações, e certa frequência junto aos limites municipais. Por outro lado, a visão da totalidade territorial da Macrometrópole mostra que a RM do Vale do Paraíba-Litoral Norte diferencia-se no tocante à densidade de ocupação, apresentando o menor contingente relativo de áreas urbanas.

Vale aqui, ainda, outra ressalva em relação à classificação utilizada pelo IBGE na tipologia dos setores. Nem todos os setores classificados como urbanos constituem uma porção territorial efetivamente urbana. Muitas vezes a classificação se atrela à legislação municipal, que define perímetros urbanos numa perspectiva de uso potencial do solo. Dessa forma, o conjunto dos setores censitários urbanos pode não coincidir com a área urbanizada de um município ou região.

Em seguida, discutiremos mais detalhadamente as quatro regiões metropolitanas e o aglomerado urbano da macrometrópole paulista.



1. Região Metropolitana de São Paulo

Neste item, apresentamos a distribuição territorial da precariedade urbana na Região Metropolitana de São Paulo. O mapa 2 destaca a região como um todo e os seguintes detalham os municípios ou porções urbanizadas onde há maior incidência de setores subnormais ou assentamentos precários.

AU DE JUNDIAÍ RM DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE EM RM DE SÃO PAULO Setores Censitários 2010 **Urbanos Subnormais** RM DA BAIXADA SANTISTA Urbanos precários Urbanos não precários Urbanos não contemplados Rurais e sem informação Limite distrital Limite municipal 30 km Fonte: Bases cartográficas CEM/Cebrap e dados do Censo IBGE 2010; elaborado pelos autores.

Mapa 2 - Região Metropolitana de São Paulo: setores censitários 2010 agrupados conforme a precariedade habitacional

A precariedade urbana se distribui de forma ligeiramente uniforme por toda a RM de São Paulo. Dentro das possibilidades que a escala do mapa permite, não haveria uma relação direta centralidade/periferia, até porque a multiplicidade dos processos que levaram à ocupação urbana e posterior conurbação, determinou para a região uma rede de centralidades, intra e extra-município de São Paulo.

Como já referido, parece haver uma tendência à localização dos setores subnormais e precários junto aos limites municipais. Sabe-se que a distribuição e frequência dos setores caracterizados como precários na RM de São Paulo seguem fatores diversos, certamente associados a elementos estruturantes da paisagem urbana, a linhas e fluxos de circulação, à história da ocupação e valorização imobiliária,

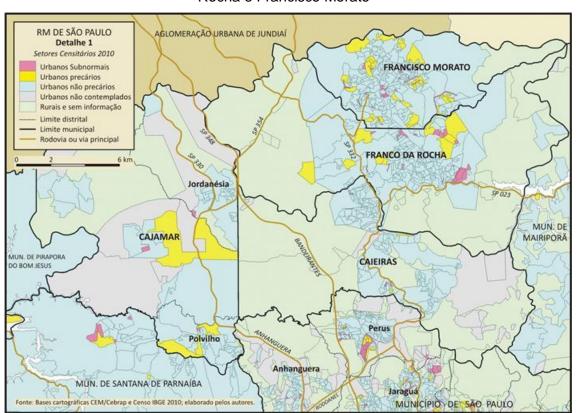


à presença de equipamentos públicos ou privados, à declividade do terreno, etc. Poucos desses elementos ou processos podem ser inferidos em mapas sintéticos como aqui apresentados.

Observando-se os recortes territoriais, poucos municípios não apresentam precariedade, dos quais apenas São Caetano do Sul (SCS) ocupa posição central na região. Os demais são justamente aqueles em que a urbanização é relativamente menor, nas bordas da região. A exceção fica por conta de Francisco Morato (FMO) e Franco da Rocha (FRO), de localização regionalmente periférica, mas, com presença marcante de setores precários.

O município de São Paulo, pela superlativa extensão, tem o maior número de setores precários, que se concentram nos extremos Sul, Leste e Norte da mancha urbana. Entre seus vizinhos, destacam-se os grandes municípios do ABC (São Bernardo do Campo - SBC, Santo André - SAD e Mauá - MAU), o eixo Guarulhos (GRU) - Itaquaquecetuba (IQQ) e os da faixa Oeste - Osasco (OSA), Taboão da Serra (TBS), e Embu (EMB).

Mapa 2.1 - Porção Noroeste da RMSP: municípios de Cajamar, Caieiras, Franco da Rocha e Francisco Morato

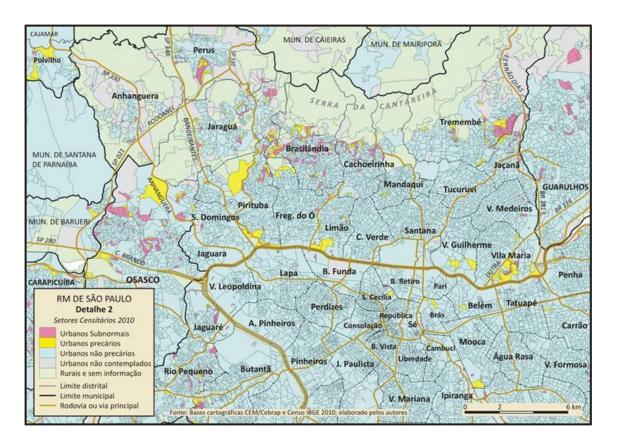




O eixo Noroeste da RM de São Paulo é marcado pelas vias de comunicação com o Interior - a antiga estrada de Campinas (ou de Goiás), hoje SP 332, a ferrovia Santos-Jundiaí, implantada ainda no Século XIX e atualmente Linha Rubi do trem metropolitano CPTM, e as vias rodoviárias mais recentes: Anhanguera e Bandeirantes. Paradoxalmente, no entanto, não apresenta grandes contingentes demográficos. Os municípios mais populosos são Francisco Morato e Franco da Rocha, justamente os que apresentam maior quantidade de população residente em setores subnormais e classificados como assentamentos precários, respectivamente, 26.372 e 16.718. Em termos relativos, essa população corresponde a 17% do total em Francisco Morato e a 14% em Franco da Rocha.



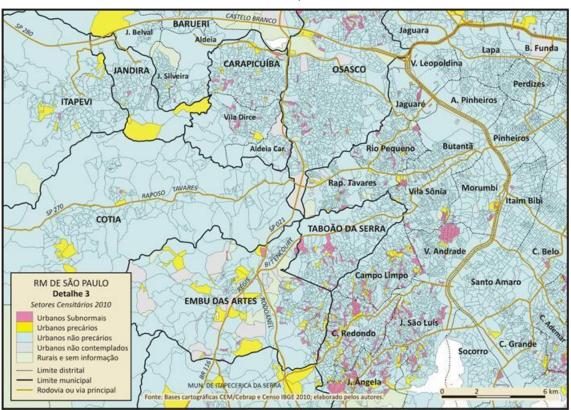
Mapa 2.2 - Porção Central da RMSP: zona Centro-Norte do município de São Paulo



Os setores subnormais e assentamentos precários da porção Norte do município de São Paulo ocupam clara posição periférica em relação à mancha urbana paulistana, muitos deles em áreas de grande declividade nas bordas da Serra da Cantareira. É o caso de Perus, Jaraguá, Brasilândia, Cachoeirinha, Tremembé, Pirituba e São Domingos. Essa faixa de setores precários, muitos deles subnormais, prolonga-se para Guarulhos e Osasco. Na parte de urbanização mais consolidada, despontam assentamentos precários ao longo da margem direita do Tietê, destacando-se Vila Maria. Em termos de valores demográficos, Brasilândia tem o maior contingente - 73 mil, ocupando o quinto lugar entre os distritos do município. Tremembé, com 45 mil, é o segundo colocado na região, e o 14º no município.



Mapa 2.3 - Porção Centro-Oeste da RMSP: municípios de Osasco, Carapicuíba, Barueri, Jandira, Itapevi, Cotia, Taboão da Serra, Embu das Artes e São Paulo (faixa Oeste)



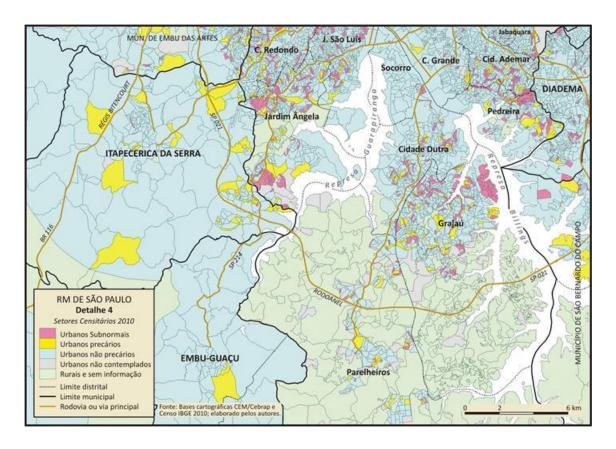
O vetor Oeste da RM de São Paulo também se caracteriza pela presença de antigos eixos de comunicação extra-regional, cuja evolução chegou às atuais rodovias Castelo Branco e Raposo Tavares e à linha Diamante do trem metropolitano CPTM. Diferentemente do Noroeste, porém, os municípios dessa porção territorial concentram grandes contingentes demográficos. Em termos de precariedade habitacional, despontam Osasco, Embu das Artes, Carapicuíba e Taboão da Serra, com, respectivamente, 91, 49, 38 e 32 mil moradores em setores subnormais e setores classificados como assentamentos precários. Estes valores equivalem a percentuais entre 20% (Embu das Artes) e 10% (Carapicuíba). No oposto da tabela, ressaltam Cotia, Barueri e Santana de Parnaíba, com valores bem inferiores. Estes três municípios, convém lembrar, contêm grandes porções residenciais de alto padrão.

No município de São Paulo, com densidades demográficas ainda maiores, a região mostrada no Mapa 2.3 contém o maior contingente de precariedade habitacional de todo o município. Jardim Ângela (2°), Jardim São Luís (3°), Capão Redondo (6°), Vila Andrade (7°) e Campo Limpo (10°) totalizam 382.178 moradores



em favelas ou assentamentos precários, correspondendo a 23% do total municipal. Destaca-se o conjunto de setores que formam a favela de Paraisópolis, no extremo norte de Vila Andrade, notória por situar-se em região de alto padrão imobiliário.

Mapa 2.4 - Porção Centro-Sul da RMSP: municípios de São Paulo (Sul), Itapecerica da Serra e Embu-Guaçu

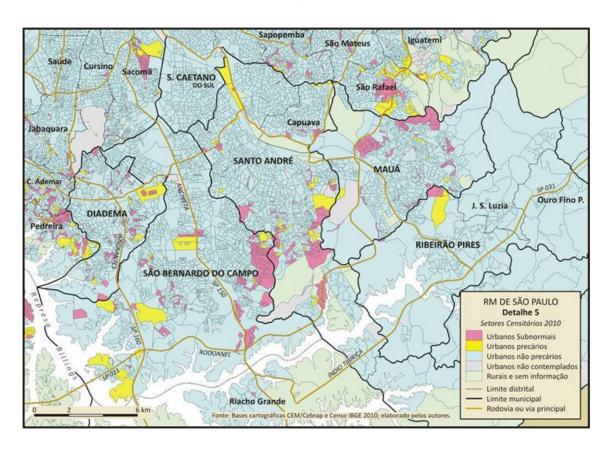


A porção territorial da RM de São Paulo representada no Mapa 2.4 mostra a continuidade, no distrito de Jardim Ângela, da grande mancha de precariedade detalhada no parágrafo anterior. Duas outras grandes concentrações destacam-se, em margens opostas do rio Pinheiros/Jurubatuba (represa Billings). A primeira estende-se por Cidade Ademar (o 4º distrito em precariedade) e Pedreira (11º), e a segunda por Cidade Dutra (12º) e Grajaú, que detém o maior contingente do município: 119 mil habitantes em condições de precariedade habitacional. Grande parte dos setores precários dessa região ocupa as margens da represa Billings. Para o Sul, porém, Parelheiros aparece com 23 mil moradores em precariedade, com densidade demográfica significativamente menor.



Em Itapecerica da Serra, apesar da baixa densidade demográfica da região, há um contingente importante de pessoas em precariedade habitacional: mais de 25 mil.

Mapa 2.5 – Porção Sudeste da RMSP: Região do Grande ABC (Diadema, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Santo André, Mauá e Ribeirão Pires) e faixas do município de São Paulo

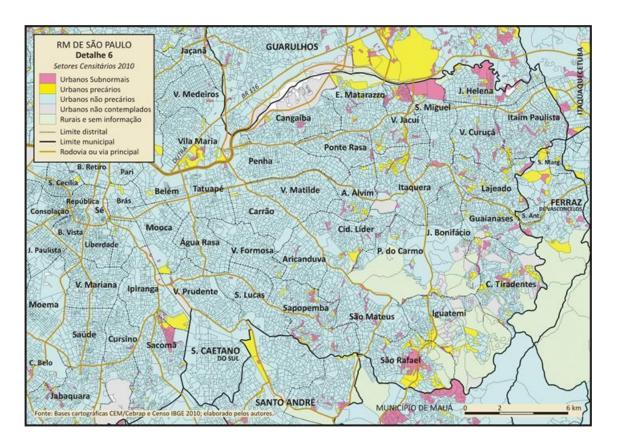


Notórios pela concentração industrial, especialmente do ramo automobilístico, os municípios do ABC Paulista mostram hoje um panorama relativamente distinto do alto padrão de renda que apresentaram ao longo da segunda metade do Século XX. A precariedade habitacional se faz presente por toda a região, à exceção de São Caetano do Sul. Os quatro municípios mais populosos, respectivamente São Bernardo do Campo, Santo André, Diadema e Mauá, totalizam 449.526 habitantes em setores precários. Relativamente ao total demográfico municipal, apresentam valores entre 16% e 24% de moradores em condição de precariedade. Esse grande contingente, embora ocupando uma área pouco mais extensa, é superior ao da faixa Oeste do município de São Paulo (mapas 2.3 e 2.4). Nota-se que, em Santo André e São Bernardo, a precariedade habitacional toca as margens da represa Billings/Rio Grande.



O mapa 2.5 mostra ainda a faixa de setores precários do ABC estendendo-se para Oeste (Pedreira, Cidade Ademar) e Leste (São Rafael, Iguatemi). Aparece também o aglomerado de Heliópolis, em Sacomã.

Mapa 2.6 - Porção Central da RMSP: Zona Centro-Leste do município de São Paulo



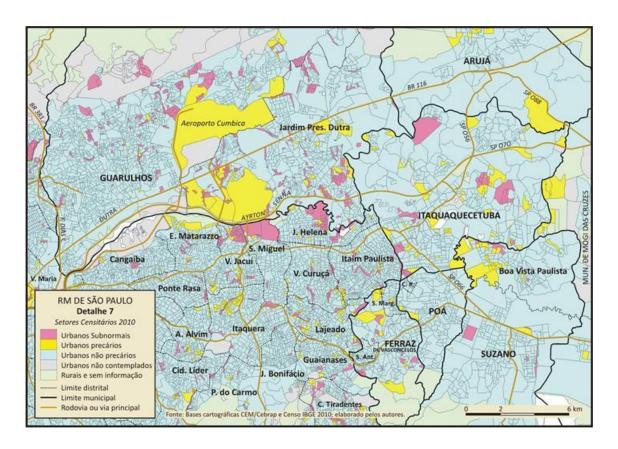
A porção Centro-Leste da capital paulista ratifica o conceito de posicionamento periférico dos setores censitários caracterizados como subnormais ou assentamentos precários. O núcleo de Heliópolis, considerada a segunda maior favela da cidade, embora ocupando posição relativamente central em termos da grande mancha urbana da RM, fica muito próximo ao limite municipal, assim como o grande número de setores precários nos distritos de São Rafael, Iguatemi e Cidade Tiradentes. No limite com Guarulhos, o fator periferia reforça-se com a presença do rio Tietê conduzindo a linha limítrofe intermunicipal. Em suas várzeas assentam-se numerosos setores de precariedade habitacional, como o Pantanal (Jardim Helena) e o União Vila Nova (VilaJacuí).

Os números mostram que a demografia da precariedade distribui-se na Zona Leste de forma mais homogênea. Na área abrangida pelo Mapa 2.6, apenas Sacomã



(8º) e Sapopemba (9º) estão entre os dez maiores distritos paulistanos em volume de moradores em situação precária.

Mapa 2.7 - Porção Nordeste da RMSP: municípios de Guarulhos, Itaquaquecetuba, Ferraz de Vasconcelos, Poá e Suzano (distrito de Boa Vista Paulista)



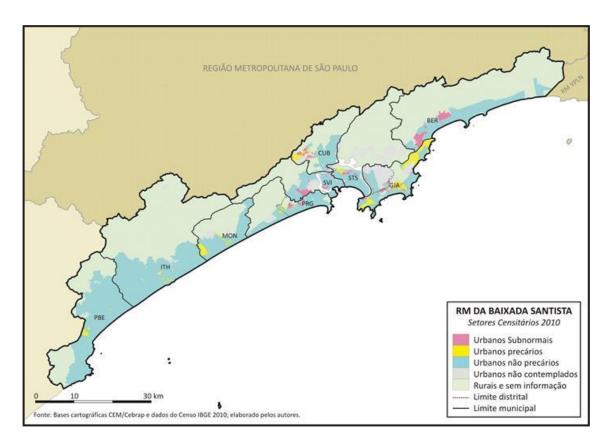
Os municípios do eixo Leste-Nordeste da RM de São Paulo totalizam significativo contingente de moradores em condições de precariedade habitacional: mais de 340 mil. Desse total, mais que dois terços — 232.605 — está em Guarulhos, correspondendo a 19% do total demográfico municipal. Nos municípios de Itaquaquecetuba e Ferraz de Vasconcelos os percentuais de moradores em condições habitacionais precárias são similares, respectivamente 17% e 14%. A distribuição dos setores, no conjunto do recorte territorial apresentado no Mapa 2.7 parece seguir a padrões diversificados: observam-se setores nas bordas da mancha urbana de Guarulhos, em áreas de antigo uso industrial (Cumbica), junto a limites municipais, disseminados pelo território (Itaquaquecetuba) ou junto à várzea-limite (São Paulo) do rio Tietê. De um modo geral, pode-se dizer que haveria um mesmo padrão regendo a distribuição dos setores de precariedade habitacional na região abrangida pelo mapa, inclusive no extremo Leste do município de São Paulo.



2. Região Metropolitana da Baixada Santista

Neste item, apresentamos a distribuição territorial da precariedade urbana na Região Metropolitana da Baixada Santista. O mapa 3 destaca a região como um todo e o seguinte detalha os municípios ou porções urbanizadas onde há maior incidência de setores subnormais ou assentamentos precários.

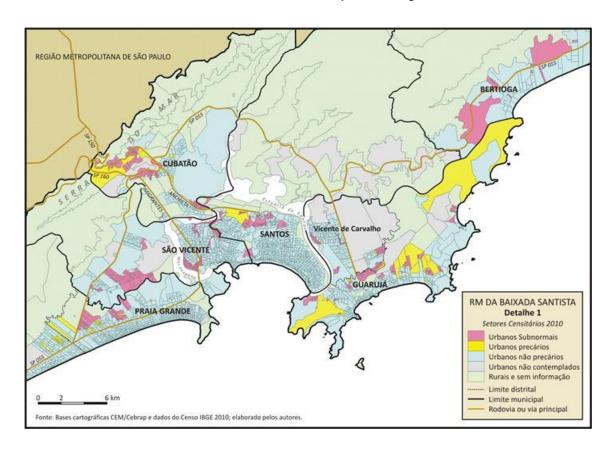
Mapa 3 - Região Metropolitana da Baixada Santista: setores censitários 2010 agrupados conforme a precariedade habitacional



Dentre os recortes regionais aqui estudados, a Região Metropolitana da Baixada Santista apresenta o maior contingente relativo de população em condições de precariedade habitacional. Há uma grande concentração de setores subnormais e precários nos cinco municípios mais centrais: Guarujá (GJA), Santos (STS), Cubatão (CUB), São Vicente (SVI) e Praia Grande (PGR). Nos municípios da porção Sul, o fenômeno é bem menos presente, inclusive pela ausência de setores subnormais. Em Bertioga (BER), há um contingente bastante significativo de subnormais, sem que se tenha detectado ali a esperada contiguidade de assentamentos precários.



Mapa 3.1 – Porção Central da RMBS: municípios de Praia Grande, São Vicente, Cubatão, Santos, Guarujá e Bertioga



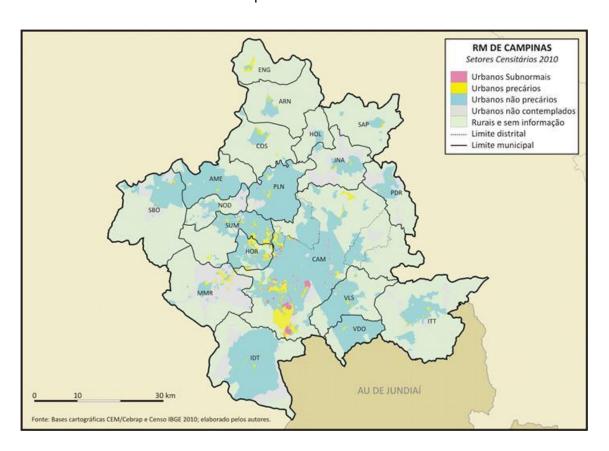
Dadas as particularidades geomorfológicas locais, desenvolveram-se tipologias diversas de precariedade habitacional na porção central da RM da Baixada Santista, destacada no Mapa 3.1. Em Praia Grande, São Vicente e Cubatão, há ocupações em terrenos planos e várzeas; em São Vicente, Santos e Guarujá, junto aos canais marinhos; em Santos e Guarujá, sobre morros urbanos', e em Cubatão encontram-se as famosas "Cotas", junto à rodovia Anchieta, na íngreme topografia da Serra do Mar. Os contingentes demográficos em setores censitários precários dos cinco municípios centrais da RM da Baixada Santista totalizam 317.973, que determinam altos percentuais em relação ao total demográfico municipal: 26% em São Vicente, 36% em Guarujá e 45% em Cubatão.

3. Região Metropolitana de Campinas



Neste item, apresentamos a distribuição territorial da precariedade urbana na Região Metropolitana de Campinas. O mapa 4 destaca a região como um todo e os seguintes detalham os municípios ou porções urbanizadas onde há maior incidência de setores subnormais ou assentamentos precários.

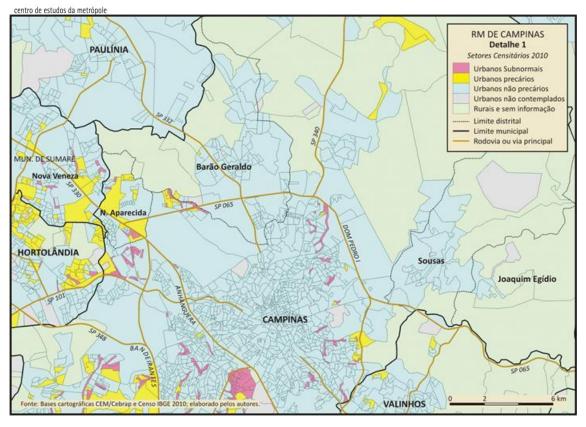
Mapa 4 – Região Metropolitana de Campinas: setores censitários 2010 agrupados conforme a precariedade habitacional



Os setores subnormais e de assentamentos precários distribuem-se desigualmente na Região Metropolitana de Campinas, perfazendo uma concentração circunscrita aos municípios de Campinas (CAM), Hortolândia (HOR) e Sumaré (SUM). Ainda no município de Campinas, além das três grandes manchas de subnormais na parte Sul, há um arco de favelas na porção central, onde não se detectaram setores precários por conta da densa urbanização. Diferentemente, nos demais municípios já citados, assim como em Cosmópolis (COS), Artur Nogueira (ARN) e Engenheiro Coelho (ENG), os assentamentos precários encontram espaço nas periferias urbanas, estendendo-se por setores de características rurais. De um modo geral, parece que não foram registrados setores subnormais fora da concentração acima citada.

Mapa 4.1 – Porção Centro-Norte do município de Campinas

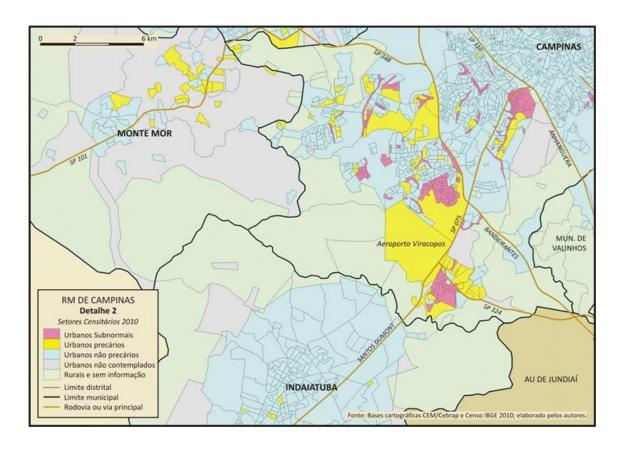




A precariedade habitacional é quase ausente na porção central do município de Campinas, à exceção de um eixo de subnormais que se inicia junto ao limite com Valinhos e segue rumo Norte até a rodovia Dom Pedro I. Para Oeste, nos distritos de Sousas e Joaquim Egídio, não há setores precários. Em Barão Geraldo, distrito que se equipara a eles pelo alto valor dos imóveis, os precários aparecem nos limites com Nova Aparecida, distrito que apresenta grandes contingentes. De Nova Aparecida para o Sul há um grande número de subnormais e assentamentos precários. O padrão geral de ocorrência de precariedade em Campinas parece seguir o tradicional modelo de localização periférica à porção central e consolidada, contida pelas rodovias Anhanguera e Dom Pedro I. No extremo Norte do município foram detectados alguns setores de assentamentos precários, e essa relativa ausência - contrastando com o Sul - pode ser explicada pela grande valorização imobiliária do arco Noroeste.



Mapa 4.2 – Porção Sul do município de Campinas e municípios de Monte Mor e Indaiatuba



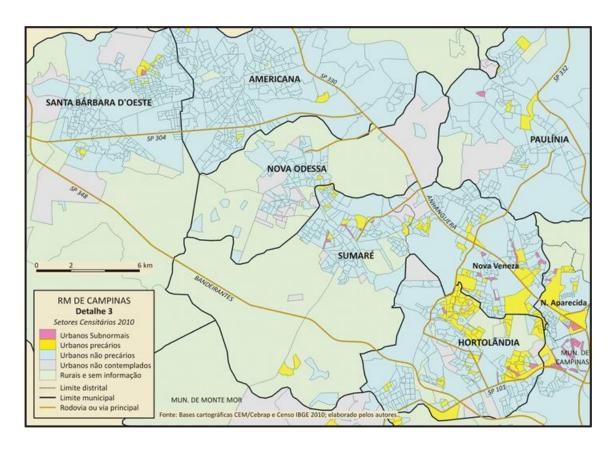
O Sul campineiro contrasta fortemente com o setor Noroeste. Desde a rodovia Anhanguera até os limites com Indaiatuba e Monte Mor a ocorrência de setores subnormais e precários dissemina-se por toda a área urbana. Dos tipos mais frequentes de subnormais, a região só não apresenta os ligados a grandes corpos d'água ou a encostas, por se tratar de uma região relativamente plana. Três grandes concentrações sobressaem: na junção Santos Dumont/Anhanguera está a notória ocupação Parque Oziel, que mescla um bairro autônomo e favelas convencionais; mais ao Sul, concentram-se precários junto aos residenciais populares numerados com a sigla DIC, e, junto às rodovias SP 324 e Santos Dumont, os bairros e ocupações conhecidos como São Domingos. A presença do aeroporto de Viracopos, que passou por sucessivos planos de ampliação e desapropriações no seu entorno, teria sido um fator de estímulo para as ocupações nas últimas décadas.

Indaiatuba apresenta pouquíssimos setores precários, ao contrário de Monte Mor, cujo território acolhe a expansão de Campinas/Hortolândia, que se dá ao longo da rodovia SP 101. Em ambos os municípios os IBGE não encontrou subnormais, mas



a quantidade de assentamentos precários em Monte Mor configura o maior percentual de população em precariedade da Região Metropolitana de Campinas: 40%.

Mapa 4.3 – Porção Oeste da RMC: municípios de Hortolândia, Sumaré, Nova Odessa, Santa Bárbara d'Oeste, Americana e Paulínia

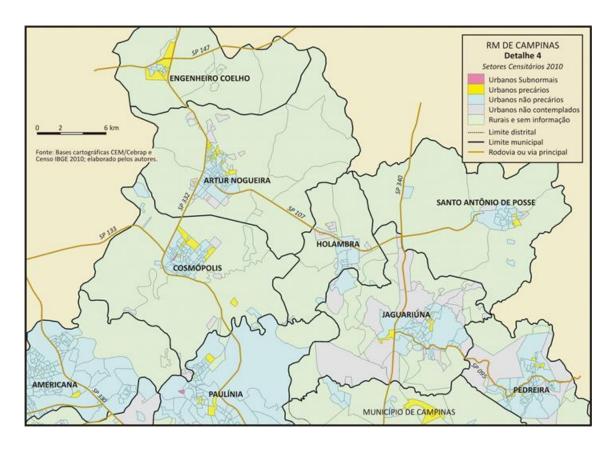


A população de Hortolândia e Sumaré em situação de precariedade habitacional é muito superior à média regional. Somadas à de Monte Mor, totalizam quase 120 mil, mais da metade de Campinas. Esses quatro municípios, juntos, têm 84% dos moradores da região metropolitana em setores caracterizados como subnormais ou assentamentos precários. Porém, diferencia-os de Campinas o fato de apresentarem poucos subnormais. Vale notar que a concentração de precariedade em Sumaré, notadamente no distrito de Nova Veneza, assim como a de Hortolândia, seriam prolongamento do estreito setor Oeste de Campinas. Haveria, portanto, um arco regional de precariedade habitacional de sentido geral Sudoeste, opondo-se ao referido arco Noroeste que se estende pelo município de Campinas.



Nos demais municípios representados no Mapa 4.3, a presença de subnormais e assentamentos precários é significativamente menor, destacando-se ligeiramente Santa Bárbara d'Oeste.

Mapa 4.4 – Porção Norte da RMC: municípios de Cosmópolis, Artur Nogueira, Engenheiro Coelho, Holambra, Jaguariúna, Santo Antônio de Posse e Pedreira



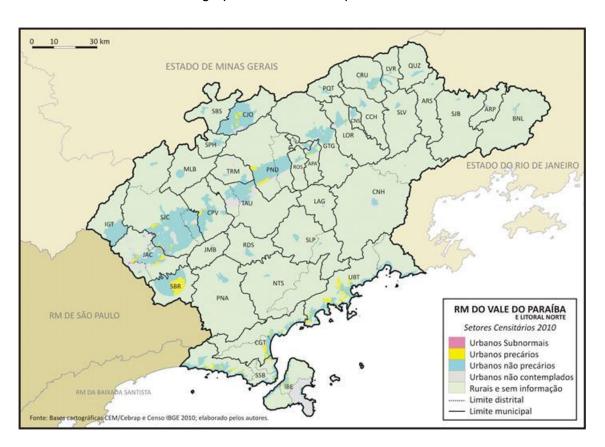
No extremo Norte da Região Metropolitana de Campinas, destacado no mapa 4.4, Engenheiro Coelho destaca-se pelo alto percentual de precariedade habitacional: 38%, o segundo maior da região. Em seguida vêm Artur Nogueira, com 20%, e Cosmópolis, com 12%. A região apresenta um perfil tradicionalmente rural, mas com presença da indústria, especialmente ao longo da SP 340. Nenhum dos municípios conurba-se, nem entre si nem com Campinas. Por esse aspecto, chamam a atenção os altos índices ali verificados, especialmente o de Engenheiro Coelho.



4. Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte

Neste item, apresentamos a distribuição territorial da precariedade urbana na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. O mapa 5 destaca a região como um todo e os seguintes detalham os municípios ou porções urbanizadas onde há maior incidência de setores subnormais ou assentamentos precários.

Mapa 5 – Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte – setores censitários 2010 agrupados conforme a precariedade habitacional

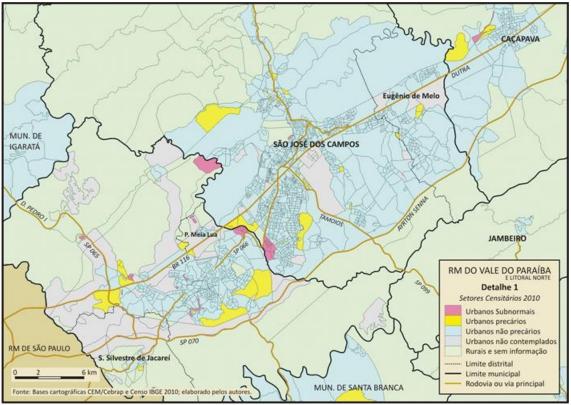


Os números confirmam o que a visualização do Mapa 5 sugere: a RM do Vale do Paraíba – Litoral Norte tem o menor contingente de setores subnormais e de assentamentos precários da Macrometrópole Paulista. Do ponto de vista geoeconômico, a região pouco se diferencia das demais . Tradicionalmente ligada à agricultura, incorporou a indústria desde meados do Século XX, forjou núcleos de alta especialização e tecnologia e apresenta porções urbanas com economia moderna ao lado de uma grande porção territorial pouco povoada e praticamente estagnada. No entanto, a região se caracteriza pela justaposição de faixas geograficamente distintas:



a Serra da Mantiqueira, o Vale do Paraíba, o alto Paraíba/Paraibuna e o litoral. Neste, por sinal, foram encontrados numerosos setores com características de precariedade, em meio a subnormais praticamente inexistentes.

Mapa 5.1 – RMVP-LN: municípios de Jacareí, São José dos Campos e Caçapava

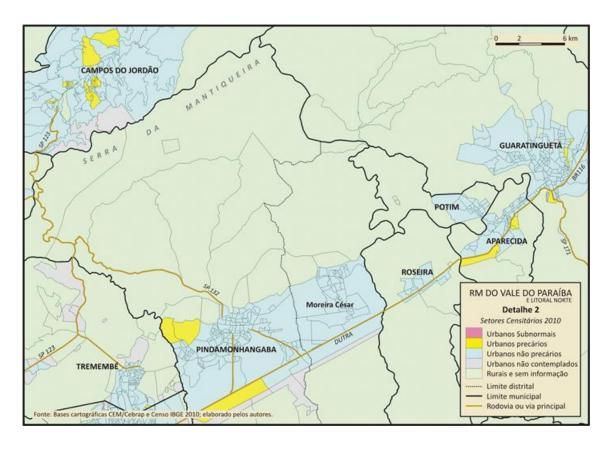


São José dos Campos, o principal polo demográfico e econômico da região, forma, com seus vizinhos Jacareí e Caçapava, o maior aglomerado urbano do Vale do Paraíba. No entanto, mesmo nestes municípios a presença de setores habitacionais precários é bastante reduzida, comparando-se com os núcleos urbanos de mesmo porte na Macrometrópole Paulista. O grande aglomerado de subnormais no município de São José dos Campos, junto à divisa dom Jacareí, é a gleba Pinheirinho, que ganhou notoriedade nacional por ter sido desocupada de forma sumária em 2012, ou seja, após a coleta do Censo 2010. Alguns setores precários têm grande extensão, mas, poucos habitantes e muitos deles foram detectados com a pesquisa em imagens de satélite.



centro de estudos da metrópole

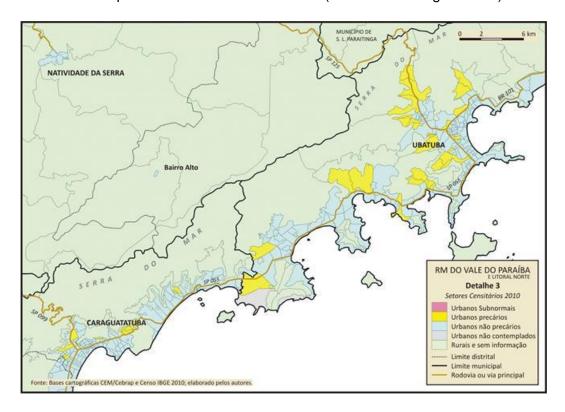
Mapa 5.2 – RMVPLN: municípios de Campos do Jordão, Tremembé, Pindamonhangaba, Roseira, Aparecida e Guaratinguetá



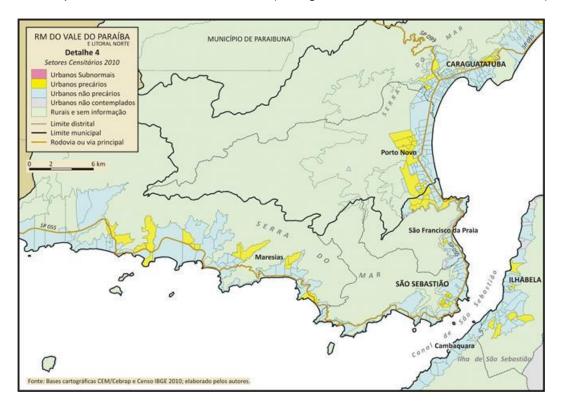
Como já destacado, são poucos os setores censitários subnormais ou de precariedade habitacional na RM do Vale do Paraíba-Litoral Norte. Dos municípios abrangidos pelo Mapa 5.2, destaca-se Campos do Jordão, que tem o segundo maior percentual demográfico nesses setores: 31%. Urbanisticamente, são ocupações em morros e encostas, que são frequentes por todo o tecido urbano jordanense. Com menores valores, destacam-se Aparecida (6%) e Guaratinguetá (3%). O total de população em condições de precariedade de ambos atinge 5 mil, enquanto Campos do Jordão soma 15 mil.



Mapa 5.3 - RMVPLN: Litoral Norte (Ubatuba e Caraguatatuba)



Mapa 5.4 - RMVPLN: Litoral Norte (Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela)





O maior volume de população em condições de precariedade habitacional da RM do Vale do Paraíba – Litoral Norte está no litoral. Quase todos detectados através das imagens de satélite, parecem originar-se dos mesmos processos de exclusão social característicos da maioria das cidades brasileiras. A tipologia mais frequente desses assentamentos é a ocupação de áreas íngremes nas periferias que bordejam as primeiras elevações da Serra do Mar, como demonstrado nos Mapas 5.3 e 5.4. Ocorre no Litoral Norte um previsível processo de valorização dos terrenos junto à orla, por conta da atividade turística e de veraneio. Mesmo em Ilhabela, onde o turismo mais seletivo (restrito pela travessia do Canal de São Sebastião por balsa) proporcionaria um padrão socioeconômico mais elevado, foram detectadas ocupações nas encostas da formação serrana também presente na Ilha de São Sebastião.

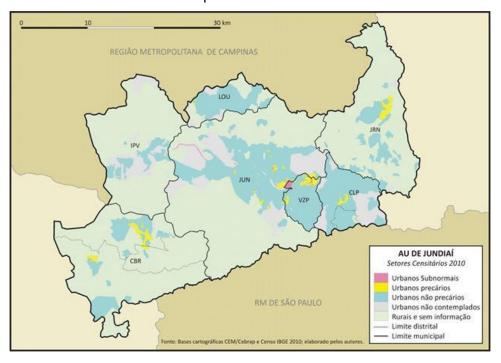
O maior percentual de população em condições de precariedade do Litoral Norte está em São Sebastião: 34%. Nos demais municípios, todos ultrapassam 20%. Em termos absolutos, os quatro municípios litorâneos somam 74 mil moradores em condições de precariedade, o que equivale a 52% da RMVPLN.

5. Aglomerado Urbano de Jundiaí

Neste item, apresentamos a distribuição territorial da precariedade urbana no Aglomerado Urbano de Jundiaí. O mapa 6 destaca o aglomerado como um todo e os seguintes detalham os municípios ou porções urbanizadas onde há maior incidência de setores subnormais ou assentamentos precários.



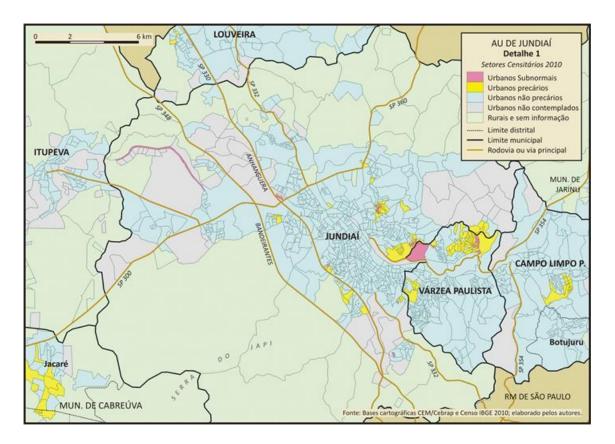
Mapa 6 – Aglomerado Urbano de Jundiaí: setores censitários 2010 agrupados conforme a precariedade habitacional



A menor das regiões aqui tratadas pode ser considerada uma interface geográfica São Paulo/Campinas. Vale, nessa interpretação, levar em conta a centenária presença da ferrovia: o primeiro eixo implantado no Estado de São Paulo conectava Santos a Jundiaí. Com ela manteve-se um contato mais estreito com a capital e toda a sua evolução socioeconômica. Por outro lado, a expansão para Oeste e Noroeste parece seguir padrões urbanísticos mais ao estilo do Interior. Em termos de precariedade, é sintomático que esteja presente em maior número justamente nos municípios por onde passa a antiga São Paulo Railway: Jundiaí, Várzea Paulista e Campo Limpo Paulista. No entanto, o maior percentual de população em situação de precariedade está em Cabreúva. Essa população está praticamente circunscrita ao distrito do Jacaré, que recebe o impacto da expansão jundiaiense ao longo da rodovia SP 300 (Marechal Rondon) e detém o maior contingente demográfico do município. Destaca-se, de forma inversa, o município de Itupeva, onde não foram detectados setores subnormais ou precários.



Mapa 6.1 - AUJ: municípios de Jundiaí, Várzea Paulista e Campo Limpo Paulista



Várzea Paulista e Jundiaí detêm 72% da população em condições habitacionais precárias de toda a aglomeração. O impacto local, porém, é maior em Várzea Paulista, onde 28% de sua população vive nessa condição; em Jundiaí são 13%. O maior volume de setores precários, em ambos, ocupa áreas de maior declive na margem direita do rio Jundiaí. Destacam-se, em Jundiaí, São Camilo, Nambi e Tamoio e, em Várzea Paulista, o grande aglomerado de favelas e assentamentos precários denominado Pacaembu. Outras concentrações de assentamentos precários ocorrem na margem oposta do rio Jundiaí e da ferrovia, em Várzea Paulista e em Campo Limpo Paulista. Na aglomeração como um todo são poucos os setores classificados como subnormais pelo IBGE. Entre eles, chama a atenção a favela linear no bairro Varjão ou Fazenda Grande, ocupando um antigo leito ferroviário em direção a Itupeva.



II. Comparando assentamentos precários em 2000 e 2010

Mas e de que forma variaram os assentamentos precários nas regiões analisadas ao longo da década de 2000? Considerando que a informação relativa aos setores subnormais é fortemente influenciada pelos critérios de atualização da base de subnormais pelo IBGE, e que essa sofreu importantes mudanças entre 2000 e 2010, embora de forma diferenciada dependendo do município, a mera comparação da população habitante de setores subnormais pouco nos informa sobre os processos de transformação experimentados pelo fenômeno. No caso dos municípios da Macrometópole Paulista, por exemplo, o número total de setores subnormais passou de 2.498 para 4.072, o que representaria um crescimento de 63% ou 5% em cada ano na década. Os números de pessoas e domicílios em setores subnormais passaram de 2 milhões para 2,7 milhões de habitantes e de 506 mil para 737 mil domicílios, respectivamente. Isso representaria aumentos de 33% e 45%, respectivamente, ou o correspondente a taxas de crescimento de 3% e 4% ao ano na década. Qual a proporção desse crescimento pode ser creditada à atualização das bases do IBGE e qual deve ser considerado como crescimento demográfico estritamente? O exercício que desenvolvemos nessa seção tem por objetivo precisar esses elementos.

Embora a comparação dos setores subnormais não possa ser realizada diretamente, os números obtidos para os assentamentos precários podem ser comparados, já que foram gerados com a mesma metodologia e utilizando modelos estatísticos comparáveis, embora considerando as variáveis de cada Censo. A Tabela 1 a seguir inicia a comparação ao apresentar a informação dos números de setores em cada Censo e por região. Tabelas incluídas no anexo deste relatório detalham a informação por município.

Como se pode ver na última coluna da Tabela 1, a Macrometrópole Paulista tinha 3.854 setores de assentamentos precários em 2000 e passou a ter 5.786 em 2010, um aumento de 50% ou 4% de crescimento ao ano. As regiões que apresentaram os maiores aumentos relativos nos números de setores nessa condição foram a RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte e o AU de Jundiaí, embora sejam essas também as que contam com menores presenças absolutas do fenômeno.



Tabela 1 – Tipo de setor censitário por região Macrometrópole Paulista 2000-2010

	Tipo de Setor Censitário										
Região	Setores Subnormais (A)	Setores precários (B)	Setores de outro tipo	Sem Domicílio Particular Perm.	Sem Inf.	Total	Assentamentos precários (A+B)				
RM de São							_				
Paulo											
2000	2.053	1.099	17.966	48	63	21.229	3.152				
2010	3.305	1.087	24.345	61	577	29.375	4.392				
RM da Baixada Santista											
2000	208	78	1.805	20	8	2.119	286				
2010	423	63	2.399	5	56	2.946	486				
RM de Campinas											
2000	205	127	2.593	13	23	2.961	332				
2010	276	285	3.194	9	187	3.951	561				
RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte											
2000	13	40	2.521	14	18	2.606	53				
2010	36	178	3.060	21	191	3.486	214				
AU de Jundiaí											
2000	19	12	718	9	6	764	31				
2010	32	101	908	3	107	1.151	133				
Total Macrometrópole											
2000	2.498	1.356	25.603	104	118	29.679	3.854				
2010	4.072	1.714	33.906	99	1.118	40.909	5.786				

Fonte: Elaboração CEM a partir dos Censos Demográficos IBGE (2000 e 2010).

A Tabela 2 a seguir segue aprofundando a análise, ao apresentar os números de pessoas residentes em setores subnormais e classificados como precários. Como se pode ver, a Macrometrópole Paulista contava com 3,2 milhões de habitantes em setores com precariedade em 2000 e passou a alojar 3,8 milhões em 2010. O crescimento da população habitando áreas nessas condições, portanto, foi de cerca de 20% ou aproximadamente 2% ao ano. Esse valor é não apenas inferior ao verificado nos setores (Tabela 1), mas também bem inferior ao crescimento da população moradora em setores subnormais – 33%. Mas é superior ao crescimento do conjunto da população considerada no presente estudo para a Macrometrópole Paulista, de aproximadamente 13% na década. Assim como na tabela anterior, os maiores acréscimos relativos ocorreram na RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte e no AU de



Jundiaí, embora essas áreas concentrem menores volumes do fenômeno do que as regiões mais populosas. As áreas com a maior presença do fenômeno continuam a ser a RM de São Paulo, com 2,6 milhões de habitantes em 2000 e 2,8 milhões em 2010 e, em um patamar bem mais baixo, a RM de Campinas, com 223 mil e 395 mil naquelas duas datas, respectivamente. A RM da Baixada Santista aparece como um próximo terceiro lugar com 265 mil habitantes em 2000 e 339 mil pessoas em 2010.

Tabela 2 - Número de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes por tipo de setor censitário e região

Macrometrópole Paulista 2000-2010

	Tipo de Setor Censitário									
		1.60 00								
Região	Setores Subnormais (A)	Setores precários (B)	Setores de outro tipo	Sem Inf.	Total	Assentamentos precários (A+B)				
RM de São Paulo						_				
2000	1.652.757	963.421	14.853.164	7.447	17.476.789	2.616.178				
2010	2.169.502	652.318	16.397.596	236.951	19.456.367	2.821.820				
RM da Baixada Santista										
2000	189.735	75.362	1.195.115	966	1.461.178	265.097				
2010	297.091	41.753	1.309.040	5.659	1.653.543	338.844				
RM de Campinas										
2000	139.398	84.072	2.035.263	5.787	2.264.520	223.470				
2010	160.825	234.273	2.283.407	56.873	2.735.378	395.098				
RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte										
2000	7.048	31.429	1.804.660	5.311	1.848.448	38.477				
2010	18.522	123.947	1.962.745	26.234	2.131.448	142.469				
AU de Jundiaí										
2000	17.649	13.407	499.949	51	531.056	31.056				
2010	22.949	79.917	519.162	42.333	664.361	102.866				
Total Macrometrópole										
2000	2.006.587	1.167.691	20.388.151	19.562	23.581.991	3.174.278				
2010	2.668.889	1.132.208	22.471.950	368.050	26.641.097	3.801.097				

Fonte: Elaboração CEM a partir dos Censos Demográficos IBGE (2000 e 2010).

A Tabela 3 a seguir complementa a informação geral sobre a dinâmica do fenômeno na década ao apresentar os números de domicílios em cada uma das condições, por região. Para o conjunto da região, os domicílios em áreas precárias aumentaram de 806 mil em 2000 para 1,1 milhão em 2010. Assim como nas tabelas



anteriores, os maiores crescimentos relativos ocorreram na RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte e no AU de Jundiaí, embora as RMs de São Paulo e de Campinas concentrem as maiores presenças absolutas do fenômeno com 782 e 100 mil domicílios em 2010, respectivamente.

Tabela 3 - Número de domicílios particulares permanentes por tipo de setor censitário e região - Macrometrópole Paulista 2000-2010

	Tipo de Setor Censitário									
Região	Setores Subnormais (A)	Setores precários (B)	Setores de outro tipo	Sem Inf.	Total	Assentamentos precários (A+B)				
RM de São Paulo										
2000	416.143	245.994	4.267.222	1.917	4.931.276	662.137				
2010	598.324	183.938	5.198.054	67.883	6.048.199	782.262				
RM da Baixada Santista										
2000	49.000	20.199	353.965	253	423.417	69.199				
2010	83.492	11.901	429.725	1.723	526.841	95.393				
RM de Campinas 2000	35.088	21.764	586.278	1.668	644.798	56.852				
2010	43.536	66.959	729.701	17.206	857.402	110.495				
RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte 2000	1.688	8.034	489.791	1.305	500.818	9.722				
2010	5.076	36.249	599.527	7.523	648.375	41.325				
AU de Jundiaí										
2000	4.400	3.440	140.443	14	148.297	7.840				
2010	6.127	22.961	164.447	12.262	205.797	29.088				
Total Macrometrópole										
2000	506.319	299.431	5.837.699	5.157	6.648.606	805.750				
2010	736.555	322.008	7.121.454	106.597	8.286.614	1.058.563				

Fonte: Elaboração CEM a partir dos Censos Demográficos IBGE (2000 e 2010).

A combinação das informações das Tabelas 2 e 3 indica que a densidade domiciliar em áreas precárias caiu, passando de 3,9 moradores por domicílio em 2000 para 3,6 moradores em 2010, para o conjunto da Macrometrópole Paulista. Essa queda acompanha, na verdade, a queda da densidade para o conjunto da população da Macrometrópole Paulista considerada no presente estudo, que passou de 3,5 para 3,2 habitantes por domicílios na década.



centro de estudos da metrópole

A Tabela 4 abaixo completa a informação ao apresentar as proporções relativas de setores, domicílios e habitantes em áreas precárias (e subnormais) para os dois anos censitários. Como se pode ver, a proporção de moradores em áreas de precariedade passou de 13,5% para 14,3% no período, ou 12,1% para 12,8% de domicílios. Essas cifras, entretanto, variam bastante entre regiões. As regiões com maior presença relativa de precariedade populacional são as RMs da Baixada Santista e de São Paulo com, respectivamente, 20,5% e 14,5% das pessoas em 2010. Os maiores crescimentos em termos proporcionais se verificaram no AU de Jundiaí, que pulou de 5,8% para 15,5% de pessoas e na RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte, que passou de baixos 2,1% para 6,7% de habitantes. Como já registrado no primeiro relatório, esse aumento pode indicar uma melhor aderência dos dados de 2010 aos modelos estatísticos, considerando a intensa atualização realizada pelo IBGE nessas regiões. Um último elemento a destacar é a queda da proporção relativa de precariedade na RM de São Paulo, de 15,0% em 2000 para 14,5% em 2010 em termos de moradores ou de 13,4% para 12,9% em termos de domicílios.

Tabela 4 – Proporções de setores¹, domicílios e pessoas em setores subnormais e precários por região - Macrometrópole Paulista 2000-2010

Região	Setores		Domicílios			Pessoas			
Neglao	AS	AP	AS+AP	AS	AP	AS+AP	AS	AP	AS+AP
RM de São Paulo									
2000	9,7	5,2	14,8	8,4	5,0	13,4	9,5	5,5	15,0
2010	11,3	3,7	15,0	9,9	3,0	12,9	11,2	3,4	14,5
RM da Baixada Santista									
2000	9,8	3,7	13,5	11,6	4,8	16,3	13,0	5,2	18,1
2010	14,4	2,1	16,5	15,8	2,3	18,1	18,0	2,5	20,5
RM de Campinas									
2000	6,9	4,3	11,2	5,4	3,4	8,8	6,2	3,7	9,9
2010	7,0	7,2	14,2	5,1	7,8	12,9	5,9	8,6	14,4
RM do Vale do Paraíba e									
Litoral Norte									
2000	0,5	1,5	2,0	0,3	1,6	1,9	0,4	1,7	2,1
2010	1,0	5,1	6,1	0,8	5,6	6,4	0,9	5,8	6,7
AU de Jundiaí									
2000	2,5	1,6	4,1	3,0	2,3	5,3	3,3	2,5	5,8
2010	2,8	8,8	11,6	3,0	11,2	14,1	3,5	12,0	15,5
Total Macrometrópole									
2000	8,4	4,6	13,0	7,6	4,5	12,1	8,5	5,0	13,5
2010	10,0	4,2	14,1	8,9	3,9	12,8	10,0	4,2	14,3

Fonte: Elaboração CEM a partir dos Censos Demográficos IBGE (2000 e 2010).

⁽¹⁾ No total de setores do estudo.



centro de estudos da metrópole

Como vimos nas tabelas anteriores, a população e os domicílios em precariedade aumentaram em termos absolutos em todas as regiões. Portanto, a queda relativa verificada em São Paulo indica um ritmo de crescimento inferior ao verificado no restante da população da Macrometrópole Paulista. A Tabela 5 a seguir apresenta as taxas de crescimento na década para assentamentos precários e para os demais setores em cada região,. Como se pode ver, as maiores taxas de crescimento em assentamentos precários se verificaram na RM do Vale do Paraíba Litoral Norte e no AU de Jundiaí. A RM de Campinas também apresentou taxas de crescimento bastante elevadas em áreas precárias. Em todas as regiões, as taxas em áreas precárias foram mais elevadas do que para o conjunto da população do estudo, exceto pela RM de São Paulo, onde a população como um todo cresceu a 1,1% ao ano enquanto a população em precariedade cresceu a 0,8% aa. Em todos os casos as taxas de crescimento de domicílios foram superiores às da população precária, indicando redução da densidade.

Tabela 5 – Taxas de crescimento anual 2000/2010 (em %) da população total do estudo e em assentamentos precários, por região

		amentos ários	População total do estudo		
	Pessoas	Domicílios	Pessoas	Domicílios	
RM de São Paulo	0,8	1,7	1,1	2,1	
RM da Baixada Santista	2,5	3,3	1,2	2,2	
RM de Campinas	5,9	6,9	1,9	2,9	
RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte	14,0	15,6	1,4	2,6	
AU de Jundiaí	12,7	14,0	2,3	3,3	
Total Macrometrópole	1,8	2,8	1,2	2,2	

Fonte: Elaboração CEM a partir dos Censos Demográficos IBGE (2000 e 2010).

Mas ainda resta uma questão relativa ao crescimento demográfico em áreas de precariedade. Em que medida o crescimento observado nas tabelas anteriores diz respeito à abertura de novas áreas precárias ou de adensamento nas existentes? Se as cartografias de setores 2000 e de 2010 fossem compatíveis ou ao menos compatibilizáveis, poderíamos gerar uma análise direta de quantos setores se mantiveram como subnormais ou precários e quantos mudaram o seu status de precariedade. Infelizmente, não é possível compatibilizar as duas bases cartográficas completamente. Assim, para gerar uma comparação dinâmica dos espaços de precariedade, superpusemos as duas cartografias e calculamos por overlay a presença relativa das diversas situações de superposição. Dessa forma, são descontadas as mudanças geradas pelas diferenças nas duas cartografias.



A Tabela 6 a seguir apresenta a informação no que diz respeito à área geográfica. Podemos ver que a grande maioria da área das regiões (82,1%) para o conjunto da Macrometrópole Paulista não tinha condições de precariedade em 2000 e assim se manteve em 2010. Por outro lado, 5,0% da área se manteve precária, com destaque para as RMs da Baixada Santista e de Campinas, com cerca de 11% e 10%, respectivamente. No conjunto das regiões, outros 4,6% da área deixaram de ser precárias, novamente com destaque para a RM da Baixada Santista com 7,2%. Por outro lado, tornaram-se precárias 4,2% de toda a área da Macrometrópole Paulista, com destaque negativo para Campinas com 13,0%. Portanto, em termos globais, o balanço é de estabilidade em termos da área ocupada por precariedade, embora nas RMs da Baixada Santista, de São Paulo e do Vale do Paraíba e Litoral Norte mais áreas tenham deixado de ser precárias, enquanto na RM de Campinas o balanço da precariedade é claramente negativo.

Tabela 6 – Distribuição da área geográfica total em área⁽¹⁾, por região, segundo tipo de setor censitário 2000-2010

	Região								
Tipo de setor censitário 2000- 2010	RM de São Paulo	Raiyada Campina Paraiba de		AU de Jundiaí	Total da Macrometrópole Paulista				
Se mantiveram não precárias (não prec. em 2000 e 2010)	86,8	72,6	71,4	82,2	92,1	82,1			
Se mantiveram precárias (subnormal-subnormal; subnormal-prec.,precprec., precsubnormal)	3,4	10,8	9,8	3,2	0,5	5,0			
Deixaram de ser precárias (subnormal- não prec. e prec não prec.)	4,7	7,2	3,2	4,6	1,4	4,6			
Se tornaram precárias (não precsubnormal e não precprec.)	3,4	3,5	13,0	1,0	0,5	4,2			
Outras situações (sem informação e sem domicílios)	1,8	5,9	2,7	9,0	5,5	4,1			
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0			

Fonte: Elaboração CEM a partir dos Censos Demográficos IBGE (2000 e 2010). (1) Considerando apenas os setores que fazem parte do estudo em 2000 e 2010.

Mas como os assentamentos apresentam densidades muito diversas dependendo do padrão de implantação, essa informação deve ser complementada pela proporção populacional presente em 2010 em cada tipo de situação. Essa



informação é apresentada na Tabela 7 a seguir. Como podemos ver, os resultados são bastante próximos da tabela anterior por área. Em 2010, cerca de 83% da população da Macrometrópole Paulista habitava áreas que tinham mantido seu status de não precárias, enquanto outras 10% moravam em locais que já eram precários em 2000 e assim se mantiveram em 2010. Em seguida temos as duas situações associadas às dinâmicas da precariedade. Cerca de 3,4% da população habitava locais que deixaram de ser precários, enquanto outros 3,6% moravam em áreas que viraram precárias na década.

Tabela 7 – Distribuição da população residente em domicílios particulares permanentes em 2010⁽¹⁾, por região, segundo tipo de setor censitário 2000-2010

	Região							
Tipo de setor censitário 2000- 2010	RM de São Paulo	RM da Baixada Santista	RM de Campinas	RM do Vale do Paraíba de Litoral Norte	AU de Jundiaí	Total da Macrometró- pole Paulista		
Se mantiveram não precárias (não precárias em 2000 e 2010)	81,6	78,1	79,3	97,3	92,8	82,7		
Se mantiveram precárias (subnormal-subnormal; subnormal-prec.,precprec., precsubnormal)	11,1	14,3	8,6	1,4	3,2	10,1		
Deixaram de ser precárias (subnormal- não prec. e prec não prec.)	4,0	2,5	2,1	0,8	1,8	3,4		
Se tornaram precárias (não precsubnormal e não precprec.)	3,1	5,0	9,3	0,2	0,4	3,6		
Outras situações (sem informação e sem domicílios)	0,2	0,2	0,6	0,4	1,8	0,3		
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		

Fonte: Elaboração CEM a partir dos Censos Demográficos IBGE (2000 e 2010).

O balanço, portanto, é praticamente de estabilidade para o conjunto da região, embora não o seja para regiões específicas. As tabelas 6 e 7 sugerem, por exemplo, que o elevado crescimento observado na RM de Campinas (Tabela 5) se deve muito mais a expansão territorial do que a adensamento. Por outro lado, o grande crescimento na RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte e no Aglomerado Urbano de Jundiaí (Tabela 5) não se deve à população presente em novas área precárias, o que sugere que deva ser provocado principalmente por adensamento. Para o caso da RM

⁽¹⁾ Considerando apenas os setores que fazem parte do estudo em 2000 e 2010.



de São Paulo, a população que habitava em 2010 áreas que deixaram de ser precárias era maior do que a morava em espaços que viraram precários. É interessante observar que esses adensamentos dizem respeito a adensamento dos núcleos, visto que, como já observamos, houve queda da densidade domiciliar em todas as regiões.

Por fim, podemos analisar como se distribui o saldo populacional entre 2000 e 2010 por cada tipo de situação dos setores em relação à precariedade. Essa informação é apresentada na Tabela 8 a seguir, indicando onde o crescimento da precariedade se localiza, em termos relativos. Como se pode ver, para o conjunto da macrometrópole, cerca de 9% do saldo populacional se localizou em áreas que se mantiveram precárias, o que pode ser considerado como crescimento por adensamento. Mas outros 9% ocorreram em áreas que se tornaram precárias, o que indica crescimento de precariedade por expansão territorial. Confirmando as informações anteriores, as regiões da Baixada Santista, de Campinas e de São Paulo são as que apresentaram maior saldo populacional em áreas que se tornaram precárias. O crescimento por adensamento merece destaque relativo em São Paulo e Campinas. Entretanto, como vimos anteriormente (Tabela 5), na região metropolitana de São Paulo o crescimento absoluto foi baixo, enquanto em Campinas foi bastante significativo. De forma geral, enquanto em São Paulo e Campinas os crescimentos observados se deveram tanto a adensamento quanto a áreas novas, na Baixada Santista a expansão de áreas precárias foi predominante.



Tabela 8 – Saldo populacional proporcional entre 2000 2010 em cada região, por tipo de setor censitário

				Região		
Tipo de setor censitário 2000- 2010	RM de São Paulo	RM da Baixada Santista	RM de Campinas	RM do Vale do Paraíba de Litoral Norte	AU de Jundiaí	Total da Macrometró- pole Paulista
Se mantiveram não precárias (não precárias em 2000 e 2010) Se mantiveram precárias (subnormal-subnormal;	72,4	81,6	72,3	98,0	86,9	76,1
subnormal-prec.,precprec., precsubnormal) Deixaram de ser precárias (subnormal- não prec. e precnão	10,6	6,2	9,2	2,1	1,2	8,9
prec.)	7,4	2,8	6,0	2,0	0,5	6,1
Se tornaram precárias (não prec subnormal e não precprec.)	9,9	12,5	10,9	0,2	1,8	9,0
Outras situações (sem informação e sem domicílios)	- 0,3	- 3,1	1,5	- 2,3	9,6	- 0,1
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: Elaboração CEM a partir dos Censos Demográficos IBGE (2000 e 2010).

III. Capacidades Administrativas dos Municípios para a Política Habitacional

Nesta parte é realizado um diagnóstico das capacidades administrativas dos municípios das quatro Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo e do Aglomerado Urbano de Jundiaí para a gestão da política habitacional. O estudo se baseou em trabalhos prévios desenvolvidos pela equipe do Centro de Estudos da Metrópole para o Ministério das Cidades¹, sobre as capacidades dos municípios brasileiros para a política habitacional. Em especial o trabalho de 2012 propôs uma metodologia para mensuração das capacidades administrativas na área habitacional, levando em conta as dimensões previstas no Sistema Nacional de Habitação, bem como os fatores que afetam a sua trajetória.

⁽¹⁾ Considerando apenas os setores que fazem parte do estudo em 2000 e 2010.

¹ O Centro de Estudos da Metrópole desenvolveu dois estudos para o Ministério das Cidades sobre as Capacidades Administrativas dos Municípios Brasileiros. Eles deram origem a dois livros: Arretche, Vazquez e Fusaro. 2007. *Capacidades Administrativas, Déficit e Efetividade na Política Habitacional*, Brasília: Centro de Estudos da Metrópole/ Ministério das Cidades – Secretaria Nacional de Habitação e Arretche (coord). 2012. *Capacidades Administrativas dos Municípios Brasileiros para a Política Habitacional*, Brasília: Centro de Estudos da Metrópole/ Ministério das Cidades – Secretaria Nacional de Habitação.



Esses estudos apontaram forte expansão nos municípios brasileiros dos instrumentos de gestão na segunda metade da década de 2000, sendo que, em 2009: cerca de 80% dos municípios brasileiros possuíam um cadastro para identificação do déficit municipal de moradia; quase 70% deles contavam com um órgão para gestão da política habitacional; mais de 40% apresentavam conselho municipal de habitação; e pouco mais de 40% tinham fundo municipal de habitação.

O cadastro (ou fonte de informação) para identificação do déficit municipal de moradia apresentou, para todas as categorias de municípios, elevada incidência e alta taxa de sobrevivência ao longo do tempo. Com relação ao órgão gestor, a ausência é um fenômeno concentrado nos municípios de até 20 mil habitantes da região Sudeste, sendo que ele está presente com alta frequência em municípios de porte grande e médio e mais urbanizados. Já a morte institucional do órgão² é mais frequente nas regiões Norte e Centro-Oeste e nos municípios do Nordeste fora de Regiões Metropolitanas.

O conselho e o fundo apresentaram trajetórias semelhantes. A presença dos dois instrumentos está concentrada nos municípios de porte médio e grande da região Sul. Já a ausência está concentrada, no primeiro caso, em municípios das regiões Norte e Nordeste com até 20 mil habitantes e pouco urbanizados e, no segundo, em municípios pequenos do Nordeste. A morte institucional é a situação que apresenta maior distinção entre os dois instrumentos – no caso do conselho, está concentrada nos municípios das regiões Nordeste e Centro Oeste e, no caso do fundo, em municípios pequenos.

No que tange aos programas habitacionais implementados pelos municípios, a construção de unidades habitacionais é a ação mais frequente nos municípios brasileiros – 60,7% dos municípios implementaram programas de construção de moradias no biênio 2007-2008, sendo que 41,1% do total de municípios brasileiros fizeram estes programas em cooperação com o governo federal ao passo que 29,0% deles cooperaram com os Estados para este tipo de programa.

A melhoria de unidades habitacionais apresentou o segundo percentual mais elevado em 2007-2008: foi realizada por 46,5% dos municípios brasileiros. Já a oferta de material de construção ficou na terceira posição neste mesmo período, tendo sido adotada por 35,7% do total de municípios. Estes são programas realizados basicamente por iniciativa exclusiva dos municípios, embora a melhoria de unidades

.

² A morte institucional do órgão foi uma categoria utilizada para designar uma situação em que o governo municipal decide fechar uma secretaria ou departamento de habitação.



habitacionais também tenha sido realizada, em partes, a partir de convênios com os governos federal e/ou estadual.

Os programas de ofertas de lotes ficaram em quarto lugar: 24,6% do total de municípios declararam ter executado programas desta natureza, em grande maioria por sua iniciativa exclusiva. A urbanização de assentamentos é o tipo de programa habitacional que apresenta mais baixa taxa de frequência, com 13,8%.

Assim como para os instrumentos de gestão das políticas habitacionais, encontramos grande heterogeneidade entre os estados brasileiros no que diz respeito à presença dos programas habitacionais. Por este motivo, torna-se interessante analisarmos mais detalhadamente os municípios da macrometrópole paulista.

Municípios da Macrometrópole Paulista

O objetivo deste estudo é dar um "zoom" nos 113 municípios que compõem as 4 Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo e o Aglomerado Urbano de Jundiaí. A análise regional e por estados feita no trabalho do Ministério das Cidades revelou que o Estado de São Paulo apresenta, tanto no caso da presença e evolução dos instrumentos, como no que tange à implementação dos programas habitacionais – proporção de municípios e formas de parcerias – comportamentos distintos dos outros estados brasileiros. Passemos a seguir à análise da Macrometrópole Paulista.

1. Capacidades administrativas dos municípios para a política habitacional

Neste item, é feito um diagnóstico das capacidades administrativas dos municípios que compõem as 4 Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo e o Aglomerado Urbano de Jundiaí. Essas capacidades são medidas com base em estruturas institucionais existentes, as quais se supõe que afetem a possibilidade de oferta e gestão das unidades habitacionais e da infra-estrutura urbana. Assim como no estudo feito para o Ministério das Cidades, foram selecionados cinco instrumentos de gestão:

- 1. órgãos destinados à gestão da política habitacional e urbana;
- cadastros próprios e/ou fontes de informação para a identificação do déficit municipal de moradias;
- 3. consórcios intermunicipais de habitação;
- 4. instâncias de participação popular para o planejamento de políticas habitacionais (conselhos municipais de habitação ou similares);



centro de estudos da metrópole

5. fundos específicos para a política habitacional e urbana.

Essa investigação foi realizada com base nos dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) do IBGE. Dada a sua regularidade e abrangência, esta pesquisa é a fonte mais confiável para estudos de capacidades administrativas municipais.

A inclusão da variável "órgão de gestão da política habitacional" permite medir a existência de burocracias especializadas na gestão de programas habitacionais bem como a centralidade do problema habitacional na agenda municipal. No entanto, vale destacar que a definição de órgão governamental na Munic é muito genérica, podendo ser considerado como órgão desde um departamento ou setor – subordinado à secretaria de habitação ou outra secretaria – até uma secretaria exclusiva³.

A existência - ou não - de cadastros ou fonte de informações para a identificação do déficit municipal de moradias permite avaliar em que medidas as prefeituras dispõem de recursos institucionais para mensurar a demanda por produção de moradias nos municípios. A possibilidade de cooperação com o governo estadual ou federal torna este instrumento tão ou mais necessário que o órgão para a produção de unidades habitacionais. A pergunta na Munic possibilita que a prefeitura considere como fonte de informações cadastros realizados para outros fins, como é o caso dos programas de distribuição de renda ou de outros benefícios⁴.

Com relação à terceira variável, o consórcio intermunicipal, permite identificar padrões de cooperação intermunicipal para a produção de políticas habitacionais. Ele é definido como:

"(...) a pessoa jurídica de direito privado ou associação pública entre dois ou mais municípios, visando à execução de projetos, obras e/ ou serviços de interesse comum voltados para o desenvolvimento regional." (Pesquisa de Informações Básicas Municipais – 2008)

-

³ No questionário da Munic de 2004, a pergunta era: "Esta prefeitura dispõe de algum órgão específico (secretaria ou departamento) para implementação de programas ou ações na área de habitação?". Em 2005, a informação não foi coletada. Em 2008, o órgão foi caracterizado em quatro tipos: secretaria municipal exclusiva, setor subordinado a outra secretaria, secretaria em conjunto com outras políticas setoriais e setor subordinado diretamente à chefia do executivo.. Em 2011, foi desagregado em cinco categorias: as quatro citadas para 2008 e outra categoria denominada "órgão da administração indireta".

⁴ Com pequenas alterações de forma, nos questionários da Munic de 2004, 2005, 2008 e 2011, a pergunta era: "A prefeitura possui cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais?"



Por fim, as duas últimas variáveis – fundo municipal de habitação e conselho municipal de habitação⁵ - permitem examinar dois instrumentos de gestão específicos do modelo de provisão de serviços sociais adotados no Brasil na Constituição de 1988.

A análise das capacidades instaladas nos municípios para administração dos programas habitacionais levou em consideração dois critérios: a existência de instrumentos de gestão da política habitacional e a sua permanência ao longo do tempo. Ou seja, uma vez instalados os instrumentos, observamos se eles são mantidos ou não.

Para observar a evolução e estabilidade dos instrumentos administrativos nos municípios brasileiros, comparamos os resultados coletados em 2004 (ou 2005), 2008 e 2011. Os questionários apresentam formatos ligeiramente distintos nas diferentes edições da MUNIC. Em 2004, o fluxo do questionário só permitia captar a existência de fundos para a política habitacional nos municípios que declaravam possuir conselhos municipais de habitação. Isso, provavelmente, resultou numa subestimação da variável "fundo". Para contornar esse problema, tomou-se o ano de 2005 como ponto de partida para a análise da evolução do fundo municipal de habitação. Em 2005, por sua vez, o questionário não incluiu a pergunta relativa à existência (ou não) de órgãos destinados à gestão da política habitacional. Mas, como decidimos adotar como ponto de partida da análise o ano de 2004 (com exceção do Fundo), a ausência da pergunta em 2005 não representou um obstáculo para a análise da evolução dos instrumentos municipais de gestão da política habitacional.

1.1. Instrumentos de Gestão da Política Habitacional nos Municípios da Macrometrópole Paulista

Este item apresenta a trajetória recente das capacidades administrativas dos municípios da Macrometrópole Paulista. A Tabela 9 apresenta o número e a proporção de municípios que declararam possuir cada um dos seguintes instrumentos de gestão da política habitacional:

Órgão responsável pela habitação no município⁶;

.

⁵ No questionário da MUNIC de 2004 a pergunta sobre a existência de Conselho Municipal de Habitação era: "existe conselho municipal de habitação?". Em 2005 era "o município possui conselho municipal de habitação?". Em 2008 era "o município possui conselho municipal de habitação ou similar?". Em 2011 era "o município possui conselho municipal de habitação?". Já a pergunta sobre a existência de Fundo Municipal de Habitação, em 2004 e 2005 era: "o município possui fundo municipal especial na área de habitação?". Em 2008 e 2011 ela sofreu uma pequena alteração: "o município possui fundo municipal de habitação?"

⁶ A definição de órgão é abrangente, incluindo o departamento ou setor – subordinado ou não à outra secretaria – e a própria secretaria – exclusiva ou não.



centro de estudos da metrópole

- Cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais⁷;
- 3. Participação em consórcio intermunicipal de habitação;
- Conselho municipal de habitação ou similar;
- 5. Fundo municipal de habitação;

As informações são apresentadas de acordo com o ano em que foram coletadas. Cada linha da tabela diz respeito a um instrumento específico e cada coluna a um determinado ano. Para cada ano, apresentamos informações referentes ao número de municípios que declararam possuir o instrumento e a proporção de municípios com o instrumento (no total de municípios da Macrometrópole Paulista).

Tabela 9 - Municípios com presença de instrumentos para política habitacional Macrometrópole Paulista - 2004/2005/2008/2011

Instruments	20	004	20	005	20	008	2011		
Instrumento	N	%	N	%	N	%	N	%	
Órgão	66	58,4	-	-	88	77,9	94	83,2	
Cadastro	89	78,8	82	72,6	84	74,3	90	79,6	
Consórcio	10	8,8	7	6,2	5	4,4	10	8,8	
Conselho	23	20,4	23	20,4	51	45,1	72	63,7	
Fundo	18	15,9	31	27,4	54	47,8	74	65,5	

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais.

Nota: Para 2004 existe uma subestimação da variável "Fundo", uma vez que o fluxo do questionário só permitia identificar a presença de "Fundo" para os municípios que declararam possuir "Conselho".

Os dados da Tabela 9 indicam que os instrumentos mais presentes nos municípios da região são o órgão destinado à gestão da política habitacional e urbana e o cadastro ou fonte de informação para identificação do déficit municipal de moradia. Em 2011, 83,2% dos municípios declararam possuir órgão de gestão e 79,6% declararam possuir cadastro. Estes números revelam a grande importância que a política habitacional ocupa nas agendas dos municípios da Macrometrópole Paulista.

Entre 2004 e 2011, houve forte expansão da proporção de municípios com órgão de gestão – o que indica uma crescente centralidade da política habitacional nos municípios. Esta expansão, contudo, deve ser analisada com cautela. Ela pode estar associada à forma abrangente de definição do instrumento na coleta de dados. A

⁷ O cadastro pode ser de qualquer área governamental.



pergunta na Munic permitia que fossem considerados como órgãos de gestão estruturas que são na verdade muito distintas – desde um departamento subordinado a uma outra secretaria até uma secretaria exclusiva de habitação.

Já a proporção de municípios com cadastro sofreu uma pequena queda na frequência de 2004 para 2005, seguida de crescimento. A pequena variação deste instrumento ao longo da década pode ser explicada pela sua elevada presença em 2004 – 78,8% dos municípios declararam possuir este instrumento naquele ano. Cabe ressaltar que podem ser considerados como cadastro outros instrumentos de coleta de informações como os cadastros de programas de transferência de renda.

A trajetória dos conselhos municipais de habitação e dos fundos municipais de habitação apresenta comportamento bastante similar. Por um lado, sua frequência não atingiu patamares tão elevados quanto aqueles para os instrumentos analisados anteriormente. Em 2011, 63,7% dos municípios apresentavam conselho e 65,5% fundo. Por outro lado, esses instrumentos apresentaram forte e contínua expansão no período analisado. A incidência de conselho nos municípios passa de 20,4% em 2004 para 63,7% em 2011. A presença de fundos municipais de habitação passa de 27,4% em 2005 para 65,5% em 2011.

Em conjunto, estes dados revelam crescente institucionalização das capacidades administrativas para a gestão da política habitacional nos municípios da Macrometrópole Paulista.

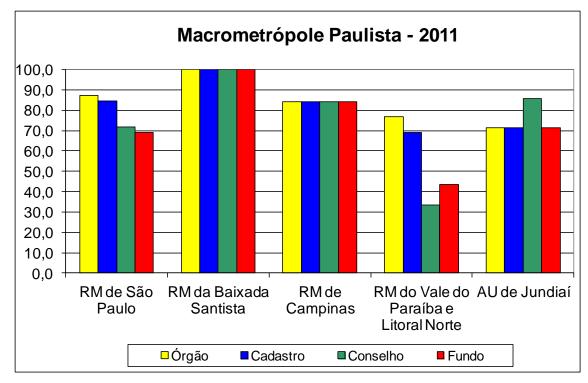
Por fim, temos o consórcio intermunicipal de habitação. A incidência do instrumento, que já era baixa em 2004, sofreu duas quedas em 2005 e 2008 e retornou ao patamar inicial em 2011 – apenas 8,8% dos municípios declararam sua existência naquele ano. Isso indica que a cooperação entre municípios não é relevante para a produção de habitações e serviços urbanos. Por esta razão, a análise dos consórcios foi excluída de nosso modelo analítico.

1.2. Distribuição Espacial das Capacidades Administrativas Municipais

Nesta seção será analisada a distribuição espacial dos instrumentos de gestão de programas habitacionais em 2011. As informações do Gráfico 1 estão apresentadas por Região Metropolitana e Aglomerado Urbano. Cada coluna representa um instrumento de gestão da política habitacional. A altura da coluna, por sua vez, indica a proporção naquela região dos municípios que declararam possuir cada instrumento analisado.



Gráfico 1 - Proporção de municípios com presença de instrumentos para política habitacional - Macrometrópole Paulista - 2011



Como pode ser observado no gráfico 1, as regiões apresentam comportamento heterogêneo quanto à presença dos instrumentos de gestão da política habitacional. A RM da Baixada Santista se destaca pela presença em todos os municípios dos quatro instrumentos de gestão analisados.

A RM de Campinas também apresenta elevada incidência de todos os instrumentos analisados - aproximadamente 85% dos municípios apresentam órgão, cadastro, conselho e/ou fundo. Vale destacar que não necessariamente são os mesmos municípios que apresentam os diferentes instrumentos.

Os patamares encontrados na RMSP para todos os instrumentos de gestão analisados foram ligeiramente superiores aos identificados na distribuição agregada para a Macrometrópole Paulista. Cerca de 85% dos municípios apresentam órgão e/ou cadastro e aproximadamente 70% dos municípios apresentam conselho e/ou fundo.

O AU de Jundiaí apresenta, por sua vez, patamares ligeiramente inferiores à média para a Macrometrópole no que tange ao órgão e cadastro – pouco mais de 70% dos municípios declararam a presença destes instrumentos – e superiores à média no que diz respeito ao conselho e ao fundo – 85,7% e 71,4% respectivamente.



Por fim, quando comparada com as outras regiões analisadas, a RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte é a que apresenta, com exceção do órgão de gestão, menor incidência dos instrumentos de gestão da política habitacional.

1.3. Evolução espacial dos instrumentos de gestão

Este item investiga a trajetória de cada uma das capacidades administrativas deste estudo, explorando sua concentração por Região Metropolitana e pelo Aglomerado Urbano. Analisaremos a distribuição espacial de cada um dos instrumentos de gestão, além da sua evolução ao longo do tempo. Como já vimos, entre 2004/2005 e 2011 houve de um modo geral, expansão do número de municípios que declararam possuir os instrumentos de gestão da política habitacional. Contudo, o ritmo de expansão variou de acordo com o instrumento e a região analisados. Os mapas e gráficos permitem uma análise mais detalhada desse processo. Cada instrumento será tratado individualmente.

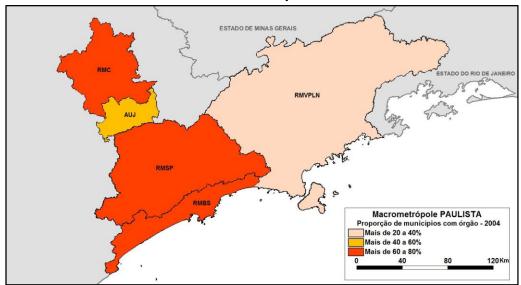
1.3.1. Órgão de gestão da política habitacional

Vimos anteriormente que, em 2011, o órgão destinado à gestão da política habitacional era o instrumento mais presente nos municípios da Macrometrópole Paulista. Entre 2004 e 2011 ocorreu forte expansão desta capacidade administrativa. Contudo, esse comportamento não apresenta trajetória e patamares similares entre as regiões.

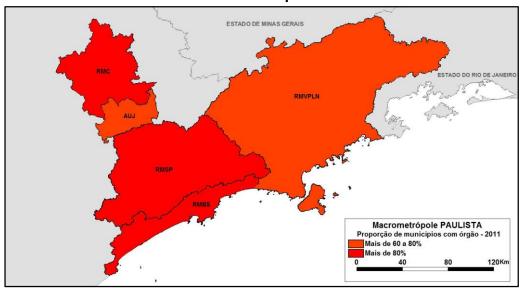
Os mapas 7a e 7b apresentam a proporção de municípios, por Região Metropolitana e Aglomerado Urbano, que declararam possuir órgão de gestão em 2004 e 2011, respectivamente. Cada região foi preenchida com a cor correspondente à faixa percentual de municípios que declararam possuir órgão de gestão.



Mapa 7a - Proporção de municípios com órgão específico para política habitacional - Macrometrópole Paulista - 2004



Mapa 7b - Proporção de municípios com órgão específico para política habitacional - Macrometrópole Paulista - 2011



Os mapas indicam a expansão da presença do órgão de gestão da política habitacional em todas as regiões entre 2004 e 2011. Contudo, os patamares iniciais e finais variaram. As regiões metropolitanas de Campinas, São Paulo e Santos foram as que apresentaram os maiores patamares: em 2004 – mais de 60 a 80% dos municípios declararam possuir o instrumento. Já em 2011, esses patamares se elevaram para mais de 80% dos municípios pertencentes a estas regiões. A RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte foi a que apresentou maior expansão – passou da faixa de mais de 20% a 40% em 2004 para a faixa de mais de 60 a 80% dos municípios, equiparando-se ao Aglomerado Urbano de Jundiaí em 2011.



O Gráfico 2 detalha as informações dos mapas 1a e 1b, além de incluir o ano de 2008. O gráfico apresenta a proporção de municípios, por Região Metropolitana e Aglomerado Urbano, que declararam possuir órgão de gestão para a política habitacional em 2004, 2008 e 2009. Cada coluna da região representa o ano de coleta das informações. A altura da coluna, por sua vez, indica a proporção naquela região dos municípios que declararam possuir órgão de gestão da política habitacional.

Orgão - Macrometrópole Paulista -2004/2008/2011 100,0 90.0 0,08 70,0 60,0 50,0 40,0 30,0 20,0 10,0 0,0 RM de São RM do Vale do AU de Jundiaí RM da RM de Paulo Baixada Campinas Paraíba e Santista Litoral Norte **2004 2**011 **2008**

Gráfico 2 - Proporção de municípios com órgão específico para política habitacional - Macrometrópole Paulista - 2004/2008/2011

A análise do gráfico indica que, embora tenha havido expansão do instrumento em todas as regiões e aglomerado, o ritmo em que ele ocorreu variou bastante. A Região que apresentou maior crescimento foi a RM do Vale do Paraiba e Litoral Norte. A RM de Campinas foi a que apresentou menor crescimento. A RM da Baixada Santista, por sua vez, destaca-se por ter partido de um patamar inicial elevado e ter apresentado forte crescimento no período, atingindo 100% dos municípios em 2011.

1.3.2. Cadastro para identificação do déficit municipal de moradias

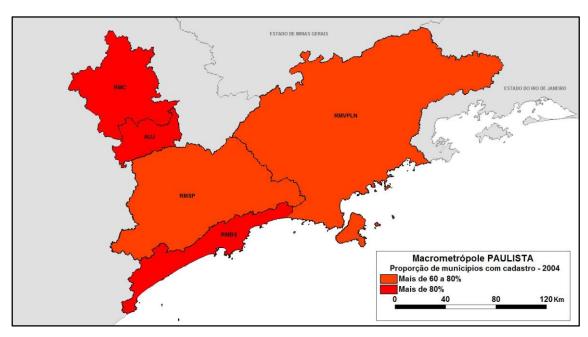
Como demonstrado anteriormente, o cadastro (ou fonte de informação) para a identificação do déficit municipal de moradias era, em 2011, o segundo instrumento



mais presente nos municípios da Macrometrópole Paulista. Em 2004, 78,8% dos municípios já declaravam possuí-lo. No período analisado, foi identificada uma pequena oscilação – negativa e depois positiva – alterando em menos de 1 ponto percentual o patamar final. Contudo, esse comportamento não apresenta trajetória e patamares similares entre as regiões e o aglomerado urbano.

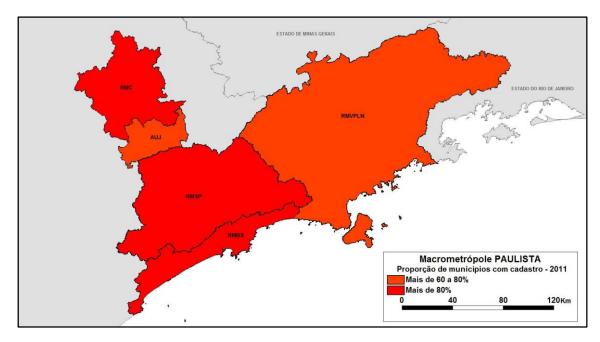
Os Mapas 8a e 8b apresentam a proporção de municípios, por Região Metropolitana e Aglomerado Urbano, que declararam possuir cadastro em 2004 e 2011, respectivamente. Cada região foi preenchida com a cor correspondente à faixa percentual de municípios que declararam possuir o instrumento.

Mapa 8a – Proporção de municípios com cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais - Macrometrópole Paulista - 2004





Mapa 8b – Proporção de municípios com cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais - Macrometrópole Paulista - 2011

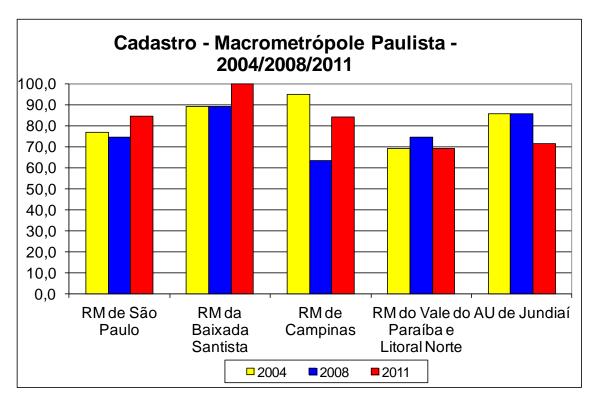


A RM de São Paulo foi a única região que apresentou mudança positiva de patamar – em 2004, mais de 60% a 80% dos municípios declararam possuir cadastro e, em 2011, mais de 80% dos municípios declararam possuir o instrumento. Já o AU de Jundiaí apresentou comportamento inverso – em 2004, mais de 80% dos municípios declararam possuir cadastro e, em 2011, essa faixa caiu para mais de 60% a 80% dos municípios. As outras regiões não sofreram alterações no que tange à faixa com a proporção de municípios.

O Gráfico 3 detalha as informações dos mapas 2a e 2b, além de incluir o ano de 2008. O gráfico apresenta a proporção de municípios, por Região Metropolitana e Aglomerado Urbano, com presença de cadastro (ou levantamento) de famílias interessadas em programas habitacionais em 2004, 2008 e 2009. Cada coluna representa o ano de coleta das informações. A altura da coluna, por sua vez, indica a proporção naquela região dos municípios que declararam possuir cadastro.



Gráfico 3 - Proporção de municípios com cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais - Macrometrópole Paulista - 2004/2008/2011



O gráfico permite observar nas regiões uma maior oscilação da proporção de municípios que declararam possuir cadastro. A RM da Baixada Santista novamente se destaca pelo patamar inicial elevado que se manteve constante em 2008 e apresentou crescimento em 2011, atingindo a totalidade dos municípios. Já a RM de Campinas foi a que sofreu maior oscilação. Partiu de um patamar inicial elevado, seguido por forte queda e posterior crescimento. As proporções de municípios da RM de São Paulo e do AU de Jundiaí que declararam possuir o instrumento mantiveram-se praticamente estáveis de 2004 para 2008 e sofreram, em 2011, respectivamente expansão e queda. A RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte sofreu uma pequena oscilação — expansão, seguida de declínio, permanecendo em 2011 no mesmo patamar de 2004.

1.3.3. Conselho municipal de habitação

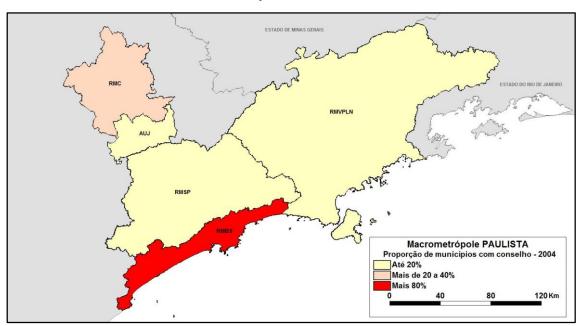
Como vimos anteriormente, até 2004, o conselho municipal de habitação era um instrumento de gestão da política habitacional pouco adotado pelos municípios da Macrometrópole Paulista. Naquele ano, apenas 20,4% dos municípios declararam a presença de conselho. Contudo, o período entre 2004 e 2011 foi marcado por forte e contínua expansão. Em 2011, 63,7% dos municípios declararam possuir um conselho



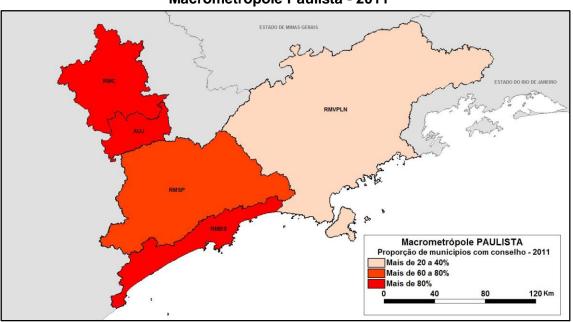
municipal de habitação. No entanto, as regiões diferiram quanto aos patamares iniciais e ao ritmo de expansão do instrumento.

Os mapas 3a e 3b apresentam a proporção de municípios, por Região Metropolitana e Aglomerado Urbano, que declararam possuir conselho em 2004 e 2011, respectivamente. Cada região foi preenchida com a cor correspondente à faixa percentual de municípios que declararam possuir o instrumento.

Mapa 9a - Proporção de municípios com conselho municipal de habitação Macrometrópole Paulista - 2004



Mapa 9b - Proporção de municípios com conselho municipal de habitação Macrometrópole Paulista - 2011



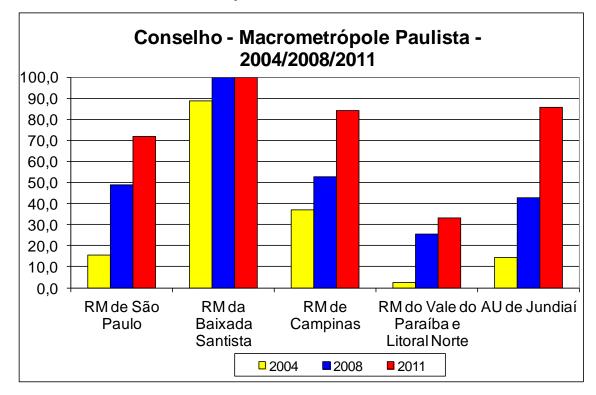


Como podemos notar, com exceção da RM da Baixada Santista e, em menor intensidade, da RM de Campinas, as regiões apresentavam uma situação relativamente homogênea de reduzida presença de conselhos de política habitacional. Entre 2004 e 2011, há uma ampliação da proporção de municípios com presença de conselhos de política habitacional. As RMs da Baixada Santista e de Campinas e o Aglomerado Urbano de Jundiaí passaram a apresentar mais de 80% dos municípios com Conselho. A única RM que permaneceu com baixa incidência do instrumento é a RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte – mais de 20% a 40% dos municípios declararam possuí-lo.

O Gráfico 4 detalha as informações dos mapas 3a e 3b, além de incluir o ano de 2008. O gráfico apresenta a proporção de municípios, por Região Metropolitana e Aglomerado Urbano, com presença de conselho de política habitacional em 2004, 2008 e 2009. Cada coluna representa o ano de coleta das informações. A altura da coluna, por sua vez, indica a proporção naquela região dos municípios que declararam possuir conselho.



Gráfico 4 - Proporção de municípios com conselho municipal de habitação Macrometrópole Paulista - 2004/2008/2011



O gráfico indica um movimento contínuo de expansão da frequência de municípios com conselho. O AU de Jundiaí, a RM de São Paulo e a RM de Campinas se destacam pelo intenso ritmo de expansão. A RM da Baixada Santista, por sua vez, atinge 100% dos municípios já em 2008.

1.3.4. Fundo municipal de habitação

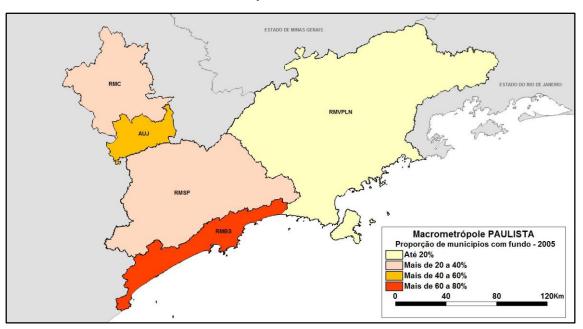
A trajetória dos fundos municipais de habitação apresenta um comportamento similar ao dos conselhos. Em 2005, apenas 27,4% dos municípios havia implantado o fundo. Contudo, o período entre 2005 e 2011 foi marcado por forte e contínua expansão. Em 2011, 65,5% dos municípios declararam possuir fundo municipal de habitação. No entanto, as regiões diferiram quanto aos patamares iniciais e o ritmo de expansão do instrumento.

Os mapas 10a e 10b apresentam a proporção de municípios, por Região Metropolitana e Aglomerado Urbano, que declararam possuir fundo em 2005 e 2011,

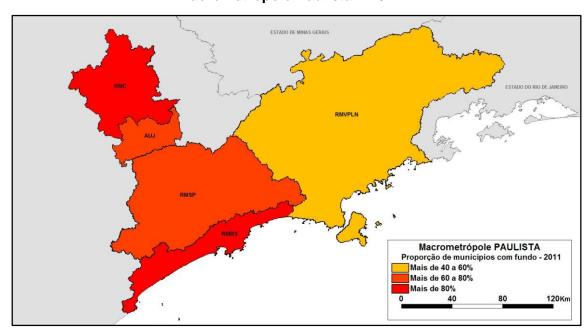


respectivamente. Cada região foi preenchida com a cor correspondente à faixa percentual de municípios que declararam possuir o instrumento.

Mapa 10a - Proporção de municípios com fundo municipal de habitação Macrometrópole Paulista – 2005



Mapa 10b - Proporção de municípios com fundo municipal de habitação Macrometrópole Paulista – 2011





centro de estudos da metrópole

Os mapas revelam que, com exceção da RM da Baixada Santista e do AU de Jundiaí, as regiões apresentavam baixa incidência do instrumento em 2005. Assim como no caso do conselho municipal de habitação, o período entre 2005 e 2011 foi marcado por forte expansão do fundo municipal de habitação. As RM da Baixada Santista e de Campinas se destacam, em 2011, pela incidência do instrumento em mais de 80% dos municípios.

O Gráfico 5 detalha as informações dos mapas 4a e 4b, além de incluir o ano de 2008. O gráfico apresenta a proporção de municípios, por Região Metropolitana e Aglomerado Urbano, com presença de fundo municipal de habitação em 2005, 2008 e 2009. Cada coluna representa o ano de coleta das informações. A altura da coluna, por sua vez, indica a proporção naquela região dos municípios que declararam possuir fundo.

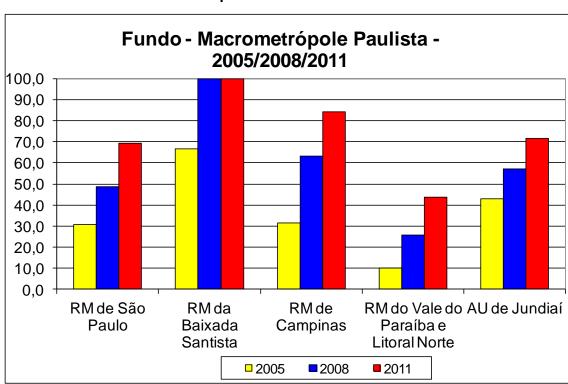


Gráfico 5 - Proporção de municípios com fundo municipal de habitação Macrometrópole Paulista - 2005/2008/2011

Os dados confirmam que a trajetória dos fundos municipais de habitação é similar à dos conselhos. Com exceção da RM da Baixada Santista, as regiões apresentavam, em 2005, baixa incidência deste instrumento. As RM de Campinas e de São Paulo se destacam pela forte expansão do fenômeno e a RM da Baixada Santista pela cobertura já em 2008 da totalidade dos municípios.



1.4. Heterogeneidade e importância do órgão gestor da política habitacional

Como foi mencionado anteriormente, a inclusão da variável "órgão de gestão da política habitacional" permite medir a existência de burocracias especializadas na gestão de programas habitacionais bem como a centralidade do problema habitacional na agenda municipal. No entanto, a definição de órgão governamental na Munic é muito genérica, podendo ser considerado como órgão desde um departamento ou setor – subordinado à outra secretaria – até uma secretaria exclusiva. Decidimos, então, desmembrar neste item os diversos tipos de órgãos existentes nos municípios da Macrometrópole Paulista.

Os dados da Munic permitem examinar a configuração do órgão municipal de política habitacional, já que a pergunta sobre a existência deste último está desagregada em distintas modalidades, como mostra a Tabela 10, a seguir.

Tabela 10 - Municípios segundo presença de órgão específico para política habitacional - Macrometrópole Paulista - 2008/2011

Atributos	20	800	20	011
Attibutos	N	%	N	%
Não possui estrutura específica	25	22,1	19	16,8
Órgão da administração indireta	-	-	5	4,4
Secretaria municipal em conjunto com outras políticas	20	17,7	19	16,8
Secretaria municipal exclusiva	12	10,6	29	25,7
Setor subordinado à chefia do executivo	11	9,7	7	6,2
Setor subordinado a outra secretaria	45	39,8	34	30,1

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais.

Os dados da Tabela 10 revelam que, entre 2008 e 2011, houve forte expansão da Secretaria Municipal Exclusiva e retração das outras modalidades, confirmando a importância que a política habitacional vem ganhando nas agendas municipais da Macrometrópole Paulista. No outro extremo, em 2011, apenas 16,8% dos municípios não possuíam instrumento especifico de gestão da politica habitacional. A configuração mais comum é a de um setor subordinado a outra secretaria – 30,1% do total, em 2011. No entanto, mesmo esta modalidade sofreu uma queda no período analisado.



centro de estudos da metrópole

As Tabelas 11 e 12 apresentam a distribuição dos municípios segundo a presença de órgão específico para a política habitacional por Região Metropolitana e Aglomerado Urbano, para os anos de 2008 e 2011, respectivamente.

Tabela 11 - Municípios segundo presença de órgão específico para política habitacional, por Região - Macrometrópole Paulista - 2008

Região	Total		Não possui estrutura específica		Secretaria municipal em conjunto com outras políticas		Secretaria municipal exclusiva		Setor subordina- do à chefia do executivo		Setor subordina- do a outra secretaria	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	113	100,0	25	22,1	20	17,7	12	10,6	11	9,7	45	39,8
RM de São Paulo	39	100,0	5	12,8	9	23,1	6	15,4	2	5,1	17	43,6
RM da Baixada Santista	9	100,0	1	11,1	6	66,7	0	0,0	2	22,2	0	0,0
RM de Campinas	19	100,0	4	21,1	3	15,8	3	15,8	1	5,3	8	42,1
RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte	39	100,0	13	33,3	1	2,6	2	5,1	6	15,4	17	43,6
AU de Jundiaí	7	100,0	2	28,6	1	14,3	1	14,3	0	0,0	3	42,9

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais.

Tabela 12 - Municípios segundo presença de órgão específico para política habitacional, por Região - Macrometrópole Paulista - 2011

Região	To	otal	estr	possui utura ecífica	admi ç	ão da inistra- ão ireta	mun e con com	etaria icipal m junto outras íticas	mun	etaria icipal usiva	subo do à	etor rdina- chefia do cutivo	Setor subordina- do a outra secretaria	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	113	100,0	19	16,8	5	4,4	19	16,8	29	25,7	7	6,2	34	30,1
RM de São Paulo	39	100,0	5	12,8	1	2,6	8	20,5	13	33,3	1	2,6	11	28,2
RM da Baixada Santista	9	100,0	0	0,0	1	11,1	4	44,4	3	33,3	0	0,0	1	11,1
RM de Campinas	19	100,0	3	15,8	0	0,0	7	36,8	5	26,3	1	5,3	3	15,8
RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte	39	100,0	9	23,1	1	2,6	0	0,0	7	17,9	5	12,8	17	43,6
AU de Jundiaí	7	100,0	2	28,6	2	28,6	0	0,0	1	14,3	0	0,0	2	28,6

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais.

As tabelas revelam que, entre 2008 e 2011, com exceção da RM de São Paulo e do AU de Jundiaí que se mantiveram constantes, houve declínio em todas as regiões do número de municípios que optaram por não possuir estrutura própria para a política habitacional. Por outro lado, com exceção do AU de Jundiaí, em todas as regiões, houve aumento do número de municípios que optaram por criar uma secretaria exclusiva para a política habitacional. Por fim, vale ressaltar que, embora tenha havido declínio no período analisado, ainda é relevante a proporção dos municípios que

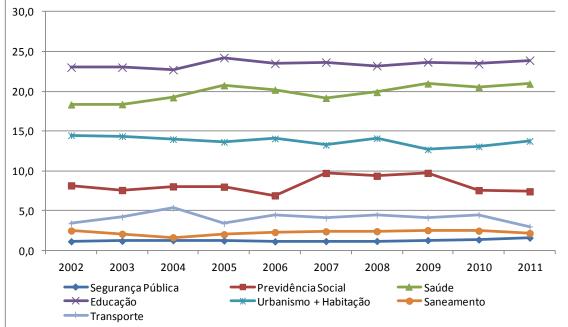


optam por criar um setor subordinado a outra secretaria ou subordinado à chefia do executivo para gestão da política habitacional, especialmente nas RMs do Vale do Paraíba e Litoral Norte e de São Paulo, bem como no AU de Jundiaí.

A questão da centralidade da política habitacional e urbana na agenda dos governos municipais pode ser melhor respondida pelos dados do Gráfico 6, que apresenta o percentual de gasto médio em políticas selecionadas sobre o gasto total, para os anos 2002 a 2011. As políticas habitacional e urbana são a terceira prioridade de gasto dos governos municipais da Macrometrópole Paulista. Em termos de prioridade, perdem apenas para as políticas que contam com vinculações constitucionais: saúde e educação. Estes dados permitem afirmar que habitação e urbanismo contam com razoável centralidade na agenda municipal, a despeito da inexistência de qualquer determinação constitucional que obrigue as administrações municipais a conferir prioridade a estas políticas.

30,0 25,0 20,0

Gráfico 6 - Percentual de gastos em políticas selecionadas sobre o gasto total Macrometrópole Paulista - 2002-2011



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - Dados Contábeis dos Municípios.

Os dados para cada Região Metropolitana e para o Aglomerado Urbano confirmam a centralidade da política habitacional e urbana – em todas as regiões esses gastos ocupam a terceira posição em termos de prioridade de gasto, perdendo apenas para a educação e a saúde, conforme mostram os dados da Tabela 13. Entretanto, é



importante ressaltar que existem diferenças entre as regiões da Macrometrópole Paulista com relação ao patamar de gastos municipais em urbanismo e habitação. O AU de Jundiaí e a RM da Baixada Santista apresentam, em média, um percentual de gastos em urbanismo e habitação superior ao total da Macrometrópole Paulista, ao passo que a RM de Campinas está em um patamar inferior ao total da região em tela.

Tabela 13 - Percentual de gastos em políticas selecionadas sobre o gasto total Macrometrópole Paulista - 2011

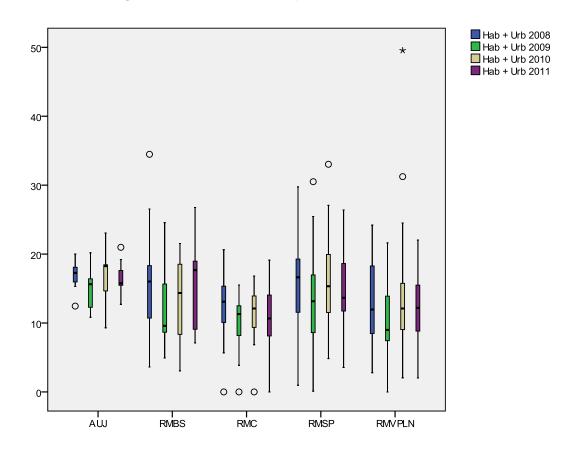
_		N	lacrometró	pole Paulis	sta	
Política	Total	RM de São Paulo	RM da Baixada Santista	RM de Campinas	RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte	AU de Jundiaí
Segurança Pública	1,6	1,4	1,6	2,6	1,8	2,7
Previdência Social	7,4	8,5	5,0	5,3	3,3	3,9
Saúde	20,9	20,2	20,7	22,4	24,7	24,1
Educação	23,9	23,2	28,3	22,3	27,8	26,0
Urbanismo + Habitação	13,8	13,7	16,2	11,5	13,1	18,2
Saneamento	2,2	2,2	0,4	4,2	1,1	1,1
Transporte	3,0	4,0	0,8	0,4	0,7	0,0

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - Dados Contábeis dos Municípios.

Além disso, é importante destacar as diferenças observadas entre os gastos realizados em urbanismo e habitação para os municípios dentro de cada uma das regiões. O gráfico 7, apresentado a seguir, indica que nas RMs de São Paulo, da Baixada Santista e do Vale do Paraíba e Litoral Norte existem grandes disparidades entre os municípios com relação ao percentual de gastos nas rubricas de urbanismo e habitação, ao passo que os municípios do AU de Jundiaí são mais homogêneos em termos de despesas nestas políticas.



Gráfico 7 - Boxplot do percentual de gastos em habitação e urbanismo sobre o gasto total - Macrometrópole Paulista - 2008-2011



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - Dados Contábeis dos Municípios.

1.5. A Trajetória das capacidades administrativas em habitação

Em estudos anteriores, Arretche, Vazquez e Fusaro (2007) e Arretche et al (2012) constataram que o fenômeno da morte institucional não é irrelevante na política habitacional dos municípios brasileiros, ou seja, embora ocorra expansão das capacidades administrativas, esta não é acompanhada pela estabilidade na presença dos instrumentos de política habitacional. A elevação do número absoluto de municípios que contam com instrumentos de política habitacional é acompanhada do fechamento destes mesmos instrumentos. Os autores supõem que a instalação e fechamento dos instrumentos estão fortemente associados à troca do executivo municipal, devido ao novo mandato eletivo.

Este item tem como objetivo avaliar o grau de estabilidade de cada instrumento de gestão da política habitacional nos municípios da Macrometrópole Paulista. Em outras palavras, pretende aferir r em que medida, uma vez criado, cada instrumento



centro de estudos da metrópole

pode ser extinto por uma nova administração. A Tabela 14 apresenta dados que permitem examinar a sobrevivência dos instrumentos de gestão da política habitacional entre 2004 e 2011. Nesse período, duas gestões municipais tomaram posse nas prefeituras brasileiras. Os prefeitos eleitos em 2004 tomaram posse em 2005 e os prefeitos eleitos em 2008 tomaram posse em 2009. Para o nosso problema analítico, duas oportunidades de morte institucional se colocaram, pois as novas administrações poderiam ter alterado os instrumentos de gestão da política habitacional.

A Tabela 14 apresenta a presença (ou não) de cada instrumento de gestão para cada ano da série, distinguindo combinações possíveis desta frequência. Em cada linha, é apresentada a situação do município em 2004 (ou 2005), em 2008 e 2011. A informação "não" significa que o município declarou não possuir o instrumento e "sim", que o município declarou possuí-lo. Cada coluna diz respeito a um dos instrumentos analisados. Ela reúne duas informações: o número e a proporção de municípios naquela situação.

Tabela 14 - Evolução da presença de instrumentos para política habitacional Macrometrópole Paulista - 2004/2008/2011 e 2005/2008/2011

Evelueã e	Órg	ăo (1)	Cada	stro (1)	Conse	elho (1)	Fund	do (2)
Evolução	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	113	100,0	113	100,0	113	100,0	113	100,0
Não - Não - Não	5	4,4	6	5,3	38	33,6	32	28,3
Não - Não - Sim	13	11,5	4	3,5	22	19,5	23	20,4
Não - Sim - Não	7	6,2	5	4,4	3	2,7	5	4,4
Não - Sim - Sim	22	19,5	9	8,0	27	23,9	22	19,5
Sim - Não - Não	1	0,9	7	6,2	0	0,0	2	1,8
Sim - Não - Sim	6	5,3	12	10,6	2	1,8	2	1,8
Sim - Sim - Não	6	5,3	5	4,4	0	0,0	0	0,0
Sim - Sim - Sim	53	46,9	65	57,5	21	18,6	27	23,9

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais.

A tabela 14 revela que, embora tenha ocorrido expansão da adoção dos instrumentos de gestão da política habitacional pelos municípios, seu ritmo de

⁽¹⁾ Corresponde ao número de municípios com presença ou não do instrumento para política habitacional nos anos de 2004, 2008 e 2011.

⁽²⁾ Corresponde ao número de municípios com presença ou não do instrumento para política habitacional nos anos de 2005, 2008 e 2011.



implantação e a sobrevivência ao longo do tempo diferiram de acordo com o instrumento de gestão.

Em relação ao cadastro, 57,5% dos municípios já haviam implantado o mesmo em 2004 e o mantiveram ao longo do tempo (linha "Sim-Sim-Sim"). A proporção dos municípios que implantaram o cadastro em 2004, desinstalaram o instrumento em 2008 e voltaram a implantá-lo em 2011 é de 10,6% (linha "Sim-Não-Sim"). A proporção dos municípios que nunca tiveram cadastro de identificação de carências habitacionais é baixa: apenas 5,3% (linha "Não-Não-Não").

O comportamento dos municípios no caso do órgão específico para gestão da política habitacional é um pouco distinto. Embora seja alta a proporção dos municípios que já haviam implantado o cadastro em 2004 e o mantiveram ao longo do tempo (46,9%), a proporção dos municípios que implantaram o instrumento em 2008 e o mantiveram em 2011 (linha "Não-Sim-Sim") também é alta (19,5%). A proporção dos municípios que nunca tiveram cadastro de identificação de carências habitacionais é baixa: apenas 4,4%.

Os dados desta tabela também indicam que as trajetórias dos conselhos e dos fundos municipais de habitação apresentam comportamentos semelhantes. Um elemento importante é que, até 2011, uma parcela bem mais elevada dos municípios nunca havia implantado estes instrumentos – 33,6% no caso do conselho e 28,3% no caso do fundo. Por outro lado, uma parcela bem menor dos municípios conta com estes instrumentos desde o inicio da série (18,6% no caso do conselho e 23,9% no caso do fundo)

A questão da morte institucional, ou seja, os municípios que implantaram o instrumento, mas que não o mantiveram⁸; está mais presente nos casos do órgão (12,4%) e do cadastro (15,0%). No entanto, em termos de conselho e de fundo, os patamares observados para a morte institucional são bem menos elevados, atingindo, respectivamente 2,7% e 6,2% dos municípios da Macrometrópole Paulista.

2. Política Habitacional dos municípios e formas de cooperação intergovernamentais

Este item tem como objetivo analisar os programas habitacionais adotados pelos municípios da Macrometrópole Paulista, bem como as diversas formas de cooperação intergovernamental adotadas para a implementação dos mesmos. Foram utilizadas como fonte de dados as edições da Munic de 2004, 2008 e 2011.

_

⁸ Linhas "Não-Sim-Não", "Sim-Não-Não" e "Sim-Sim- Não" da tabela 5.



distinto.

Torna-se importante destacar que as informações da edição de 2004 não são diretamente comparáveis com as informações coletadas em 2008 e 2011. A primeira edição considerou um número menor de programas/ ações e o período coberto foi

Na pesquisa de 2004 foram considerados cinco programas/ações (construção de unidades habitacionais, oferta de material de construção, oferta de lotes, regularização fundiária e urbanização de assentamentos) ocorridos no período 2001-2004, ou seja, durante os quatro anos da gestão municipal então em curso.

As pesquisas de 2008 e 2011 acrescentaram novas modalidades de intervenção governamental, totalizando sete programas/ações (construção de unidades habitacionais, melhoria de unidades habitacionais, oferta de material de construção, oferta de lotes, regularização fundiária, aquisição de unidades habitacionais e urbanização de assentamentos). Essas edições trouxeram também um importante aperfeiçoamento no que se refere ao detalhamento dos tipos de cooperação. Elas permitem saber se uma iniciativa é de responsabilidade do governo municipal, estadual ou federal, bem como de outros agentes, ou então de associação entre esses agentes. Os períodos de referência dos questionários abrangem, respectivamente, os anos de 2007-2008 e 2010-2011.

Para facilitar a compreensão, as tabelas e gráficos deste item se referem aos períodos pesquisados nos diferentes questionários. Assim, em vez de 2004 para designar o ano de realização da pesquisa, designa-se "De 2001 a 2004", ou seja, o período pesquisado. Da mesma maneira, os períodos "2007 e 2008" e "2010 e 2011" se referem, respectivamente, às pesquisas de 2008 e 2011.

A pesquisa pergunta sobre a presença de programas habitacionais em dado período. Como se sabe, iniciativas de política habitacional têm um ciclo que costuma se estender por períodos superiores a um ano. Assim, é possível que dado programa iniciado no período 2007-2008 tenha sido relatado também em 2011, por se encontrar ainda em andamento.

2.1. Programas habitacionais dos municípios da Macrometrópole Paulista

Este item descreve os programas habitacionais implementados pelos municípios da Macrometrópole Paulista ao longo da década de 2000. A Tabela 15 apresenta essas informações com base nas três edições da Munic. Os programas estão expostos nas linhas e os períodos pesquisados, nas colunas. Nesta tabela, os



percentuais são calculados tomando o total de municípios da região como o universo da análise.

Tabela 15 – Municípios com realização de programas ou ações na área de habitação

Macrometrópole Paulista – 2001-2004/2007-2008/2010-2011

	Períodos											
Programas / ações	De 2001	a 2004 (1)	2007 e/o	u 2008 (2)	2010 e/ou 2011 (3)							
	N	%	N	%	N	%						
Construção de unidades habitacionais	76	67,3	66	58,4	71	62,8						
Regularização fundiária	42	37,2	59	52,2	75	66,4						
Urbanização de assentamentos	36	31,9	42	37,2	38	33,6						
Melhoria de unidades habitacionais	-	-	41	36,3	37	32,7						
Aquisição de unidades habitacionais	-	-	21	18,6	23	20,4						
Oferta de material de construção	24	21,2	21	18,6	16	14,2						
Oferta de lotes	28	24,8	10	8,8	10	8,8						

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais.

A regularização fundiária foi o programa mais mencionado pelos municípios no período entre 2010 e 2011 – 66,4% do total. Vale ressaltar também a forte expansão da proporção de municípios que declararam realizar esta ação: em 2001-2004 foi citado por 37,2% dos entrevistados e, em 2007-2008, por 52,2%.

A construção de unidades habitacionais apresentou o segundo percentual mais elevado em 2010-2011, tendo sofrido uma pequena oscilação ao longo da década. Em 2001-2004 e 2007-2008 ela ocupava a primeira posição, tendo sido mencionada por, respectivamente, 67,3% e 58,4% dos municípios.

A urbanização de assentamentos foi o terceiro programa/ação mais relatado pelos municípios, sofrendo também pequena oscilação – 31,9% dos municípios em 2001-2004; 37,2% em 2007-2008; e 33,6% em 2010-2011.

A melhoria de unidades habitacionais foi o quarto programa mais citado pelos municípios (36,3% em 2007-2008 e 32,7% em 2010-2011), seguido pela aquisição de unidades habitacionais (18,6% em 2007-2008 e 20,4% em 2010-2011), oferta de material de construção (21,2% em 2001-2004; 18,6% em 2007-2008; e 14,2% em 2010-2011) e oferta de lotes (24,8% em 2001-2004; 8,8% em 2007-2008; e 8,8% em 2010-2011). Cabe destacar o declínio da importância destes dois últimos programas no final da década.

⁽¹⁾ Programas ou ações na área de habitação realizados ao longo da gestão 2001-2004.

⁽²⁾ Programas ou ações na área de habitação realizados no ano de 2007 e/ou 2008.

⁽³⁾ Programas ou ações na área de habitação realizados no ano de 2010 e/ou 2011.



centro de estudos da metrópole

Uma forma alternativa de interpretação desses dados é considerá-los em relação ao total de programas implementados em cada período. A Tabela 16 possibilita a avaliação do peso de cada tipo de iniciativa no conjunto de respostas em cada edição. O total de declarações dos municípios passa a ser o denominador utilizado para obter um total de 100% em cada período pesquisado.

Tabela 16 - Distribuição dos programas ou ações na área de habitação Macrometrópole Paulista - 2001-2004/2007-2008/2010-2011

		Períodos	
Programas / ações	De 2001 a 2004 (1)	2007 e/ou 2008 (2)	2010 e/ou 2011 (3)
	%	%	%
Construção de unidades habitacionais	36,9	25,4	26,3
Regularização fundiária	20,4	22,7	27,8
Urbanização de assentamentos	17,5	16,2	14,1
Melhoria de unidades habitacionais	-	15,8	13,7
Aquisição de unidades habitacionais	-	8,1	8,5
Oferta de material de construção	11,7	8,1	5,9
Oferta de lotes	13,6	3,8	3,7
Total de programas / ações	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais.

A tabela revela que a soma da construção de unidades habitacionais com a regularização fundiária corresponde, em todos os períodos analisados, a, aproximadamente, metade dos programas/ações executados. No primeiro período estes dois itens representam, respectivamente, 36,9% e 20,4% dos programas. No segundo, 25,4% e 22,7%; e no terceiro, 26,3% e 27,8%.

Podemos destacar, por outro lado, a perda da importância ao longo da década de programas como oferta de material de construção e de oferta de lotes.

2.2. Há cooperação para as ações habitacionais?

Neste item analisamos de que forma os municípios implementam suas ações habitacionais, ou seja, se há (ou não) cooperação entre os municípios e outras esferas de governo ou parcerias com entidades não governamentais para estas ações.

Assim como no trabalho realizado para o Ministério das Cidades, adotamos os termos "cooperação" ou "associação" para designar programas/ações executados por meio de convênio entre os entes federados (governos federal, estadual e municipal).

⁽¹⁾ Programas ou ações na área de habitação realizados ao longo da gestão 2001-2004.

⁽²⁾ Programas ou ações na área de habitação realizados no ano de 2007 e/ou 2008.

⁽³⁾ Programas ou ações na área de habitação realizados no ano de 2010 e/ou 2011.



O termo "parceria" designa apenas os convênios da prefeitura com a iniciativa privada ou da prefeitura com outros.

A Tabela 17 apresenta informações sobre programas e tipos de cooperação para os três períodos compreendidos entre 2001 a 2011. Os percentuais estão calculados sobre o total de municípios da Macrometrópole Paulista ⁹.

Na Tabela 18, por sua vez, os percentuais estão calculados sobre o total de ações relatadas em cada período, distinguindo ações por iniciativa exclusiva dos municípios das que foram resultado de alguma forma de convênio. As colunas de percentual indicam quanto cada uma das modalidades (iniciativa exclusiva e convênio) representa na soma de cada uma das iniciativas isoladamente.¹⁰

Observa-se que 67,3% dos municípios da Macrometrópole Paulista declararam ter adotado programas de construção de unidades habitacionais entre os anos 2001 e 2004. Do total de municípios da região, 24,8% o fizeram por iniciativa exclusiva da prefeitura e 60,2% em cooperação com outros órgãos públicos ou em parceria com a iniciativa privada ou outros. Em 2010-2011, a iniciativa exclusiva foi bastante reduzida – caiu para 8,8%. A cooperação sofreu uma pequena queda e depois voltou a crescer atingindo o mesmo patamar inicial. Como resultado, a participação relativa das formas de cooperação na construção de unidades habitacionais (Tabela 18) aumentou ao longo do período.

A regularização fundiária, por sua vez, parece ter ganhado fôlego com a expansão das formas de cooperação. O aumento da proporção de municípios que declarou ter realizado este tipo de ação (de 37,2% em 2001-2004 para 66,4% em 2010-2011) coincide com o aumento daqueles que mencionaram ter realizado em cooperação com outros órgãos públicos ou em parceria com a iniciativa privada ou outros (de 12,4% para 60,2%, respectivamente). Desta forma, a participação relativa

_

⁹ O questionário da Munic permite respostas múltiplas tanto no que tange aos programas/ações implementados, quanto com relação ao tipo de convênio. Portanto, no interior de cada tipo de programa, um mesmo município pode estar contado duas vezes, caso tenha implementado mais de um programa sob diferentes formas de associação no período considerado. Por exemplo, um município que tenha implementado um programa de construção de unidades habitacionais por iniciativa exclusiva e outro da mesma natureza em cooperação foi registrado em cada uma das alternativas.

¹⁰ A Tabela 18 foi calculada com base nos dados apresentados na Tabela 17. Os percentuais foram calculados a partir da soma dos valores brutos das duas modalidades de implementação dentro de cada um dos programas. Assim, por exemplo, para a construção de unidades habitacionais, foram somados os valores 28 e 68, de modo a obter o total de alternativas de ação. Os percentuais de cada modalidade dentro deste programa/ação foram calculados tendo como denominador o resultado dessa soma.



das formas de cooperação na regularização fundiária (Tabela 18) teve forte expansão no período.

Já a urbanização de assentamentos, embora tenha sofrido uma pequena oscilação ao longo da década, também expandiu a participação das formas de cooperação.

Como vimos, os programas de oferta de material de construção e de oferta de lotes perderam importância ao longo da década. De todo o modo, estes dois programas - principalmente a oferta de material de construção - são iniciativas tipicamente realizadas por ações exclusivas da prefeitura (Tabelas 17 e 18).



Tabela 17 - Municípios com realização de programas ou ações na área de habitação, segundo tipo de convênio Macrometrópole Paulista - 2001-2004/2007-2008/2010-2011

			Per	íodos		
Programas / ações	De 2001	a 2004 (1)	2007 e/o	u 2008 (2)	2010 e/o	u 2011 (3)
	N	%	N	%	N	%
Construção de unidades habitacionais	76	67,3	66	58,4	71	62,8
Por iniciativa exclusiva da prefeitura	28	24,8	13	11,5	10	8,8
Em convênio(s) da prefeitura com outro(s) órgão(s) público(s) ou privado(s)	68	60,2	62	54,9	68	60,2
Regularização fundiária	42	37,2	59	52,2	75	66,4
Por iniciativa exclusiva da prefeitura	34	30,1	36	31,9	24	21,2
Em convênio(s) da prefeitura com outro(s) órgão(s) público(s) ou privado(s)	14	12,4	39	34,5	68	60,2
Urbanização de assentamentos	36	31,9	42	37,2	38	33,6
Por iniciativa exclusiva da prefeitura	25	22,1	23	20,4	13	11,5
Em convênio(s) da prefeitura com outro(s) órgão(s) público(s) ou privado(s)	22	19,5	31	27,4	33	29,2
Oferta de material de construção	24	21,2	21	18,6	16	14,2
Por iniciativa exclusiva da prefeitura	17	15,0	15	13,3	14	12,4
Em convênio(s) da prefeitura com outro(s) órgão(s) público(s) ou privado(s)	10	8,8	7	6,2	3	2,7
Oferta de lotes	28	24,8	10	8,8	10	8,8
Por iniciativa exclusiva da prefeitura	23	20,4	8	7,1	6	5,3
Em convênio(s) da prefeitura com outro(s) órgão(s) público(s) ou privado(s)	9	8,0	3	2,7	4	3,5

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais.

⁽¹⁾ Programas ou ações na área de habitação realizados ao longo da gestão 2001-2004.

⁽²⁾ Programas ou ações na área de habitação realizados no ano de 2007 e/ou 2008.

⁽³⁾ Programas ou ações na área de habitação realizados no ano de 2010 e/ou 2011.



Tabela 18 - Distribuição dos programas ou ações na área de habitação, segundo tipo de convênio Macrometrópole Paulista - 2001-2004/2007-2008/2010-2011

		Períodos	
Programas / ações	De 2001 a 2004 (1)	2007 e/ou 2008 (2)	2010 e/ou 2011 (3)
	%	%	%
Construção de unidades habitacionais			
Por iniciativa exclusiva da prefeitura	29,2	17,3	12,8
Em convênio(s) da prefeitura com outro(s) órgão(s) público(s) ou privado(s)	70,8	82,7	87,2
Total	100,0	100,0	100,0
Regularização fundiária			
Por iniciativa exclusiva da prefeitura	70,8	48,0	26,1
Em convênio(s) da prefeitura com outro(s) órgão(s) público(s) ou privado(s)	29,2	52,0	73,9
Total	100,0	100,0	100,0
Urbanização de assentamentos			
Por iniciativa exclusiva da prefeitura	53,2	42,6	28,3
Em convênio(s) da prefeitura com outro(s) órgão(s) público(s) ou privado(s)	46,8	57,4	71,7
Total	100,0	100,0	100,0
Oferta de material de construção			
Por iniciativa exclusiva da prefeitura	63,0	68,2	82,4
Em convênio(s) da prefeitura com outro(s) órgão(s) público(s) ou privado(s)	37,0	31,8	17,6
Total	100,0	100,0	100,0
Oferta de lotes			
Por iniciativa exclusiva da prefeitura	71,9	72,7	60,0
Em convênio(s) da prefeitura com outro(s) órgão(s) público(s) ou privado(s)	28,1	27,3	40,0
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais.

⁽¹⁾ Programas ou ações na área de habitação realizados ao longo da gestão 2001-2004.

⁽²⁾ Programas ou ações na área de habitação realizados no ano de 2007 e/ou 2008.

⁽³⁾ Programas ou ações na área de habitação realizados no ano de 2010 e/ou 2011.



2.3. Com quem cooperam os municípios?

Se existe cooperação, com quem cooperam os municípios da Macrometrópole Paulista para oferecer programas habitacionais? A pesquisa da MUNIC para o período 2010-2011 permite responder a essa pergunta devido ao detalhamento dos tipos de cooperação praticados. A Tabela 19 apresenta esta informação discriminada por tipos de programa e de cooperação.

Para construção de unidades habitacionais, os municípios cooperam preferencialmente com os governos federal (46,0%) e estadual (31,0%). No entanto, a parceria com a iniciativa privada não é irrelevante (17,7%).

Já no caso dos programas de regularização fundiária, o convênio com o governo estadual tem desempenhado um papel de suma importância (51,3%), seguido pela iniciativa exclusiva (21,2%) e pelo convênio com o governo estadual (16,8%).

Para os programas de urbanização de assentamentos, o convênio com o governo federal (27,4%) volta a desempenhar papel primordial, seguido pela iniciativa exclusiva (11,5%) e pelo convênio com o governo estadual (8,8%).

Com relação aos programas de melhoria de unidades habitacionais e aquisição de unidades habitacionais, embora no primeiro caso as ações de iniciativa exclusiva tenham tido uma participação importante (15,9% dos municípios declararam ter realizado ações de melhorias habitacionais por iniciativa exclusiva), os convênios com o governo federal (14,2% para ambos os programas) e estadual (8,0% e 8,8% respectivamente) desempenham importante papel para a execução dessas ações.

Por fim, os dois programas com menor frequência – oferta de material de construção e oferta de lotes – se caracterizam como ações que os municípios empreendem por si mesmos.



Tabela 19 - Municípios com realização de programas ou ações na área de habitação, segundo tipo de convênio Macrometrópole Paulista - 2010-2011 (1)

Programas / ações	To	otal	exclu	iciativa siva da eitura	convê prefe co Gov	Em enio da eitura m o rerno deral	convê prefe co Gov	Em ènio da eitura em o verno adual	convê pref com	Em ènio da eitura outro icípio	convê prefe co inici	Em nio da eitura m a ativa	convê prefe	Em enio da eitura outros
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Construção de unidades habitacionais	71	62,8	10	8,8	52	46,0	35	31,0	1	0,9	20	17,7	2	1,8
Regularização fundiária	75	66,4	24	21,2	19	16,8	58	51,3	0	0,0	3	2,7	2	1,8
Urbanização de assentamentos	38	33,6	13	11,5	31	27,4	10	8,8	0	0,0	2	1,8	0	0,0
Melhoria de unidades habitacionais	37	32,7	18	15,9	16	14,2	9	8,0	0	0,0	1	0,9	1	0,9
Aquisição de unidades habitacionais	23	20,4	4	3,5	16	14,2	10	8,8	0	0,0	3	2,7	1	0,9
Oferta de material de construção	16	14,2	14	12,4	3	2,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,9
Oferta de lotes	10	8,8	6	5,3	3	2,7	2	1,8	0	0,0	1	0,9	0	0,0

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais.
(1) Programas ou ações na área de habitação realizados no ano de 2010 e/ou 2011.



2.4. Distribuição espacial da cooperação

Analisaremos neste item os padrões de cooperação adotados pelas quatro Regiões Metropolitanas e pelo Aglomerado Urbano da Macrometrópole Paulista. A principal questão a ser respondida é se há diferença entre essas regiões quanto ao padrão de cooperação adotado para implementação dos programas habitacionais. Trataremos os programas separadamente. Inicialmente, observaremos a proporção de municípios que adotaram determinado programa por região para, posteriormente, tratarmos dos padrões de cooperação.

2.4.1. Regularização Fundiária

Como vimos, ao longo da década de 2000, a regularização fundiária ocupou papel central entre as políticas municipais de habitação da Macrometrópole Paulista. O Gráfico 8 mostra a proporção de municípios em cada região que declararam a regularização fundiária como programa/ ação habitacional no período 2010-2011.

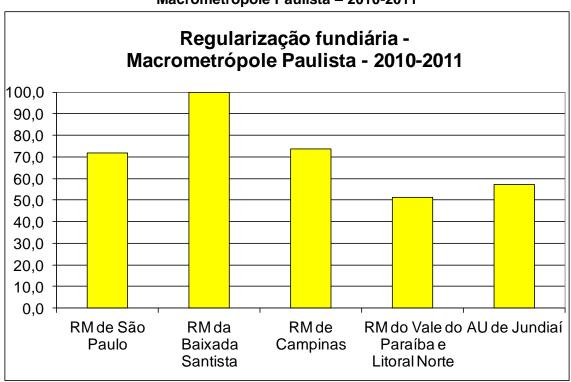


Gráfico 8 - Proporção de municípios com regularização fundiária Macrometrópole Paulista – 2010-2011

Como podemos notar, as regiões diferem bastante quanto à proporção de municípios que declararam possuir programas de regularização fundiária em 2010-2011. Por um lado, encontramos a RM da Baixa Santista com 100% dos municípios com presença do programa. A RM de Campinas e a RM de São Paulo ocupam posição intermediária, com pouco mais de 70% dos municípios. O AU de Jundiaí e a RM do Vale

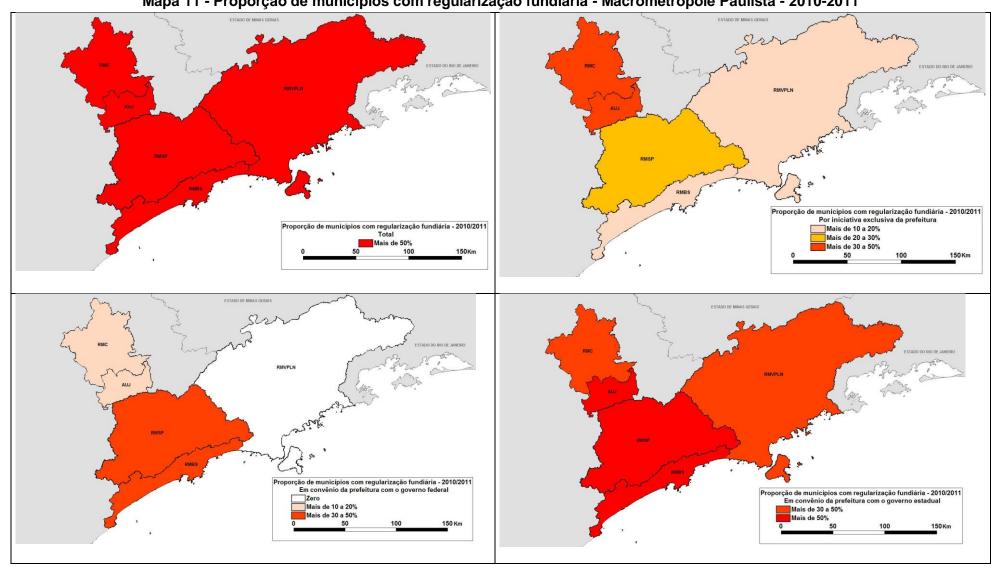


do Paraíba ocupam as últimas posições no ranking, com, respectivamente, 57,1% e 51,3% dos municípios de suas respectivas regiões.

O mapa 11 apresenta a distribuição espacial das diferentes modalidades de parcerias para realização das ações de regularização fundiária.



Mapa 11 - Proporção de municípios com regularização fundiária - Macrometrópole Paulista - 2010-2011





A distribuição espacial das modalidades de parceria é bastante desigual. Por um lado, A RM da Baixada Santista se destaca pela elevada incidência de municípios que declararam realizar ações de regularização fundiária em parceria com os governos estadual (principalmente) e federal. Por outro lado, a RM de Campinas e o AU de Jundiaí apresentam elevada incidência de municípios que declararam realizar ações desta natureza por iniciativa exclusiva do município (apesar de a parceira com o governo estadual ser a mais presente nestas regiões). Por fim, a RMSP, embora tenha uma proporção relevante de municípios que declararam realizar ações de regularização fundiária em convênio com os governos estadual e federal também é expressiva a proporção dos que a realizaram por iniciativa exclusiva da Prefeitura.

2.4.2. Construção de Unidades Habitacionais

A construção de unidades habitacionais foi a segunda ação mais frequente entre os municípios da Macrometrópole Paulista de 2010 a 2011 O Gráfico 9 mostra a proporção de municípios em cada região que declararam a construção de unidades habitacionais como programa/ ação habitacional no período 2010-2011.

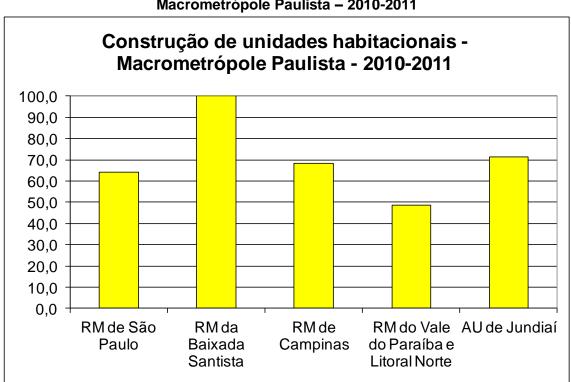


Gráfico 9 - Proporção de municípios com construção de unidades habitacionais Macrometrópole Paulista – 2010-2011

Como podemos notar, as regiões diferem bastante quanto à proporção de municípios que declararam possuir programas de construção de unidades habitacionais em 2010-2011. Por um lado, encontramos a RM da Baixa Santista, novamente, com 100% dos municípios com presença do programa. O AU de Jundiaí, A RM de Campinas e a RM de São Paulo ocupam posição intermediária, com, aproximadamente 70% dos

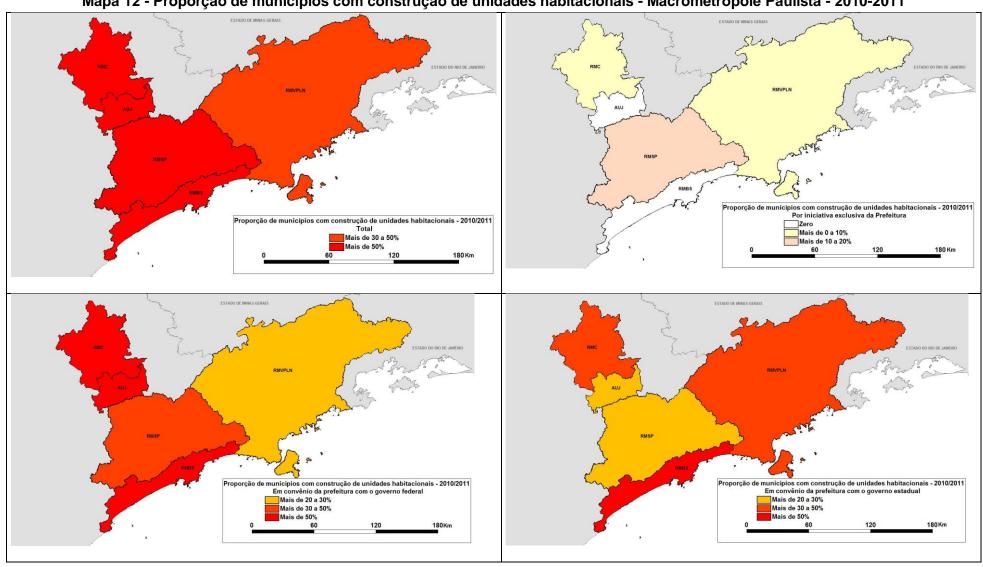


municípios. A RM do Vale do Paraíba ocupa a última posição no ranking, com pouco menos de 50% dos municípios.

O mapa 12 apresenta a distribuição espacial das diferentes modalidades de parcerias para realização das ações de construção de unidades habitacionais.



Mapa 12 - Proporção de municípios com construção de unidades habitacionais - Macrometrópole Paulista - 2010-2011





No caso dos programas de construção de unidades habitacionais, a distribuição espacial das modalidades de parceria não é muito desigual. As RM da Baixada Santista, de Campinas e o AU de Jundiaí se destacam por apresentarem mais de 50% dos municípios com ação de construção de unidade habitacional em parceria com o governo federal. A segunda modalidade de parceria mais mencionada pelos municípios foi o convênio com o governo estadual, sendo que no caso da RM do Vale do Paraíba, a proporção de municípios que declararam ter realizado esta ação em parceria com o governo estadual foi maior do que aqueles que mencionaram realizá-la em conjunto com o governo federal. Em todas as regiões foi baixa a incidência de municípios que declararam realizar esta ação por iniciativa exclusiva da prefeitura.

2.4.3. Urbanização de Assentamentos

A urbanização de assentamentos foi a terceira ação mais frequente entre os municípios da Macrometrópole Paulista de 2010 a 2011. O Gráfico 10 mostra a proporção de municípios em cada região que declararam a urbanização de assentamentos como programa/ ação habitacional no período 2010-2011.

Urbanização de assentamentos -Macrometrópole Paulista - 2010-2011 100,0 90.0 0,08 70,0 60,0 50,0 40,0 30,0 20,0 10,0 0,0 RM de São RM da RM de RM do Vale do AU de Jundiaí Paraíba e Paulo Baixada Campinas Santista Litoral Norte

Gráfico 10 - Proporção de municípios com urbanização de assentamentos Macrometrópole Paulista – 2010-2011

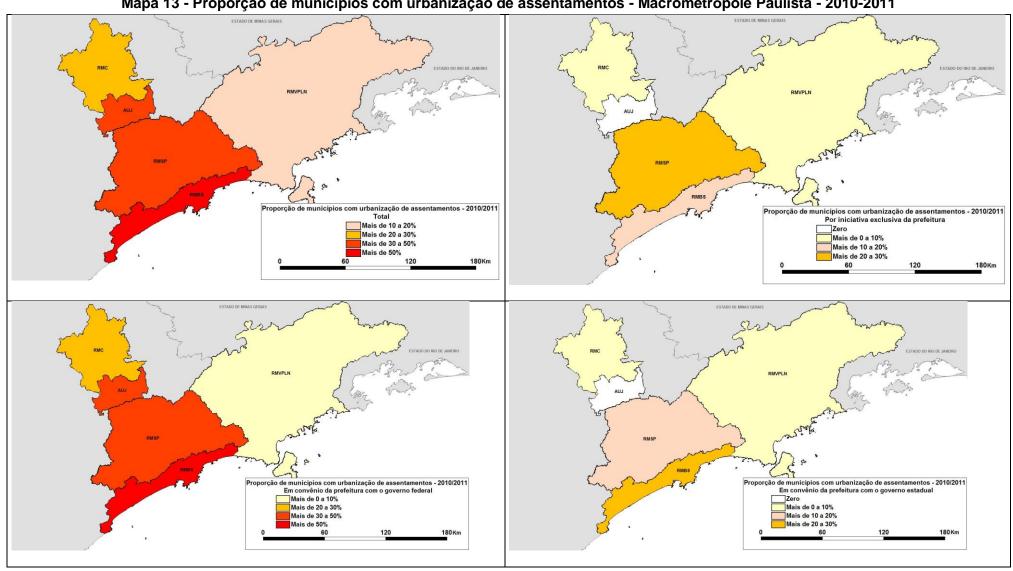
Como podemos notar, as regiões diferem bastante quanto à proporção de municípios que declararam possuir programas de urbanização de assentamentos em 2010-2011. A RM da Baixa Santista se destaca por apresentar quase 80% dos municípios com o programa. Em seguida, estão a RM de São Paulo (com aproximadamente 50%) e o AU de Jundiaí (com pouco mais de 40% dos municípios). As outras regiões apresentam patamares baixos.



centro de estudos da metrópole O mapa 13 apresenta a distribuição espacial das diferentes modalidades de parcerias para realização das ações de urbanização de assentamentos.



Mapa 13 - Proporção de municípios com urbanização de assentamentos - Macrometrópole Paulista - 2010-2011



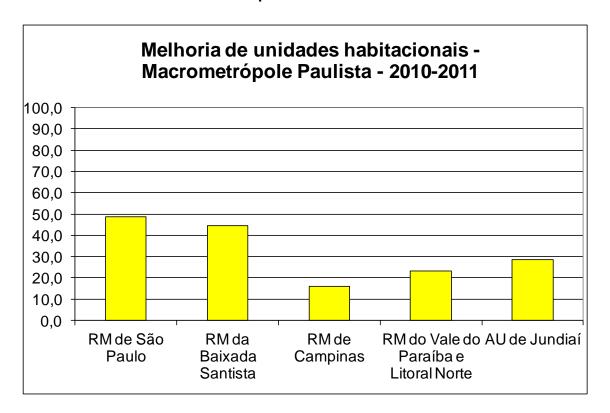


Como podemos notar, com exceção da RMSP, em que a iniciativa exclusiva da prefeitura aparece como uma modalidade relativamente importante, as parcerias com o governo federal e, em menor medida com o governo estadual ainda são as modalidades mais presentes no caso da urbanização de assentamentos, em todas as regiões analisadas.

2.4.4. Melhoria de Unidades Habitacionais

A melhoria de unidades habitacionais ocupa o quarto lugar entre os programas citados pelos municípios da Macrometrópole Paulista no período 2010 a 2011. O Gráfico 11 mostra a proporção de municípios em cada região que declararam a melhoria de unidades habitacionais como programa/ação habitacional no período 2010-2011.

Gráfico 11 - Proporção de municípios com programas de melhoria de unidades habitacionais Macrometrópole Paulista – 2010-2011

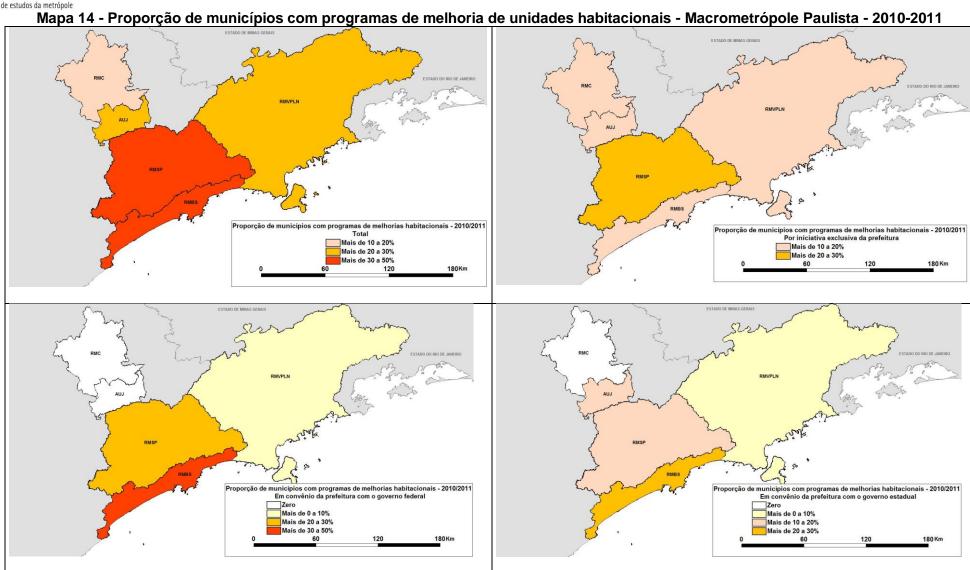


Como podemos notar, a melhoria de unidades habitacionais foi mencionada por 48,7% dos municípios da RM de São Paulo, 44,4% dos municípios da RM da Baixada Santista e 28,6% dos municípios do AU de Jundiaí. Nas outras duas regiões, a incidência foi muito baixa.

O mapa 14 apresenta a distribuição espacial das diferentes modalidades de parcerias para realização das ações de melhoria de unidades habitacionais.







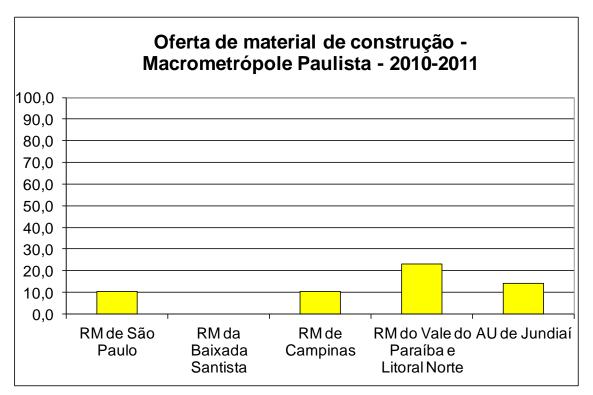


No caso da melhoria de unidades habitacionais, a RM da Baixada Santista é a única que se destaca pela forte presença de ações realizadas em convênio com os governos federal e estadual. A RMSP apresenta forte presença das esferas federal e estadual, mas, a iniciativa exclusiva da prefeitura aparece também como uma modalidade importante. No AU de Jundiaí, as modalidades iniciativa exclusiva e convênio com o Governo Estadual apresentam os mesmos patamares.

2.4.5. Oferta de material de construção

As duas modalidades menos mencionadas pelos municípios foram a oferta de materiais de construção e a oferta de lotes. O Gráfico 12 mostra a proporção de municípios em cada região que declararam a oferta de material de construção como programa/ação habitacional no período 2010-2011.

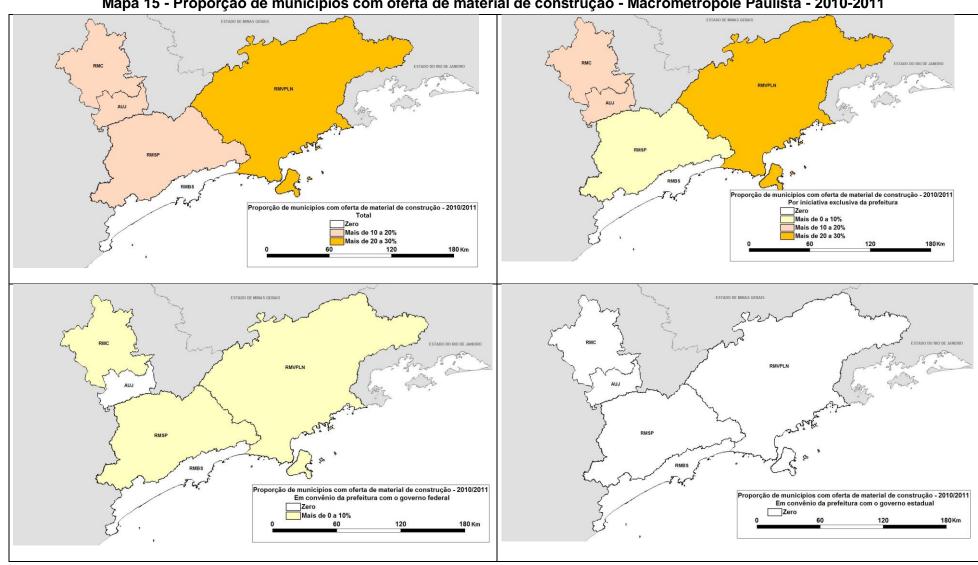
Gráfico 12 - Proporção de municípios com oferta de material de construção Macrometrópole Paulista – 2010-2011



Como podemos notar, encontramos uma situação relativamente homogênea de baixa frequência de municípios que declaram possuir este programa. O mapa 15 apresenta a distribuição espacial das diferentes modalidades de parcerias para realização das ações de oferta de material de construção.



Mapa 15 - Proporção de municípios com oferta de material de construção - Macrometrópole Paulista - 2010-2011



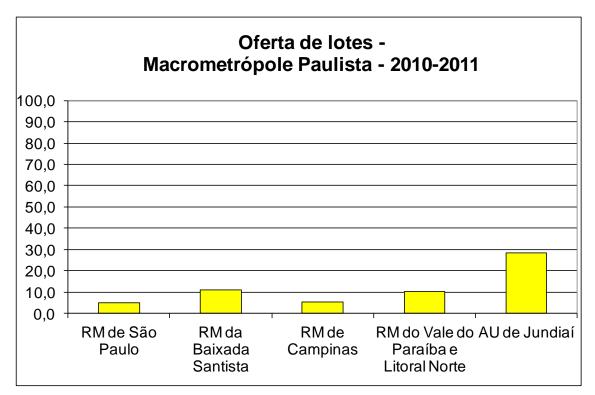


O mapa confirma, para as regiões analisadas, que este programa é prioritariamente implementado por iniciativa exclusiva das prefeituras.

2.4.6. Oferta de lotes

O Gráfico 13 mostra a proporção de municípios em cada região que declararam a oferta de lotes como programa/ação habitacional no período 2010-2011.

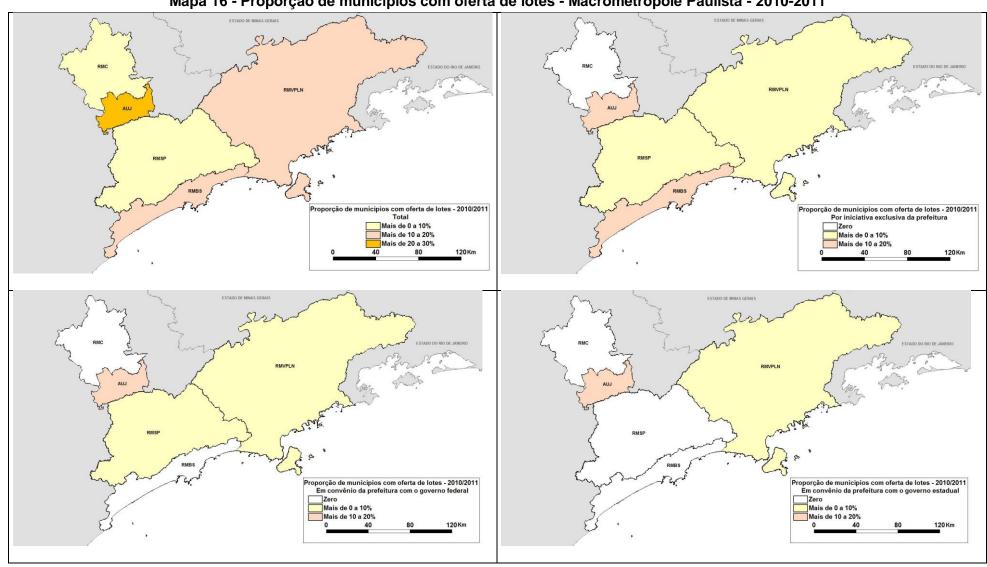
Gráfico 13 - Proporção de municípios com oferta de lotes Macrometrópole Paulista – 2010-2011



Como podemos notar, com exceção do AU de Jundiaí, encontramos uma situação relativamente homogênea de baixíssima frequência de municípios que declaram possuir este programa. O mapa 16 apresenta a distribuição espacial das diferentes modalidades de parcerias para realização das ações de oferta de lotes.



Mapa 16 - Proporção de municípios com oferta de lotes - Macrometrópole Paulista - 2010-2011





No caso do programa de oferta de lotes, a situação não é tão nítida quanto no caso da ação de oferta de materiais de construção. A única região que revelou uma presença um pouco mais elevada do programa – o AU de Jundiaí – apresentou faixas idênticas quanto à proporção de municípios que declararam realizar o programa por iniciativa exclusiva, por iniciativa do governo federal ou por iniciativa do governo estadual.



Anexos:

Comparando Assentamentos 2000-2010 - Informações por município



Nome do município Setores Setores Assentamentos Subnormais (A) Precários (B) Precários (A + B) Total de Setores Assentamentos Subnormais (A) Precários (B) P	centro de estudos da metrópole		, , ,	4	0° B I 0000	2010					
Nome do município Selores Subnormais (A) Precários (B) Precários (A + B) P	Tabela 20 - Numero de assent	amentos precarios en	n áreas urbanas.^ i	funicipios da Rivi de	e São Paulo, 2000-2	010					
Nome do municipio Numerian (N) Precirios (A) Precirios				Censo 2000					Censo 2010		
Barueri 20 5 25 177 14,12 7 7 14 279 Brittina-Mirm 0 4 4 4 24 16,7 0 2 2 3 3 1 14 279 Brittina-Mirm 0 5 5 68 7,35 6 3 9 119 Calipinar 3 1 4 4 52 7,69 3 5 8 85 Cargioluba 64 16 80 391 20,46 43 16 59 444 Colia 3 3 11 14 191 7,33 3 5 8 828 Diadema 114 2 116 360 32,22 135 13 148 598 Eribu 33 21 54 242 22,11 56 42 98 426 Eribu-Quep 0 3 3 3 61 4.92 0 2 2 77 Ferraz de Vasconcelos 2 18 20 145 13,79 21 12 33 210 Francisco Moratio 0 64 64 144 44,44 30 22 32 188 France de Roche 0 1 1 20 20,50 20 2 2 2 2 2 2 2 2	Nome do município				Total de Setores	Assentamentos				Total de Setores	% de Assentamentos Precários
Birliba-Millim 0	Arujá	0	8	8	58	13,79	0	8	8	86	9,30
Caleiras	Barueri	20	5	25	177	14,12	7	7	14	279	5,02
Cajamar 3 1 4 52 7,69 3 5 8 85 Carapiculba 64 16 80 391 20,46 43 16 59 444 Carlia 3 11 14 191 7,33 3 5 8 228 Diodema 114 2 116 360 32,22 135 13 148 508 Embu 33 21 54 242 22,31 66 42 98 426 Embu-Busque 0 3 3 61 4,92 0 2 2 77 Ferrac de Vasconcelos 2 16 20 144 44,44 40 30 22 52 198 Francisco Morato 0 64 64 64 144 44,44 30 22 52 198 Francisco Morato 0 11 1 20 5,00 0	Biritiba-Mirim	0	4	4	24	16,67	0	2	2	31	6,45
Carapicuba 64 16 80 391 20,46 43 16 59 444 Cotta 3 11 14 191 7,33 3 5 8 228 Diadema 114 2 116 360 32,22 135 13 148 508 Embu 33 21 54 242 22,31 56 42 98 426 Embu-Guaçu 0 3 3 21 54 242 22,31 56 42 98 426 Embu-Guaçu 0 0 3 3 3 61 4,52 20 0 2 2 2 77 Ferraz de Vasconcelos 2 18 20 145 13,79 21 12 33 210 Ferrac de Vasconcelos 0 64 64 144 4,44 30 0 22 52 198 Franco da Rocha 5 20 25 118 21,19 19 10 29 156 Franco da Rocha 5 20 25 118 21,19 19 10 29 156 Guararema 0 1 1 1 20 5,00 0 0 0 0 35 Guararlos 23 34 269 1.291 20,84 313 41 354 1.705 Eugenerica da Serra 7 29 36 153 23,53 3 3 45 48 228 Lapsel 4 17 21 137 15,33 4 8 1 18 12 187 18 18 14 19 19 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10	Caieiras	0	5	5	68	7,35	6	3	9	119	7,56
Cotia 3 11 14 191 7.33 3 5 8 228 Diadema 114 2 116 360 32,22 135 13 148 508 Embu-Gaçu 0 33 21 54 242 22,31 56 42 98 426 Embu-Gaçu 0 3 3 61 4,92 0 2 2 77 Fenar de Vasconcelos 2 18 20 145 13,79 21 12 33 210 Fenar de Vasconcelos 0 64 64 144 44,44 30 22 52 198 Francisco Morato 0 64 64 144 44,43 30 22 52 198 Francisco Morato 0 0 1 1 1 20 5,00 0 0 0 35 38 71 35 186 282 198 165 <td>Cajamar</td> <td>3</td> <td>1</td> <td>4</td> <td>52</td> <td>7,69</td> <td>3</td> <td>5</td> <td>8</td> <td>85</td> <td>9,41</td>	Cajamar	3	1	4	52	7,69	3	5	8	85	9,41
Diadema	Carapicuíba	64	16	80	391	20,46	43	16	59	444	13,29
Embu 933 21 54 242 22,31 56 42 88 426 Embu-Guaçu 0 3 3 3 61 4,92 0 2 2 2 77 Ferraz de Vasconcelos 2 18 20 145 13,78 21 12 33 210 Francos Morato 0 64 64 64 144 44,48 30 22 52 198 Francos Morato 5 20 25 118 21,14 44,48 30 22 52 198 Francos Morato 6 5 20 25 118 21,14 19 19 10 29 156 Guararema 0 1 1 1 1 20 5,00 0 0 0 0 35 Guararema 7 29 36 153 23,53 3 46 48 228 Itapevil 4 17 21 137 15,33 4 8 11 354 17,05 Itapevil 4 17 21 137 15,33 4 8 11 28 12 187 Itaquaquecetuba 1 7 70 71 250 28,40 35 38 73 397 January 10 10 10 125 8,00 0 3 3 3 3 6 Mairiporă 0 10 10 10 125 8,00 0 2 2 2 134 Mairiporă 0 10 10 10 125 8,00 0 2 2 2 134 Mairiporă 0 10 10 10 125 8,00 0 0 2 2 2 134 Mairiporă 0 10 10 10 125 8,00 0 0 2 2 2 14 Mairiporă 0 10 10 10 125 8,00 0 0 2 2 2 14 Mairiporă 0 10 10 10 125 8,00 0 0 2 2 2 2 134 Mairiporă 0 10 10 10 125 8,00 0 0 2 2 2 2 134 Mairiporă 0 10 10 10 125 8,00 0 0 2 2 2 2 134 Mairiporă 0 10 10 10 125 8,00 0 0 2 2 2 2 134 Mairiporă 0 10 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0	Cotia	3	11	14	191	7,33	3	5	8	228	3,51
Embu-Guacy 0 3 3 61 4,92 0 2 2 77 Ferraz de Vasconcelos 2 18 20 145 13,79 21 12 33 210 Francisco Morato 0 64 64 64 144 44,44 30 22 52 198 Francisco Morato 5 20 25 118 21,19 19 10 29 156 Guardinos 25 34 269 1.291 20,84 313 41 354 1.705 Guardinos 235 34 269 1.291 20,84 313 41 354 1.705 Lapecarica da Serra 7 29 36 153 23,53 33 45 48 22a 187 Itaperarica da Serra 4 17 21 137 15,33 4 8 12 187 Jandira 0 0 0 77 <td>Diadema</td> <td>114</td> <td>2</td> <td>116</td> <td>360</td> <td>32,22</td> <td>135</td> <td>13</td> <td>148</td> <td>508</td> <td>29,13</td>	Diadema	114	2	116	360	32,22	135	13	148	508	29,13
Ferraz de Vasconcelos 2 18 20 145 13,79 21 12 33 210 Francisco Montroto 0 64 64 144 44,44 30 22 52 198 Francisco Montroto 5 20 25 118 21,19 19 10 29 156 Guararema 0 1 1 20 5,00 0 0 0 35 Guararema 7 29 36 153 23,53 3 45 48 228 Itapeval 4 17 21 137 15,33 4 8 12 187 Itaqueucetuba 1 70 71 250 28,40 35 38 73 397 Itaqueucetuba 0 0 0 7 7 0 0 2 4 6 108 Juquitiba 0 0 7 7 25 28,00 0 3 3 3 3 Mainpora 0 10 110 125 8,00 0 2 2 2 134 Maiua 71 6 77 366 19,95 101 6 107 500 Moji das Cruzes 0 22 22 22 233 7,51 0 22 22 22 22 Itagera do Born Jesus 0 0 0 0 0 0 0 0 0	Embu	33	21	54	242	22,31	56	42	98	426	23,00
Ferraz de Vasconcelos 2 18 20 145 13,79 21 12 33 210 Francisco Montroto 0 64 64 144 44,44 30 22 52 198 Francisco Montroto 5 20 25 118 21,19 19 10 29 156 Guararema 0 1 1 20 5,00 0 0 0 35 Guararema 7 29 36 153 23,53 3 45 48 228 Itapeval 4 17 21 137 15,33 4 8 12 187 Itaqueucetuba 1 70 71 250 28,40 35 38 73 397 Itaqueucetuba 0 0 0 7 7 0 0 2 4 6 108 Juquitiba 0 0 7 7 25 28,00 0 3 3 3 3 Mainpora 0 10 110 125 8,00 0 2 2 2 134 Maiua 71 6 77 366 19,95 101 6 107 500 Moji das Cruzes 0 22 22 22 233 7,51 0 22 22 22 22 Itagera do Born Jesus 0 0 0 0 0 0 0 0 0	Embu-Guaçu	0	3			4,92					
Francisco Morato											
Guararema 0 1 1 20 5,00 0 0 0 35 Guarulhos 235 34 269 1,291 20,44 313 41 354 1,705 Itapeevica da Serra 7 29 36 153 23,53 3 45 48 228 Itapevica da Serra 4 17 21 137 15,33 4 8 12 187 Itaquaquecetuba 1 70 71 250 28,40 35 38 73 397 Jandira 0 0 7 7 25 28,40 35 38 73 397 Jandira 0 0 7 7 25 28,00 0 3 3 3 3 36 Maidripora 0 10 10 125 8,00 0 2 2 2 134 Maidripora 71 6 77											26,26
Guarulhos 235 34 269 1.291 20,84 313 41 354 1.705 latapecerica da Serra 7 29 36 153 23,53 3 45 48 228 latapece latapece 4 177 21 137 15,33 4 8 112 187 lataped 4 17 21 137 15,33 4 8 112 187 lataped 2 1 1 70 71 250 28,40 35 38 73 397 Jandira 3 0 0 0 0 77 0,00 2 4 4 6 108 Juquitiba 0 0 0 0 77 25 28,00 0 0 3 3 3 3 36 Mairiporà 0 10 10 10 125 8,00 0 0 2 2 2 2 134 Mairiporà 0 10 10 10 125 8,00 0 0 2 2 2 2 134 Mairiporà 1 6 77 366 19,95 101 6 107 500 Moji das Cruzes 0 0 22 22 22 233 7,51 0 22 22 246 Osasco 164 14 178 814 21,87 128 19 147 928 Pirapora do Bom Jesus 0 0 0 0 9 0,00 0 0 1 1 1 1 17 Poà 10 1 1 1 17 Poà 10 1 1 1 1 1 1 17 Poà 10 1 1 1 1 1 1 17 Poà 10 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	Franco da Rocha	5				-	19				
Guarulhos 236 34 269 1.291 20,84 313 41 354 1.705 Itapecerica da Serra 7 29 36 153 23,53 3 45 48 228 Itapeval 4 17 21 137 15,33 4 8 122 187 Itaquaquecetuba 1 70 71 250 28,40 35 38 73 397 Jandira 0 0 0 77 0,00 2 4 6 108 Juquitiba 0 0 0 0 77 25 28,00 0 2 2 2 134 Mairiporà 0 10 10 125 8,00 0 2 2 2 134 Mairiporà 0 0 10 125 8,00 0 2 2 2 134 Majas Cruzes 0 0 2 2	Guararema	0	1	1	20	5.00	0	0	0	35	
Itapecia da Serra 7 29 36 153 23,53 3 45 48 228 Itapew 4 17 21 137 15,33 4 8 12 187 Itaquaqueetuba 1 70 71 250 28,40 35 38 73 397 Jandira 0 0 0 0 77 0.00 2 4 6 108 Juquitiba 0 7 7 25 28,00 0 3 3 36 Mauá 71 6 77 386 19,95 101 6 107 500 Mauá 71 6 77 386 19,95 101 6 107 500 Mauá 71 6 77 386 19,95 101 6 107 500 Macia Cruzes 0 0 2 22 2 8 12,75 128			34	269							
Itapevi 4 17 21 137 15,33 4 8 12 187 Itaquaquecetuba 1 70 71 250 28,40 35 38 73 397 Jandira 0 0 0 77 0,00 2 4 6 108 Juquitiba 0 7 7 25 28,00 0 3 3 36 Mairporã 0 10 10 125 8,00 0 2 2 134 Mauá 71 6 77 386 19,95 101 6 107 500 Moji das Cruzes 0 22 22 293 7,51 0 22 22 426 Osasco 164 14 178 814 21,87 128 19 147 928 Pirapora do Bom Jesus 0 0 0 9 0,00 0 1 1 17 <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>-</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td>						-					
Itaquaquecetuba 1 70 71 250 28,40 35 38 73 397 Jandira 0 0 0 77 0,00 2 4 6 108 Jaquitiba 0 7 7 25 28,00 0 3 3 36 Mairiporã 0 10 10 125 8,00 0 2 2 134 Mauá 71 6 77 386 19,95 101 6 107 500 Moji das Cruzes 0 22 22 22 37 7,51 0 22 22 466 Osasco 164 14 178 814 21,87 128 19 147 928 Pirapora do Boru Jesus 0 0 0 9 0,00 0 1 1 1 17 928 Pirapora do Boru Jesus 0 0 2 2 88	•					-					6,42
Jandira 0 0 0 77 0,00 2 4 6 108 Juquitiba 0 7 7 25 28,00 0 3 3 3 Mairiporã 0 10 10 125 8,00 0 2 2 2 134 Mauá 71 6 77 386 19,95 101 6 107 500 Moji das Cruzes 0 22 22 223 7,51 0 22 22 22 426 Osasco 164 14 178 814 21,87 128 19 147 928 Pirapora do Bom Jesus 0 0 0 9 0,00 0 1 1 17 928 Pirapora do Bom Jesus 0 0 0 9 0,00 0 1 1 17 928 Pirapora do Bom Jesus 0 2 2 2						-,					18,39
Juquitiba 0 7 7 25 28,00 0 3 3 36 Mairporã 0 10 10 125 8,00 0 2 2 134 Mauá 71 6 77 386 19,95 101 6 107 500 Moji das Cruzes 0 22 22 223 7,51 0 22 22 2426 Osasco 164 14 178 814 21,87 128 19 147 928 Pirapora do Born Jesus 0 0 0 9 0,00 0 1 1 17 928 Pirapora do Born Jesus 0 0 9 0,00 0 1 1 17 928 Pirapora do Born Jesus 0 0 0 9 0,00 0 1 1 1 7 928 Pirapora do Born Jesus 0 2 2 2 88											5,56
Mairiporă 0 10 10 125 8,00 0 2 2 134 Mauá 71 6 77 386 19,95 101 6 107 500 Mayi das Cruzes 0 22 22 22 293 7,51 0 22 22 2426 Osasco 164 14 178 814 21,87 128 19 147 928 Pirapora do Bom Jesus 0 0 0 9 0,00 0 1 1 17 928 Pirapora do Bom Jesus 0 0 0 9 0,00 0 1 11 17 928 Pirapora do Bom Jesus 0 0 0 9 0,00 0 1 14 17 928 Pirapora do Bom Jesus 0 0 0 0 0 0 1 1 1 17 928 Pirapora do Bom Jesus <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>-</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td>						-					
Mauá 71 6 77 386 19,95 101 6 107 500 Moji das Cruzes 0 22 22 293 7,51 0 22 22 22 426 Osasco 164 14 178 814 21,87 128 19 147 928 Pirapora do Bom Jesus 0 0 0 9 0,00 0 1 1 17 Pcá 0 2 2 2 88 2,27 0 2 2 155 Ribeirão Pires 2 1 3 130 2,31 4 2 6 164 Ribeirão Pires 2 1 3 130 2,31 4 2 6 164 Ribeirão Pires 2 1 3 130 2,31 4 2 6 164 Ribeirão Pires 2 1 4 38 10,53 0 1 <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>-</td> <td>-</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>1,49</td>						-	-				1,49
Moji das Cruzes 0 22 22 293 7,51 0 22 22 426 Osasco 164 14 178 814 21,87 128 19 147 928 Pirapora do Born Jesus 0 0 0 9 0,00 0 1 1 17 928 Proá 0 0 0 9 0,00 0 0 1 1 17 928 Proá 0 0 0 9 0,00 0 0 1 1 17 928 Ribeirão Pires 2 1 3 130 2,31 4 2 6 164 Ribeirão Pires 2 1 3 130 2,31 4 2 6 164 Rio Grande da Serra 0 4 4 38 10,53 0 1 1 1 55 Salesópolis 0 2 2	•					-					21,40
Osasco 164 14 178 814 21,87 128 19 147 928 Pirapora do Bom Jesus 0 0 0 9 0,00 0 1 1 17 Poá 0 2 2 88 2,27 0 2 2 155 Ribeirão Pires 2 1 3 130 2,31 4 2 6 164 Rio Grande da Serra 0 4 4 38 10,53 0 1 1 1 55 Salesópolis 0 2 2 9 22,22 0 0 0 10 10 Santa Sabel 0 4 4 51 7,84 0 2 2 57 Santa de Pamaíba 4 7 11 70 15,71 4 2 6 107 Santa do Campo 164 10 174 822 21,17 197 1											
Pirapora do Bom Jesus 0 0 9 0,00 0 1 1 17 Poá 0 2 2 88 2,27 0 2 2 155 Ribeirão Pires 2 1 3 130 2,31 4 2 6 164 Rio Grande da Serra 0 4 4 38 10,53 0 1 1 55 Salesópolis 0 2 2 9 22,22 0 0 0 0 10 Salesópolis 0 2 2 2 9 22,22 0 0 0 0 10 Salesópolis 0 2 2 2 9 22,22 0 0 0 0 10 Salesópolis 0 2 4 4 51 7,84 0 0 2 2 57 Santala sabel 4 7 11 70	•	-									
Poá 0 2 2 88 2,27 0 2 2 155 Ribeirão Pires 2 1 3 130 2,31 4 2 6 164 Rio Grande da Serra 0 4 4 38 10,53 0 1 1 55 Salesópolis 0 2 2 9 22,22 0 0 0 0 10 Santa Isabel 0 4 4 51 7,84 0 2 2 57 Santana de Pamaíba 4 7 11 70 15,71 4 2 6 107 Santo André 66 9 75 682 11,00 112 31 143 1.144 São Bernardo do Campo 164 10 174 822 21,17 197 16 213 1.175 São Lourenço da Serra 0 2 2 13 15,38 0 <td< td=""><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td>-</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></td<>						-					
Ribeirão Pires 2 1 1 3 130 2,31 4 2 6 164 Rio Grande da Serra 0 4 4 4 38 10,53 0 1 1 1 55 Salesópolis 0 2 2 2 9 22,22 0 0 0 0 10 Santa Isabel 0 4 7 11 70 15,71 4 2 6 107 Santo André 6 9 75 682 11,00 112 31 143 1.144 São Bernardo do Campo 164 10 174 822 21,17 197 16 213 1.175 São Caetano do Sul 0 0 0 0 170 0,00 0 0 0 0 0 São Lourenço da Serra 0 0 2 2 1 13 15,38 0 0 0 0 0 0 São Paulo 1.067 645 1.712 13.065 13,10 2.027 667 2.694 18.048 Suzano 0 0 17 17 227 7,49 19 23 42 361 Taboão da Serra 24 6 30 212 14,15 33 5 38 263	•					-	-	•			
Rio Grande da Serra 0 4 4 38 10,53 0 1 1 55 Salesópolis 0 2 2 9 22,22 0 0 0 10 Santa Isabel 0 4 4 51 7,84 0 2 2 57 Santana de Parnaíba 4 7 11 70 15,71 4 2 6 107 Santo André 66 9 75 682 11,00 112 31 143 1.144 São Bernardo do Campo 164 10 174 822 21,17 197 16 213 1.175 São Caetano do Sul 0 0 0 170 0,00 0 0 0 20 São Lourenço da Serra 0 2 2 13 15,38 0 0 0 0 20 São Paulo 1.067 645 1.712 13.065 13,10							-				3,66
Salesópolis 0 2 2 9 22,22 0 0 0 10 Santa Isabel 0 4 4 51 7,84 0 2 2 57 Santana de Parnaíba 4 7 11 70 15,71 4 2 6 107 Santo André 66 9 75 682 11,00 112 31 143 1.144 São Bernardo do Campo 164 10 174 822 21,17 197 16 213 1.175 São Caetano do Sul 0 0 0 170 0,00 0 0 0 20 São Lourenço da Serra 0 2 2 13 15,38 0 0 0 20 São Paulo 1.067 645 1.712 13.065 13,10 2.027 667 2.694 18.048 Suzano 0 0 17 17 227 7,49											
Santa Isabel 0 4 4 51 7,84 0 2 2 57 Santana de Parnaíba 4 7 11 70 15,71 4 2 6 107 Santo André 66 9 75 682 11,00 112 31 143 1.144 São Bernardo do Campo 164 10 174 822 21,17 197 16 213 1.175 São Caetano do Sul 0 0 0 170 0,00 0 0 0 206 São Lourenço da Serra 0 2 2 13 15,38 0 0 0 20 São Paulo 1.067 645 1.712 13.065 13,10 2.027 667 2.694 18.048 Suzano 0 17 17 227 7,49 19 23 42 361 Taboão da Serra 24 6 30 212 14,15 <						-	-	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·			
Santana de Parnaíba 4 7 11 70 15,71 4 2 6 107 Santo André 66 9 75 682 11,00 112 31 143 1.144 São Bernardo do Campo 164 10 174 822 21,17 197 16 213 1.175 São Caetano do Sul 0 0 0 170 0,00 0 0 0 206 São Lourenço da Serra 0 2 2 13 15,38 0 0 0 20 São Paulo 1.067 645 1.712 13.065 13,10 2.027 667 2.694 18.048 Suzano 0 17 17 227 7,49 19 23 42 361 Taboão da Serra 24 6 30 212 14,15 33 5 38 263	•					-					3,51
Santo André 66 9 75 682 11,00 112 31 143 1.144 São Bernardo do Campo 164 10 174 822 21,17 197 16 213 1.175 São Caetano do Sul 0 0 0 0 0 0 0 0 206 São Lourenço da Serra 0 2 2 13 15,38 0 0 0 20 São Paulo 1.067 645 1.712 13.065 13,10 2.027 667 2.694 18.048 Suzano 0 17 17 227 7,49 19 23 42 361 Taboão da Serra 24 6 30 212 14,15 33 5 38 263						-	-				5,61
São Bernardo do Campo 164 10 174 822 21,17 197 16 213 1.175 São Caetano do Sul 0 0 0 0 0 0 0 0 0 206 São Lourenço da Serra 0 2 2 13 15,38 0 0 0 0 20 São Paulo 1.067 645 1.712 13.065 13,10 2.027 667 2.694 18.048 Suzano 0 17 17 227 7,49 19 23 42 361 Taboão da Serra 24 6 30 212 14,15 33 5 38 263											12,50
São Caetano do Sul 0 0 0 170 0,00 0 0 0 206 São Lourenço da Serra 0 2 2 13 15,38 0 0 0 0 20 São Paulo 1.067 645 1.712 13.065 13,10 2.027 667 2.694 18.048 Suzano 0 17 17 227 7,49 19 23 42 361 Taboão da Serra 24 6 30 212 14,15 33 5 38 263											
São Lourenço da Serra 0 2 2 13 15,38 0 0 0 0 20 São Paulo 1.067 645 1.712 13.065 13,10 2.027 667 2.694 18.048 Suzano 0 17 17 227 7,49 19 23 42 361 Taboão da Serra 24 6 30 212 14,15 33 5 38 263											
São Paulo 1.067 645 1.712 13.065 13,10 2.027 667 2.694 18.048 Suzano 0 17 17 227 7,49 19 23 42 361 Taboão da Serra 24 6 30 212 14,15 33 5 38 263						-	-				
Suzano 0 17 17 227 7,49 19 23 42 361 Taboão da Serra 24 6 30 212 14,15 33 5 38 263		-					-			-	
Taboão da Serra 24 6 30 212 14,15 33 5 38 263											
											11,63
vargem Grande Paulista 0 2 2 41 4,88 0 0 0 62						-					14,45
Total da RM de São Paulo 2.053 1.099 3.152 21.229 14,85 3.305 1.087 4.392 29.375						-	-		-		-,



			Censo 2000		0/ 1			Censo 2010			
Nome do município	Domicílios em Setores Subnormais (A)	Domicílios em Setores Precários (B)	Estimativa de Domicílios em Assentamentos Precários (A + B)	Total de Domicílios em todos os Tipos de Setores	% de Domicílios em Assentamentos Precários	Domicílios em Setores Subnormais (A)	Domicílios em Setores Precários (B)	Estimativa de Domicílios em Assentamentos Precários (A + B)	Total de Domicílios em todos os Tipos de Setores	% de Domicílios em Assentamentos Precários	
Arujá	0	1.981	1.981	14.517	13,65	0	1.593	1.593	20.608	7,73	
Barueri	2.958	1.966	4.924	55.395	8,89	704	939	1.643	71.790	2,29	
Biritiba-Mirim	0	1.033	1.033	5.384	19,19	0	550	550	7.204	7,63	
Caieiras	0	1.045	1.045	18.324	5,70	670	497	1.167	24.833	4,70	
Cajamar	382	111	493	13.045	3,78	796	1.130	1.926	18.894	10,19	
Carapicuíba	9.170	2.658	11.828	90.903		7.800	2.227	10.027	108.592		
Cotia	293	1.762	2.055	38.380	5,35	352	457	809	59.038	1,37	
Diadema	21.977	198	22.175	98.139	22,60	24.728	1.453	26.181	117.344	22,31	
Embu	5.274	3.957	9.231	52.925	17,44	8.966	4.092	13.058	68.225	19,14	
Embu-Guaçu	0	598	598	14.052	4,26	0	410	410	17.611	2,33	
Ferraz de Vasconcelos	406	4.436	4.842	36.335	13,33	3.100	2.947	6.047	47.218	12,81	
Francisco Morato	0	14.007	14.007	33.944	41,27	2.470	4.766	7.236	43.858	16,50	
Franco da Rocha	723	3.872	4.595	25.845	17,78	2.559	2.010	4.569	35.464	12,88	
Guararema	0	113	113	4.746	2,38	0	0	0	6.642	0,00	
Guarulhos	41.124	5.849	46.973	284.036	16,54	57.906	4.772	62.678	360.540	17,38	
Itapecerica da Serra	755	6.353	7.108	33.366	21,30	387	6.684	7.071	42.388	16,68	
Itapevi	806	4.779	5.585	41.778	13,37	848	2.475	3.323	57.604	5,77	
Itaquaquecetuba	144	19.443	19.587	68.831	28,46	7.410	7.705	15.115	89.670	16,86	
Jandira	0	0	0	24.443	0,00	578	1.024	1.602	32.536	4,92	
Juquitiba	0	1.038	1.038	4.481	23,16	0	424	424	6.702	6,33	
Mairiporã	0	842	842	12.887	6,53	0	237	237	20.616	1,15	
Mauá	17.167	1.482	18.649	98.965	18,84	22.884	827	23.711	125.348	18,92	
Moji das Cruzes	0	5.893	5.893	84.035	7,01	0	6.010	6.010	111.066	5,41	
Osasco	28.463	1.803	30.266	181.012	16,72	21.630	2.827	24.457	201.894	12,11	
Pirapora do Bom Jesus	0	0	0	3.248	0,00	0	203	203	4.384	4,63	
Poá	0	416	416	24.898	1,67	0	197	197	30.268	0,65	
Ribeirão Pires	364	382	746	28.264	2,64	891	334	1.225	33.844	3,62	
Rio Grande da Serra	0	850	850	9.722	8,74	0	183	183	13.191	1,39	
Salesópolis	0	370	370	2.411	15,35	0	0	0	2.969	0,00	
Santa Isabel	0	840	840	9.003	9,33	0	443	443	11.995	3,69	
Santana de Parnaíba	94	2.220	2.314	18.598	12,44	1.172	405	1.577	31.610	4,99	
Santo André	17.090	3.075	20.165	185.461	10,87	23.855	6.135	29.990	215.617	13,91	
São Bernardo do Campo	37.368	2.055	39.423	194.478	20,27	43.052	2.794	45.846	235.509	19,47	
São Caetano do Sul	0	0	0	43.415	0,00	0	0	0	50.492	0,00	
São Lourenço da Serra	0	276	276	2.723	10,14	0	0	0	3.905	0,00	
São Paulo	227.234	143.722	370.956	2.954.732	12,55	356.692	111.331	468.023	3.561.505	13,14	
Suzano	0	4.694	4.694	57.713	8,13	1.523	4.580	6.103	72.370	8,43	
Taboão da Serra	4.351	1.364	5.715	52.378	10,91	7.351	1.277	8.628	72.314	11,93	
Vargem Grande Paulista	0	511	511	8.464	6,04	0	0	0	12.541	0,00	
Total da RM de São Paulo	416.143	245.994	662.137	4.931.276	13,43	598.324	183.938	782.262	6.048.199	12,93	



Tabela 22 – Estimativas de população residindo em assentamentos precários em áreas urbanas.* Municípios da RM de São Paulo, 2000-2010

		•	Censo 2000			Censo 2010						
Nome do município	Pessoas em Setores Subnormais (A)	Pessoas em Setores Precários (B)	Estimativa de Pessoas em Assentamentos Precários (A + B)	Total de Pessoas em todos os Tipos de Setores	% de Pessoas em Assentamentos Precários	Pessoas em Setores Subnormais (A)	Pessoas em Setores Precários (B)	Estimativa de Pessoas em Assentamentos Precários (A + B)	Total de Pessoas em todos os Tipos de Setores	% de Pessoas em Assentamentos Precários		
Arujá	0	7.853	7.853	55.845	14,06	0	5.863	5.863	71.717	8,18		
Barueri	11.977	7.519	19.496	207.603	9,39	2.702	3.471	6.173	240.595	2,57		
Biritiba-Mirim	0	4.205	4.205	20.621	20,39	0	2.148	2.148	24.510	8,76		
Caieiras	0	4.018	4.018	68.376	5,88	2.486	1.569	4.055	84.336	4,81		
Cajamar	1.501	425	1.926	47.834	4,03	2.872	3.912	6.784	62.753	10,81		
Carapicuíba	36.760	10.412	47.172	340.603	13,85	29.649	8.210	37.859	369.020	10,26		
Cotia	1.195	6.663	7.858	146.398	5,37	1.450	1.613	3.063	200.042	1,53		
Diadema	86.360	747	87.107	354.762	24,55	88.394	4.839	93.233	385.513	24,18		
Embu	21.598	15.705	37.303	204.335	18,26	34.207	14.995	49.202	239.994	20,50		
Embu-Guaçu	0	2.345	2.345	54.701	4,29	0	1.508	1.508	60.772	2,48		
Ferraz de Vasconcelos	1.660	17.732	19.392	140.736	13,78	11.623	10.499	22.122	163.801	13,51		
Francisco Morato	0	56.060	56.060	132.887	42,19	8.948	17.424	26.372	153.838	17,14		
Franco da Rocha	2.907	15.916	18.823	99.661	18,89	9.472	7.246		120.955			
Guararema	0		402	17.514	2,30	0	0		22.118			
Guarulhos	162.270	22.198	184.468	1.041.223	17,72	215.825	16.780	232.605	1.214.007			
Itapecerica da Serra	3.027	25.102	28.129	127.459	22,07	1.471	24.167	25.638	147.777			
Itapevi	3.185		22.125	161.888	13,67	3.167	8.777		200.626			
Itaquaquecetuba	579		78.914	271.321	29,09	27.563	28.148		321.384			
Jandira	0.0	0	0	91.625	0,00	2.072	3.586		108.283			
Juquitiba	0	-	4.115	16.901	24,35	0	1.522		22.071	6,90		
Mairiporã	0	3.414	3.414	47.604	7,17	0	938		70.448			
Mauá	68.390		73.907	362.627	20,38	84.018	2.736		415.103			
Moji das Cruzes	0		24.515	309.209	7,93	0 1.010	22.023		367.761	5,99		
Osasco	114.427	6.904	121.331	650.856	18,64	80.743	9.960		665.402			
Pirapora do Bom Jesus	0		0		0,00	00.743	834		15.691	5,32		
Poá	0		1.656	95.001	1,74	0	709	709	104.723			
Ribeirão Pires	1.614		3.076	103.841	2,96	3.267	1.230		112.752			
Rio Grande da Serra	0		3.542	36.901	9,60	0.207	669		43.776			
Salesópolis	0	1.362	1.362	8.716	15,63	0	009	009	9.907			
Santa Isabel	0		3.094	32.848	9,42	0	1.598	-	39.453			
Santana de Parnaíba	388		9.312	72.002	12,93	4.322	1.396		108.747			
Santo André	67.651		79.315	641.581	12,93	85.636	21.313		674.397			
São Bernardo do Campo	146.895	11.664 7.895	154.790	687.236	22,52	152.738	9.852		749.031	21,71		
·	146.895	7.895	154.790		0,00	152.738	9.852					
São Caetano do Sul		-		139.217		0		-	148.474			
São Lourenço da Serra	0		1.057	10.134	10,43	•	0	-				
São Paulo	902.490		1.459.648	10.215.800	14,29	1.283.932	391.289	1.675.221	11.163.905			
Suzano	0	19.106	19.106	220.592	8,66	6.023	16.590	22.613	253.067	8,94		
Taboão da Serra	17.883		23.257	195.523	11,89	26.922	4.834		244.149			
Vargem Grande Paulista	0		2.085	32.525	6,41	0	0	-				
Total da RM de São Paulo	1.652.757	963.421	2.616.178	17.476.789	14,97	2.169.502	652.318	2.821.820	19.456.367	14,50		



			Censo 2000					Censo 2010		
Nome do município	Setores Subnormais (A)	Setores Precários (B)	Assentamentos Precários (A + B)	Total de Setores	% de Assentamentos Precários	Setores Subnormais (A)	Setores Precários (B)	Assentamentos Precários (A + B)	Total de Setores	% de Assentamentos Precários
Bertioga	10	1	11	60	18,33	15	2	17	93	18,28
Cubatão	24	14	38	98	38,78	76	8	84	183	45,90
Guarujá	112	9	121	385	31,43	127	19	146	480	30,42
Itanhaém	0	7	7	155	4,52	0	6	6	223	2,69
Mongaguá	0	4	4	79	5,06	0	5	5	93	5,38
Peruíbe	0	5	5	97	5,15	0	3	3	113	2,65
Praia Grande	3	11	14	305	4,59	32	17	49	614	7,98
Santos	27	16	43	604	7,12	54	3	57	652	8,74
São Vicente	32	11	43	336	12,80	119	0	119	495	24,04
Total da RM da Baixada Santista	208	78	286	2.119	13,50	423	63	486	2.946	16,50

Fonte: Elaboração CEM a partir dos Censos Demográficos IBGE (2000 e 2010).

Tabela 24 – Estimativas de domicílios em assentamentos precários em áreas urbanas.* Municípios da RM da Baixada Santista, 2000-2010

			Censo 2000					Censo 2010		
Nome do município	Domicílios em Setores Subnormais (A)	Domicílios em Setores Precários (B)	Estimativa de Domicílios em Assentamentos Precários (A + B)	Total de Domicílios em todos os Tipos de Setores	% de Domicílios em Assentamentos Precários	Domicílios em Setores Subnormais (A)	Domicílios em Setores Precários (B)	Estimativa de Domicílios em Assentamentos Precários (A + B)		% de Domicílios em Assentamentos Precários
Bertioga	1.552	100	1.652	8.425	19,61	2.917	58	2.975	14.468	20,56
Cubatão	9.116	4.870	13.986	29.993	46,63	14.834	1.372	16.206	36.464	44,44
Guarujá	21.889	2.886	24.775	72.008	34,41	26.082	2.675	28.757	84.955	33,85
Itanhaém	0	1.126	1.126	20.259	5,56	0	1.174	1.174	27.974	4,20
Mongaguá	0	940	940	9.770	9,62	0	1.204	1.204	14.512	8,30
Peruíbe	0	966	966	14.035	6,88	0	654	654	19.027	3,44
Praia Grande	755	2.970	3.725	55.018	6,77	4.841	4.419	9.260	83.445	11,10
Santos	5.998	3.134	9.132	130.478	7,00	10.764	345	11.109	144.501	7,69
São Vicente	9.690	3.207	12.897	83.431	15,46	24.054	0	24.054	101.495	23,70
Total da RM da Baixada Santista	49.000	20.199	69.199	423.417	16,34	83.492	11.901	95.393	526.841	18,11
Fonte: Elaboração CEM a partir de	os Censos Demogi	ráficos IBGE (2000	e 2010).							
* Inclui setores em área rural de exte	nsão urbana.									

^{*} Inclui setores em área rural de extensão urbana.



* Inclui setores em área rural de extensão urbana.

	Censo 2000					Censo 2010					
Nome do município	Pessoas em Setores Subnormais (A)	Pessoas em Setores Precários (B)	Estimativa de Pessoas em Assentamentos Precários (A + B)	Total de Pessoas em todos os Tipos de Setores	% de Pessoas em Assentamentos Precários	Pessoas em Setores Subnormais (A)	Pessoas em Setores Precários (B)	Estimativa de Pessoas em Assentamentos Precários (A + B)	Total de Pessoas em todos os Tipos de Setores	% de Pessoas em Assentamentos Precários	
Bertioga	6.138	320	6.458	29.284	22,05	10.422	230	10.652	47.116	22,61	
Cubatão	32.991	17.059	50.050	107.851	46,41	49.116	4.544	53.660	118.274	45,37	
Guarujá	86.084	10.576	96.660	263.134	36,73	95.404	9.641	105.045	290.235	36,19	
ltanhaém	0	4.448	4.448	70.674	6,29	0	3.939	3.939	86.012	4,58	
Mongaguá	0	3.673	3.673	33.784	10,87	0	3.966	3.966	44.622	8,89	
Peruíbe	0	3.638	3.638	49.774	7,31	0	2.314	2.314	58.806	3,93	
Praia Grande	2.958	11.805	14.763	192.404	7,67	17.328	15.980	33.308	261.298	12,75	
Santos	22.482	11.346	33.828	413.524	8,18	38.156	1.139	39.295	417.296	9,42	
São Vicente	39.082	12.497	51.579	300.749	17,15	86.665	0	86.665	329.884	26,27	
Total da RM da Baixada Santista	189.735	75.362	265.097	1.461.178	18,14	297.091	41.753	338.844	1.653.543	20,49	



Tabela 26 – Número de assentamentos precários em áreas urbanas.* Municípios da RM de Campinas, 2000-2010

			Censo 2000					Censo 2010		
Nome do município	Setores Subnormais (A)	Setores Precários (B)	Assentamentos Precários (A + B)	Total de Setores	% de Assentamentos Precários	Setores Subnormais (A)	Setores Precários (B)	Assentamentos Precários (A + B)	Total de Setores	% de Assentamentos Precários
Americana	0	1	1	230	0,43	0	3	3	259	1,16
Artur Nogueira	0	1	1	40	2,50	0	12	12	83	14,46
Campinas	182	29	211	1.275	16,55	254	86	340	1.685	20,18
Cosmópolis	1	2	3	53	5,66	1	7	8	84	9,52
Engenheiro Coelho	0	1	1	7	14,29	0	5	5	13	38,46
Holambra	0	0	0	10	0,00	0	1	1	19	5,26
Hortolândia	5	28	33	200	16,50	5	64	69	239	28,87
Indaiatuba	0	0	0	134	0,00	0	9	9	225	4,00
ltatiba	0	1	1	88	1,14	0	9	9	149	6,04
Jaguariúna	0	0	0	27	0,00	0	3	3	66	4,55
Monte Mor	0	15	15	49	30,61	0	19	19	61	31,15
Nova Odessa	0	0	0	62	0,00	0	1	1	89	1,12
Paulínia	0	9	9	74	12,16	1	5	6	122	4,92
Pedreira	0	1	1	44	2,27	0	4	4	58	6,90
Santa Bárbara d'Oeste	3	7	10	230	4,35	1	9	10	243	4,12
Santo Antônio de Posse	0	2	2	20	10,00	0	2	2	25	8,00
Sumaré	14	28	42	262	16,03	14	38	52	298	17,45
Valinhos	0	1	1	103	0,97	0	6	6	146	4,11
Vinhedo	0	1	1	53	1,89	0	2	2	87	2,30
Total da RM de Campinas	205	127	332	2.961	11,21	276	285	561	3.951	14,20



Tabela 27 – Estimativas de domicílios em assentamentos precários em áreas urbanas.* Municípios da RM de Campinas, 2000-2010

·		·	Censo 2000	·				Censo 2010		_
Nome do município	Domicílios em Setores Subnormais (A)	Domicílios em Setores Precários (B)	Estimativa de Domicílios em Assentamentos Precários (A + B)	Total de Domicílios em todos os Tipos de Setores	% de Domicílios em Assentamentos Precários	Domicílios em Setores Subnormais (A)	Domicílios em Setores Precários (B)	Estimativa de Domicílios em Assentamentos Precários (A + B)	Total de Domicílios em todos os Tipos de Setores	% de Domicílios em Assentamentos Precários
Americana	0	184	184	52.394	0,35	0	784	784	67.373	1,16
Artur Nogueira	0	163	163	8.272	1,97	0	2.373	2.373	12.249	19,37
Campinas	31.883	6.015	37.898	280.359	13,52	40.097	19.468	59.565	345.311	17,25
Cosmópolis	122	78	200	11.886	1,68	219	1.669	1.888	17.212	10,97
Engenheiro Coelho	0	226	226	1.828	12,36	0	1.227	1.227	3.318	36,98
Holambra	0	0	0	1.082	0,00	0	56	56	2.453	2,28
Hortolândia	724	5.137	5.861	40.381	14,51	771	15.832	16.603	55.393	29,97
Indaiatuba	0	0	0	39.755	0,00	0	2.109	2.109	60.732	3,47
Itatiba	0	194	194	19.625	0,99	0	2.076	2.076	29.307	7,08
Jaguariúna	0	0	0	6.994	0,00	0	525	525	13.182	3,98
Monte Mor	0	2.128	2.128	9.043	23,53	0	5.449	5.449	13.808	39,46
Nova Odessa	0	0	0	11.520	0,00	0	169	169	15.563	1,09
Paulínia	0	484	484	13.745	3,52	98	1.093	1.191	24.222	4,92
Pedreira	0	175	175	9.381	1,87	0	685	685	12.625	5,43
Santa Bárbara d'Oeste	333	1.075	1.408	46.302	3,04	155	2.077	2.232	54.522	4,09
Santo Antônio de Posse	0	435	435	4.057	10,72	0	497	497	5.755	8,64
Sumaré	2.026	5.360	7.386	53.332	13,85	2.196	9.281	11.477	73.026	15,72
Valinhos	0	38	38	22.247	0,17	0	1.216	1.216	32.109	3,79
Vinhedo	0	72	72	12.595	0,57	0	373	373	19.242	1,94
Total da RM de Campinas	35.088	21.764	56.852	644.798	8,82	43.536	66.959	110.495	857.402	12,89
Fonte: Elaboração CEM a pa	rtir dos Censos Dem	ográficos IBGE (20	000 e 2010).							
* Inclui setores em área rural de	e extensão urbana.		·							



Tabola 28 - Estimativas	de população recidindo em accentamentos	procários em áreas urbanas	s.* Municípios da RM de Campinas, 2000-2010
Habeia 20 - Estilliativas	s de população residindo em assentamentos	DIECANOS EM AIEAS UIDANAS	s. IVIUI IICIDIOS UA RIVI UE CAITIDITIAS. 2000-2010

			Censo 2000					Censo 2010	•	•
Nome do município	Pessoas em Setores Subnormais (A)	Pessoas em Setores Precários (B)	Estimativa de Pessoas em Assentamentos Precários (A + B)	Total de Pessoas em todos os Tipos de Setores	% de Pessoas em Assentamentos Precários	Pessoas em Setores Subnormais (A)	Pessoas em Setores Precários (B)	Estimativa de Pessoas em Assentamentos Precários (A + B)	Total de Pessoas em todos os Tipos de Setores	% de Pessoas em Assentamentos Precários
Americana	0	735	735	181.053	0,41	0	2.901	2.901	208.976	1,39
Artur Nogueira	0	718	718	30.402	2,36	0	8.168	8.168	40.163	20,34
Campinas	126.672	22.372	149.044	947.709	15,73	148.291	68.363	216.654	1.063.895	20,36
Cosmópolis	489	325	814	42.452	1,92	777	5.903	6.680	56.555	11,81
Engenheiro Coelho	0	905	905	6.995	12,94	0	4.422	4.422	11.490	38,49
Holambra	0	0	0	3.914	0,00	0	208	208	8.153	2,55
Hortolândia	2.934	20.573	23.507	151.579	15,51	2.869	55.254	58.123	188.332	30,86
Indaiatuba	0	0	0	143.937	0,00	0	7.632	7.632	199.141	3,83
Itatiba	0	755	755	70.795	1,07	0	7.323	7.323	94.963	7,71
Jaguariúna	0	0	0	25.783	0,00	0	1.834	1.834	43.001	4,27
Monte Mor	0	8.284	8.284	33.930	24,41	0	18.808	18.808	46.605	40,36
Nova Odessa	0	0	0	41.019	0,00	0	529	529	50.214	1,05
Paulínia	0	1.831	1.831	50.929	3,60	357	3.823	4.180	81.812	5,11
Pedreira	0	741	741	33.939	2,18	0	2.571	2.571	41.107	6,25
Santa Bárbara d'Oeste	1.377	4.162	5.539	166.807	3,32	642	7.270	7.912	178.412	4,43
Santo Antônio de Posse	0	1.630	1.630	14.559	11,20	0	1.768	1.768	18.789	9,41
Sumaré	7.926	20.603	28.529	194.487	14,67	7.889	32.052	39.941	239.474	16,68
Valinhos	0	165	165	78.331	0,21	0	4.122	4.122	101.425	4,06
Vinhedo	0	273	273	45.900	0,59	0	1.322	1.322	62.871	2,10
Total da RM de Campinas	139.398	84.072	223.470	2.264.520	9,87	160.825	234.273	395.098	2.735.378	14,44
Fonte: Elaboração CEM a pa	rtir dos Censos Dem	ográficos IBGE (2	000 e 2010).							
* Inclui setores em área rural de	e extensão urbana.									



Tabela 29	9 – Número de assentamento	s precários em áreas urbana:	s.* Municípios da RM do	Vale do Paraíba e	Litoral Norte, 2000-2010

			Censo 2000			Censo 2010					
			Censo 2000			-		Censo 2010	1		
Nome do município	Setores Subnormais (A)	Setores Precários (B)	Assentamentos Precários (A + B)	Total de Setores	% de Assentamentos Precários	Setores Subnormais (A)	Setores Precários (B)	Assentamentos Precários (A + B)	Total de Setores	% de Assentamento Precários	
Aparecida	0	1	1	40	2,50	0	3	3	46	6,52	
Arapeí	0	0	(3	0,00	0	0	0	5	0,0	
Areias	0	0	(3	0,00	0	0	0	3	0,0	
Bananal	0	1	1	10	10,00	0	1	1	14	7,1	
Caçapava	4	0	4	122	3,28	4	3	7	131	5,3	
Cachoeira Paulista	0	0	(31	0,00	0	0	0	41	0,0	
Campos do Jordão	0	4	. 4	63	6,35	0	18	18	90	20,0	
Canas	0	0	(0	0	0	4	0,0	
Caraguatatuba	0	1	1	146	0,68	0	30	30	177	16,9	
Cruzeiro	0	2	2			0	1		111	0,9	
Cunha	0) 13	, -	0	0			,	
Guaratinguetá	0					0	4	4		2,7	
Igaratá	0			8		0	0				
Ilhabela	0					0	7	7		10,7	
Jacareí	1	7			,	16	13			8,1	
Jambeiro	0					0	0			,	
Lagoinha	0					0	0			,	
Lavrinhas	0					0	0				
Lorena	0					0	1			0.94	
Monteiro Lobato	0					0	0			-,-	
Natividade da Serra	0		_	5	-,	0	0			-,-	
Paraibuna	0					0	0			,	
Pindamonhangaba	0					0	3			1,8	
Piquete	0					0	0				
Potim	0				- 7	0	0			-,-	
Queluz	0					0	0			,	
Redenção da Serra	0					0	0				
Roseira	0					0	0			,	
Santa Branca	0					0	1				
Santo Antônio do Pinhal	0					0	0				
São Bento do Sapucaí	0				-,	0	0			-,-	
•	0				-,	0	0			-,-	
São José do Barreiro						-		-		,	
São José dos Campos	8					15	23				
São Luís do Paraitinga São Sebastião	0					0	34	-			
Sao Sebastiao Silveiras	0					0	0			28,33	
					-,					0,00	
Taubaté	0					0	5			1,08	
Tremembé	0						1	_		,	
Ubatuba	0	4	. 4	135	2,96	0	30	30	176	17,0	
Total da RM do Vale do	13	40	53	2.606	2,03	36	178	214	3.486	6,1	
Paraíba e Litoral Norte		ográficos IBGE (2			,,,,	***				•,.	



Tabela 30 - Estimativas de domicílios em assentamentos precários em áreas urbanas.* Municípios da RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte, 2000-2010

			Censo 2000					Censo 2010		
Nome do município	Domicílios em Setores Subnormais (A)	Domicílios em Setores Precários (B)	Estimativa de Domicílios em Assentamentos Precários (A + B)	Total de Domicílios em todos os Tipos de Setores	% de Domicílios em Assentamentos Precários	Domicílios em Setores Subnormais (A)	Domicílios em Setores Precários (B)	Estimativa de Domicílios em Assentamentos Precários (A + B)	Total de Domicílios em todos os Tipos de Setores	% de Domicílios em Assentamentos Precários
Aparecida	0		41			0	535		10.180	
Arapeí	0	0	0		0,00	0	0	0	608	0,00
Areias	0	0	0	615	0,00	0	0	0	726	-,
Bananal	0		245	2.001	12,24	0	261	261	2.639	
Caçapava	261	0	261	18.848	,	263	752		23.434	,
Cachoeira Paulista	0				-,	0	0	0		-
Campos do Jordão	0		1.377			0	4.295		14.216	,
Canas	0		0		0,00	0	0	0	1.127	0,00
Caraguatatuba	0		280			0	6.806		30.696	
Cruzeiro	0	269	269	18.883	,	0	112	112	22.531	,
Cunha	0		0			0	0	0		
Guaratinguetá	0	486	486	26.759	1,82	0	852	852	32.576	2,62
Igaratá	0	0	0		0,00	0	0	0		,
Ilhabela	0	103	103	5.667	1,82	0	1.847	1.847	8.956	20,62
Jacareí	150	1.688	1.838	49.530	3,71	2.766	2.043	4.809	63.313	7,60
Jambeiro	0	0	0	535	0,00	0	0	0	792	0,00
Lagoinha	0	0	0	842	0,00	0	0	0	1.083	0,00
Lavrinhas	0	0	0	1.314	0,00	0	0	0	1.709	0,00
Lorena	0	352	352	20.267	1,74	0	5	5	24.403	0,02
Monteiro Lobato	0	0	0	403	0,00	0	0	0	554	0,00
Natividade da Serra	0	0	0	861	0,00	0	0	0	1.010	0,00
Paraibuna	0	0	0	1.920	0,00	0	0	0	2.206	0,00
Pindamonhangaba	0	79	79	30.632	0,26	0	64	64	41.417	0,15
Piquete	0	0	0	3.848	0,00	0	0	0	4.127	0,00
Potim	0	0	0	3.325	0,00	0	0	0	4.589	0,00
Queluz	0	0	0	2.000	0,00	0	0	0	2.552	0,00
Redenção da Serra	0	0	0	454	0,00	0	0	0	704	0,00
Roseira	0	0	0	2.062	0,00	0	0	0	2.713	0,00
Santa Branca	0	144	144	3.183	4,52	0	128	128	3.698	3,46
Santo Antônio do Pinhal	0	0	0	821	0,00	0	0	0	1.195	0,00
São Bento do Sapucaí	0	0	0	1.365	0,00	0	0	0	1.640	0,00
São José do Barreiro	0	0	0	715	0,00	0	0	0	940	0,00
São José dos Campos	1.277	883	2.160	142.789	1,51	2.015	3.805	5.820	185.640	3,14
São Luís do Paraitinga	0	0	0	1.796	0,00	0	0	0	2.030	0,00
São Sebastião	0	1.080	1.080	16.125	6,70	0	7.419	7.419	23.503	31,57
Silveiras	0	0	0	652	0,00	0	0	0	848	0,00
Taubaté	0	213	213	64.114	0,33	0	1.060	1.060	82.047	1,29
Tremembé	0	0	0	7.505	0,00	32	152	184	9.883	1,86
Ubatuba	0	794	794	17.745	4,47	0	6.113	6.113	24.493	24,96
Total da RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte	1.688	8.034	9.722	500.818	1,94	5.076	36.249	41.325	648.375	6,37



Tabela 31 – Estimativas de população residindo em assentamentos precários em áreas urbanas.* Municípios da RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte, 2000-2010

			Censo 2000					Censo 2010			
			Estimativa de	Total de				Estimativa de	Total de		
Nome do município	Pessoas em Setores Subnormais (A)	Pessoas em Setores Precários (B)	Pessoas em Assentamentos	Pessoas em todos os Tipos	% de Pessoas em Assentamentos Precários	Pessoas em Setores Subnormais (A)	Pessoas em Setores Precários (B)	Pessoas em Assentamentos	Pessoas em todos os Tipos	% de Pessoas em Assentamentos Precários	
Aparecida	0	188	Precários (A + B)	de Setores 33.776	0,56	0	2.001	Precários (A + B) 2.001	de Setores 34.140	5,86	
	0	188	188		,	0	2.001	2.001			
Arapeí	0	0	0	1.899	0,00	0	0	0	1.862		
Areias Bananal	0	938	938	2.398 7.112	0,00 13,19	0	855	855	2.431 8.098	0,00	
	1.027	938	1.027	71.338	13,19	932	2.822	3.754	79.713		
Caçapava Cachoeira Paulista	1.027	0	1.027		,	932	2.822	3.754		,	
	-	-		21.421	0,00				24.423		
Campos do Jordão	0	5.537	5.537	42.540	13,02	0	14.804	14.804	46.991	31,50	
Canas	0	0	0	3.039	0,00	0	0	0	4.069		
Caraguatatuba	0	1.113	1.113	74.699	1,49	0	22.494	22.494	95.881	23,46	
Cruzeiro	0	992	992	70.915	1,40	0	354	354	74.932	-,	
Cunha	0	0	0	11.042	0,00	0	0	0	12.078		
Guaratinguetá	-	1.897	1.897	97.235	1,95	-	2.964	2.964	106.356		
Igaratá	0	0	0	5.833	0,00	0	0	0	6.973		
Ilhabela	0	405	405	20.205	2,00	0	5.988	5.988	27.871	21,48	
Jacareí	591	6.724	7.315	182.182	4,02	10.143	7.355	17.498	207.968		
Jambeiro	0	0	0	1.912	0,00	0	0	0	2.542		
Lagoinha	0	0	0	2.828	0,00	0	0	0	3.095		
Lavrinhas	0	0	0	5.262	0,00	0	0	0	5.969		
Lorena	0	1.417	1.417	74.797	1,89	0	19	19	79.902	- / -	
Monteiro Lobato	0	0	0	1.500	0,00	0	0	0	1.756	-,	
Natividade da Serra	0	0	0	2.840	0,00	0	0	0	2.784	-,	
Paraibuna	0	0	0	7.133	0,00	0	0	0	7.180	0,00	
Pindamonhangaba	0	338	338	118.567	0,29	0	203	203	141.198	0,14	
Piquete	0	0	-	14.144	0,00	0	0	0	13.121	0,00	
Potim	0	0		13.323	0,00	0	0	0	16.573	-,	
Queluz	0	0	0	7.750	0,00	0	0	0	8.617		
Redenção da Serra	0	0	0	1.614	0,00	0	0	0	2.202	0,00	
Roseira	0	0	0	7.980	0,00	0	0	0	9.089	0,00	
Santa Branca	0	527	527	11.651	4,52	0	462	462	12.097	3,82	
Santo Antônio do Pinhal	0	0	0	3.019	0,00	0	0	0	3.846	0,00	
São Bento do Sapucaí	0	0	0	4.565	0,00	0	0	0	4.995	0,00	
São José do Barreiro	0	0	0	2.424	0,00	0	0	0	2.857	0,00	
São José dos Campos	5.430	3.511	8.941	529.191	1,69	7.310	13.678	20.988	615.522	3,41	
São Luís do Paraitinga	0	0	0	6.106	0,00	0	0	0	6.104	0,00	
São Sebastião	0	3.947	3.947	56.708	6,96	0	24.700	24.700	73.332	33,68	
Silveiras	0	0	0	2.441	0,00	0	0	0	2.867	0,00	
Taubaté	0	808	808	234.335	0,34	0	3.827	3.827	270.798	1,41	
Tremembé	0	0	0	28.427	0,00	137	603	740	34.550	2,14	
Ubatuba	0	3.087	3.087	64.297	4,80	0	20.818	20.818	76.666	27,15	
Total da RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte	7.048	31.429	38.477	1.848.448	2,08	18.522	123.947	142.469	2.131.448		



Tabela 32 -	 Número de asse 	entamentos precários	em áreas	urbanas * Mur	nicípios do	ALI de Jundiaí	2000-2010
I abela JE	- Mullicio de asse		ciii aicas	uibalias. Miul	iicipios do	AU de Julidial,	2000-2010

		·	Censo 2000			Censo 2010					
Nome do município	Setores Subnormais (A)	Setores Precários (B)	Assentamentos Precários (A + B)	Total de Setores	% de Assentamentos Precários	Setores Subnormais (A)	Setores Precários (B)	Assentamentos Precários (A + B)	Total de Setores	% de Assentamentos Precários	
Cabreúva	0	1	1	30	3,33	0	12	12	. 49	24,49	
Campo Limpo Paulista	0	2	2	75	2,67	0	16	16	128	12,50	
Itupeva	0	0	0	33	0,00	0	0	0	85	0,00	
Jarinu	0	0	0	32	0,00	0	4	4	41	9,76	
Jundiaí	17	8	25	481	5,20	26	32	58	625	9,28	
Louveira	0	0	0	25	0,00	0	2	2	. 47	4,26	
Várzea Paulista	2	1	3	88	3,41	6	35	41	176	23,30	
Total do AU de Jundiaí	19	12	31	764	4,06	32	101	133	1.151	11,56	
Fonte: Elaboração CEM a pa	rtir dos Censos Demo	ográficos IBGE (2	000 e 2010).								
* Inclui setores em área rural de	e extensão urbana.	-	,								

Tabela 33 – Estimativas o	de domicílios em assentar	nentos precários em	áreas urbanas.* Munic	cípios do AU de Jundiaí, 2000-2010)

			Censo 2000			Censo 2010					
Nome do município	Domicílios em	Domicílios em	Estimativa de Domicílios em	Total de Domicílios em	% de Domicílios em	Domicílios em	Domicílios em	Estimativa de Domicílios em	Total de Domicílios em	% de Domicílios em	
	Setores	Setores	Assentamentos	todos os Tipos	Assentamentos	Setores	Setores	Assentamentos	todos os Tipos	Assentamentos	
	Subnormais (A)	Precários (B)	Precários (A + B)	de Setores	Precários	Subnormais (A)	Precários (B)	Precários (A + B)	de Setores	Precários	
Cabreúva	0	73	73	7.319	1,00	0	3.548	3.548	10.852	32,69	
Campo Limpo Paulista	0	1.169	1.169	16.303	7,17	0	2.828	2.828	21.958	12,88	
Itupeva	0	0	0	5.178	0,00	0	0	0	11.621	0,00	
Jarinu	0	0	0	2.963	0,00	0	933	933	5.507	16,94	
Jundiaí	4.102	1.956	6.058	86.263	7,02	4.972	7.576	12.548	113.581	11,05	
Louveira	0	0	0	5.805	0,00	0	735	735	10.666	6,89	
Várzea Paulista	298	242	540	24.466	2,21	1.155	7.341	8.496	31.612	26,88	
Total do AU de Jundiaí	4.400	3.440	7.840	148.297	5,29	6.127	22.961	29.088	205.797	14,13	
Fonte: Elaboração CEM a par	tir dos Censos Dem	ográficos IBGE (20	000 e 2010).	-							
* Inclui setores em área rural de	extensão urbana.										



Tabela 34 – Estimativas de população residindo em assentamentos	precários em áreas urbanas.* Municípios do AU de Jundiaí. 2000-2010
--	---

			Censo 2000			Censo 2010					
Nome do município	Pessoas em Setores Subnormais (A)	Pessoas em Setores Precários (B)	Estimativa de Pessoas em Assentamentos Precários (A + B)	Total de Pessoas em todos os Tipos de Setores	% de Pessoas em Assentamentos Precários	Pessoas em Setores Subnormais (A)	Pessoas em Setores Precários (B)	Estimativa de Pessoas em Assentamentos Precários (A + B)	Total de Pessoas em todos os Tipos de Setores	% de Pessoas em Assentamentos Precários	
Cabreúva	0	288	288	27.781	1,04	0	12.827	12.827	37.633	34,08	
Campo Limpo Paulista	0	4.436	4.436	61.282	7,24	0	9.980	9.980	73.664	13,55	
Itupeva	0	0	0	19.208	0,00	0	0	0	38.907	0,00	
Jarinu	0	0	0	10.844	0,00	0	3.273	3.273	18.402	17,79	
Jundiaí	16.406	7.691	24.097	297.621	8,10	18.339	25.879	44.218	353.209	12,52	
Louveira	0	0	0	21.788	0,00	0	2.328	2.328	35.630	6,53	
Várzea Paulista	1.243	992	2.235	92.532	2,42	4.610	25.630	30.240	106.916	28,28	
Total do AU de Jundiaí	17.649	13.407	31.056	531.056	5,85	22.949	79.917	102.866	664.361	15,48	
Fonte: Elaboração CEM a part	tir dos Censos Dem	ográficos IBGE (2	000 e 2010).								
* Inclui setores em área rural de											



www.centrodametropole.org.br

http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/